



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO**  
**MESTRADO EM LETRAS**

**Glaciane Felipe Serrão**

**DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A  
POLÊMICA RELAÇÃO ENTRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**BELÉM-PARÁ**

**2012**

Glaciane Felipe Serrão

DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A  
POLÊMICA RELAÇÃO ENTRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras do Instituto de Letras e Comunicação, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras - Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Cristina da Costa Pessoa

BELÉM-PARÁ

2012

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

Serrão, Glaciane Felipe, 1983-

Discurso do desenvolvimento sustentável: a polêmica relação entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico / Glaciane Felipe Serrão. - 2012.

Orientador: Fátima Cristina da Costa Pessoa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2012.

1. Análise crítica do discurso. 2.Sustentabilidade - Análise do discurso.  
I.Título.

CDD 22. ed. 401.41

GLACIANE FELIPE SERRÃO

DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:  
A POLÊMICA RELAÇÃO ENTRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras do Instituto de Letras e Comunicação, da Universidade Federal do Pará.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Cristina da Costa Pessoa (Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neusa Gonzaga de Santana Pressler

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Walkyria Alydia Grahl Passos Magno e Silva

*Dedico este trabalho a todos os entusiastas  
pesquisadores dos fenômenos linguísticos, em especial,  
aos analistas do discurso.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, por ter me abençoado e me concedido mais essa graça.

Aos meus pais, Maria José e Manoel Braga, pelo incentivo e apoio incondicionais, por terem tomado a difícil decisão de sair do interior e vir à capital, Belém, para que nós, seus filhos, tivéssemos a oportunidade adequada de instrução.

Ao meu companheiro, Fábio Rezende, pelo alento e estímulo que desde sempre tem me dado.

À minha inestimável orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Cristina da Costa Pessoa, pela confiança no trabalho, por ter me inspirado e me conduzido aos estudos discursivos, pela amizade, pela compreensão nos momentos difíceis, o meu muitíssimo obrigado.

À Prof<sup>a</sup>. Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira, por ter sido a primeira a me encaminhar na academia e profissionalmente.

À Prof<sup>a</sup>. Dra. Luciana Miranda da Costa e aos demais servidores e estagiários da Assessoria de Comunicação da UFPA (ASCOM), com os quais tive o privilégio de conviver e, sobretudo, aprender.

Às professoras Eulália Toscano Sobral e Walkyria Magno e Silva, que participaram da banca do exame de qualificação, pela atenção que foi dada ao trabalho e pelas pertinentes observações.

Aos demais familiares, amigos, professores e colegas de mestrado em Letras que contribuíram, diretamente ou indiretamente, para a elaboração deste trabalho.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Pesquisa do Estado do Pará, por ter me concedido parcialmente apoio financeiro.

À UFPA, a minha segunda casa, muitas vezes até a primeira, na qual passei os melhores anos de minha vida, fiz preciosas amizades, ascendi pessoal e profissionalmente, e que sempre fará parte da minha história.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como intuito investigar a polêmica fundadora do discurso do desenvolvimento sustentável. Trata-se de observar de que modo o posicionamento do desenvolvimento sustentável constituiu a sua identidade a partir das relações interdiscursivas que mantém com seus Outros do espaço discursivo, a saber, o posicionamento desenvolvimentista e o posicionamento ambientalista. Busca-se examinar os simulacros que o posicionamento do desenvolvimento sustentável, na posição de discurso-agente, constrói dos seus Outros discursivos, na posição de discurso paciente, a partir do processo de interincompreensão regrada e, concomitantemente, a imagem que ele procura estabelecer de si Mesmo. O *corpus* desta investigação é formado por textos que circulam em dois veículos de comunicação especializados na temática ambiental: o *site* do Instituto *Akatu* e o Portal do Meio Ambiente. A abordagem desse *corpus* dar-se-á com base na perspectiva teórica e metodológica de Análise do Discurso francesa, essencialmente os conceitos de polêmica como interincompreensão e interdiscurso propostos por Maingueneau (2005).

Palavras-chave: Polêmica; Interincompreensão; Interdiscurso; Desenvolvimento Sustentável.

## ABSTRACT

This research has the objective to investigate the polemics founder of the discourse of sustainable development. It is to note how the positioning of sustainable development constituted his identity from the relationships they have with their interdiscursive Other discursive space, namely the placement and positioning developmental environmentalist. We seek to examine the simulacra that the positioning of sustainable development, in the position of speech-agent builds its more discursive, in the position of speech patient from interincomprehension orderly process and, concomitantly, the image he seeks to establish Even you. The corpus of this research consists of texts that circulate in two media outlets specializing in environmental issues: the Institute website Akatu and Portal Environment. The approach to this corpus will be based on theoretical and methodological perspective of French Discourse Analysis, mainly the concepts of polemics as interincomprehension and interdiscourse proposed by Maingueneau (2005).

**Key-words:** Polemics; interincomprehension; interdiscourse; Sustainable development discourse.

*“O homem é parte da natureza e sua guerra contra a natureza é inevitavelmente uma guerra contra si mesmo... Temos pela frente um desafio como nunca a humanidade teve, de provar nossa maturidade e nosso domínio, não da natureza, mas de nós mesmos”.*

(Rachel Carson)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 INTERDISCURSIVIDADE E POLÊMICA</b> .....	15
1.1. Análise do Discurso: um breve percurso.....	16
1.2. Interdiscurso e Heterogeneidade.....	18
1.2.1. <i>Universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo</i> .....	22
1.3. Polêmica como interincompreensão.....	24
<b>2 GÊNESE DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	28
2.1 Discurso Desenvolvimentista: do crescimento econômico ao desenvolvimento econômico.....	28
2.2 Discurso Ambiental: os primeiros ecos em defesa do meio ambiente.....	31
2.3 Discurso do Desenvolvimento Sustentável.....	37
2.3.1 <i>Consumo sustentável</i> .....	42
2.3.2 <i>Consumidores-cidadãos: os novos ativistas ambientais?</i> .....	45
<b>3 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	47
1.1 Sobre a natureza do <i>corpus</i> e a compilação dos dados.....	47
1.1.1 <i>Instituto Akatu</i> .....	51
1.1.2 <i>Portal do Meio Ambiente</i> .....	52
1.2 Sobre a compilação dos dados.....	53
<b>4 A POLÊMICA NO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	63
4.1 A polêmica no campo ambiental.....	64
4.1.1 <i>Simulacros sobre o posicionamento ambientalista</i> .....	65
4.1.2 <i>Simulacros sobre o posicionamento do desenvolvimento econômico</i> .....	70

4.2 A relação do DDS com o Mesmo.....	75
4.3 Quadro do modelo semântico do discurso do desenvolvimento sustentável.....	91
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

Sustentabilidade. Eis uma das palavras de ordem do século XXI, “só comparável talvez a mais bem antiga ideia de ‘justiça social’” (VEIGA, 2008, p. 14). Nas últimas duas décadas, a noção de desenvolvimento sustentável tem sido exaustivamente proclamada na mídia, periodicamente discutida em convenções sobre desenvolvimento e meio ambiente e inserida nas políticas públicas governamentais. Essa expressão parece ter adquirido um sentido autoexplicativo, autônomo, óbvio e quase consensual, que apaga questionamentos sobre o que, de fato, significa promover um desenvolvimento sustentável. Uma espécie de palavra mágica que é repetida *ad nauseam* quase indistintamente por grupos sociais, empresariais, políticos etc.

Na visão de alguns pensadores, essa expressão tem sido considerada contraditória/paradoxal. Etimologicamente, o termo sustentável provém do latim *sustentare*. De maneira geral, esse vocábulo tem sido utilizado no âmbito ecológico para designar o gerenciamento/manutenção do ecossistema e engloba a ideia de estabilidade, de equilíbrio, de suporte da natureza. Por outro lado, o termo desenvolvimento é recorrente no campo da economia e remete à ideia de avanço, de progresso e de crescimento. Por essa razão, a contradição semântica da expressão suscita múltiplas leituras que oscilam desde um significado de caráter inovador, ao associar desenvolvimento à preservação ecológica e à justiça social, até uma leitura conservadora, a qual se aproxima do paradigma de crescimento econômico acrescido de uma terminologia ecológica.

De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMA), desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND; *ET AL*, 1991, p. 46). Desenvolvimento sustentável é um conceito sistemático que se traduz em um projeto de desenvolvimento que procura associar desenvolvimento

econômico e proteção ambiental. Assim, o desenvolvimento sustentável é, ao mesmo tempo, um conceito e um objetivo a ser alcançado.

Essa tentativa de conciliar a dimensão do desenvolvimento econômico e a dimensão ecológica tem suscitado inúmeros debates e interpretações. De um lado, há aqueles que acreditam que o projeto de desenvolvimento sustentável representa uma revolução conceitual, conduzida pelo movimento ambientalista, a partir de uma progressiva tomada de consciência de que o modelo atual de desenvolvimento não poderá manter, a longo prazo, os padrões de produção e consumo baseado na utilização de energia não renovável, na degradação ambiental e na marginalização social.

De outro, há aqueles que acreditam que a proposta de desenvolvimento sustentável busca forjar uma aparente cisão com o modelo de desenvolvimento tradicional, mas que, na prática, representa uma continuidade do sistema produtivo, à qual se acrescenta uma variável ecológica, tendo como intuito promover a abertura de espaços geográficos e garantir a sobrevivência do capitalismo.

A proposta de desenvolvimento sustentável, para seus defensores, representa uma nova filosofia de desenvolvimento, um posicionamento diplomático e conciliatório, que teve o mérito de introduzir a temática ambiental, ausente em algumas propostas de desenvolvimento anteriores, nos debates mundiais sobre a política econômica. Esse modelo buscaria superar as contradições socioambientais decorrentes do capitalismo, que valorizava a produção de riqueza e de um consumo não sustentável. Sob a égide da sustentabilidade, uma ética mundial emergiria, tendo como princípio uma relação mais harmônica entre homem e natureza, não somente em benefício da geração atual, mas também das futuras.

O propósito central desta pesquisa reside em investigar a relação polêmica constitutiva do discurso de desenvolvimento sustentável (DDS). Parte-se da hipótese de que a gênese do DDS resulta de uma controvérsia que ele mantém com o posicionamento desenvolvimentista – que advoga em prol

do desenvolvimento econômico - e com o posicionamento ambientalista – que atua em defesa do meio ambiente. Trata-se de se verificar como os posicionamentos desenvolvimentista e ambientalista são reinterpretados no interior da grade semântica do DDS, observando a relação de interincompreensão entre os diferentes posicionamentos e os simulacros que o DDS faz do Outro e de si Mesmo. Para viabilizar tal empreendimento, esta investigação será desenvolvida a partir de pressupostos teórico-metodológicos propostos pela vertente francesa de AD, fundamentalmente os trabalhos desenvolvidos por Maingueneau (2005). Constituem o *corpus* desta pesquisa textos que versam sobre desenvolvimento sustentável veiculados no site do Instituto *Akatu* e Portal do Meio Ambiente.

Para encaminhar as reflexões deste trabalho, o primeiro capítulo consiste na apresentação dos pressupostos teóricos que norteiam este estudo. No primeiro momento, far-se-á uma revisão a respeito das três fases da Análise do Discurso francesa a partir de Pêcheux. No segundo momento, apresenta-se a tese do primado do interdiscurso postulada por Maingueneau (2005), bem como os conceitos de heterogeneidade mostrada e constitutiva propostos por Authier-Revuz (2004). No terceiro momento, discute-se o conceito de polêmica como interincompreensão também proposto por Maingueneau (2005).

No segundo capítulo traça-se um breve panorama histórico das bases fundadoras do DDS, a fim de investigar a rede de relações interdiscursivas que possibilitou a sua constituição. Primeiramente, apresentar-se-á resumidamente a emergência do discurso desenvolvimentista difundido para o terceiro mundo pós segunda guerra mundial e as principais críticas destinadas a esse modelo de desenvolvimento econômico dominante no ocidente. No segundo momento, delinear-se-á a trajetória do movimento ambientalista e as principais interpretações, no interior do pensamento ambientalista, a respeito da crise ambiental e social. No terceiro momento, ver-se-á as razões pelas quais se tornou necessária a transição do conceito de desenvolvimento econômico para o conceito de desenvolvimento sustentável, a partir da emergência da questão ambiental.

No terceiro capítulo far-se-á uma apresentação dos procedimentos metodológicos de coleta e de análise dos dados. Nele realiza-se uma breve exposição sobre o *corpus* da pesquisa que é constituído por textos que circulam em dois grandes veículos de comunicação especializados na temática ambiental, a saber o *site* do Instituto Akatu<sup>1</sup> e o Portal do Meio Ambiente<sup>2</sup>.

Por fim, o quarto capítulo é destinado à análise do *corpus* propriamente dita. No primeiro momento, a análise irá focar a relação polêmica a partir do *dizer sobre o Outro*, isto é, privilegiará a relação polêmica que o DDS mantém com os seus Outros discursivos, a saber, o posicionamento ambientalista e o posicionamento desenvolvimentista. No segundo momento, considerará a polêmica instaurada a partir do *dizer sobre si Mesmo*, isto é, a análise privilegiará a relação do DDS com o discurso do Mesmo.

---

<sup>1</sup> <http://www.akatu.org.br/>

<sup>2</sup> <http://www.portaldomeioambiente.org.br/>

# I CAPÍTULO

## INTERDISCURSIVIDADE E POLÊMICA

*A noção de discurso é empregada com acepções muito diferentes, desde as mais restritas até as mais abrangentes. O mesmo ocorre com a expressão correlata “análise do discurso”. Em uma primeira aproximação, na perspectiva da “escola francesa de análise do discurso”, entenderemos por “discurso” uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas (MAINGUENEAU, 2005, p. 15).*

Este capítulo esboça resumidamente o percurso histórico da Análise do Discurso francesa, desde a sua fundação, no final da década de 1960, até as problemáticas enfrentadas na contemporaneidade. Para tanto, toma-se como base o artigo “A Análise de Discurso: as três épocas<sup>3</sup>” publicado inicialmente em 1983, no qual Michel Pechêux, um dos precursores da disciplina, faz uma reflexão autocrítica do projeto teórico da AD.

Apresentar-se-á também a concepção de interdiscurso tal qual desenvolvida por Dominique Maingueneau e as implicações provenientes dos deslocamentos epistemológicos que esse conceito vem sofrendo ao longo da constituição da AD. Para o autor, a gênese dos discursos está relacionada a um espaço de trocas anterior que propicia o surgimento das diferentes discursividades que circulam em nossa sociedade. Neste sentido, este trabalho parte da hipótese do primado do interdiscurso sobre o discurso, ao investigar as relações interdiscursivas constitutivas do DDS. Essa discussão leva a pensar o lugar que o Outro ocupa no Mesmo, trazendo à tona questões referentes à heterogeneidade / homogeneidade, identidade / alteridade, singularidade / pluralidade.

---

<sup>3</sup> PÊCHEUX, Michel. A Análise do Discurso: as três épocas. In: GADET, Francaise; HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997)

#### 1.4. Análise do Discurso: um breve percurso

A Análise do Discurso emergiu como uma disciplina do campo das ciências da linguagem, tendo como propósito inicial constituir um dispositivo automático de análise capaz de descrever e explicar, objetivamente, fenômenos transfrásticos. Posteriormente, esse modelo preliminar foi sendo abandonado pela AD, que passou a repensar o seu projeto teórico e metodológico. Michel Pêcheux (1997), ao realizar um panorama histórico dos deslocamentos teóricos da disciplina, distingue três épocas pelas quais a AD teria passado. A seguir, serão apresentadas, de forma sucinta, as três épocas da AD e suas implicações e contribuições para os contornos que a disciplina tem hoje.

A primeira época da AD inicia em 1969, a partir da publicação da obra *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux. Neste período, importava ao autor constituir uma teoria de análise linguística dotada de uma objetividade científica e que, ao mesmo tempo, extrapolasse o método demasiadamente estruturalista em vigor. Ancorado no *materialismo histórico* de Althusser (1985), que propôs uma releitura das teorias marxistas, Pêcheux instituiu um novo objeto de análise: o discurso. Para ele, a linguagem está sujeita a significações outras que não podem ser apreendidas a partir da análise de estruturas linguísticas desconexas de seu contexto de produção.

O procedimento de análise desse projeto teórico era realizado por etapas com ordem fixa. Em um primeiro momento, delimitava-se um *corpus* fechado de sequências discursivas. Em seguida, realizava-se a análise sintática e lexical de cada uma dessas sequências. Logo depois, partia-se para a análise discursiva dos enunciados, construindo sítios de identidade, a partir de relações de sinonímia e de paráfrase. Por último, buscava-se evidenciar que tais relações resultam de uma mesma estrutura ou máquina geradora do processo discursivo. Em suma:

AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as "máquinas" discursivas constituem unidades justapostas. A

existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo* (PECHEUX, 1997, p. 313).

Assim, cada processo discursivo refere-se a diferentes *máquinas discursivas* que se constituíam independentemente umas das outras, idênticas a si mesmas e fechadas sobre si mesmas, em outros termos, cada processo discursivo era constituído em uma relação do Mesmo com o seu discurso. Essas máquinas discursivas provocavam o *assujeitamento* do sujeito que é levado a enunciar, deste ou daquele modo, conforme o lugar social, histórico e ideológico que ocupa.

Na segunda época da AD dá-se início à desconstrução da máquina estrutural fechada com a introdução do conceito de Formação Discursiva (FD), desenvolvido por Michel Foucault (1969)<sup>4</sup>. Admite-se que o discurso de uma FD mantém uma relação paradoxal com o seu exterior.

[...] Uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente "invadida" por elementos que vem de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (PECHEUX, 1997, p. 314).

Em outros termos, uma FD é constantemente invadida pelo pré-construído (ou memória discursiva) e pelo interdiscurso.

Nessa fase, o interdiscurso compreende um complexo enunciativo anterior que é específico a cada FD e com o qual ela mantém uma evidente relação de aliança.

A noção de *interdiscurso* é introduzida para designar "o exterior específico" de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada: o fechamento da maquinaria é pois conservado, ao mesmo tempo em que é concebido então como o resultado paradoxal da irrupção de um "além" exterior e anterior (PECHEUX, 1997, p. 314).

Desse modo, o objeto de análise passa a ser a relação que uma FD mantém com o seu anterior e o seu exterior, isto é, respectivamente, a relação de uma FD com o pré-construído ou memória discursiva e a relação entre

---

<sup>4</sup> Essa obra foi originalmente publicada em 1969. No entanto, neste trabalho, a referência a esse livro será feita tendo com base edição publicada pela Forense Universitária em 1986.

formações discursivas ou entre uma formação discursiva e o interdiscurso. Nesta perspectiva, cada FD é concebida como sendo relativamente autônoma, pois, se por um lado, há o reconhecimento da existência de um discurso anterior com o qual uma FD se relaciona restritamente, por outro lado, essa relação é secundária/ acessória, e não constitutiva, a ponto de que é possível demarcar as fronteiras entre o “outro” e o Mesmo.

Assim, ainda perdurava o estudo das relações entre máquinas discursivas, que se constituíam independentemente umas das outras para, em seguida, serem postas em relação. Apesar de considerar a presença do “outro” (discurso/sujeito), este ainda era tratado como uma estrutura estanque que se estabelece isoladamente, pois não era reconhecido o papel crucial/essencialmente constitutivo da relação entre os discursos.

Somente em sua terceira fase (AD-3) a AD redimensiona o campo dos estudos da linguagem e supera a noção de máquina discursiva. “O primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua, empurrando até o limite a crise da noção de máquina discursiva estrutural” (PÊCHEUX, 1997, p. 315).

Nesse momento, a AD busca repensar as relações que o Mesmo estabelece com o Outro, tais como se delineavam nos anos 60. Há um deslocamento do objeto epistemológico que passa a ser o discurso como produto do interdiscurso.

No final de “Análise de Discurso: as três épocas”, Pêcheux desafia os analistas do discurso a refletirem sobre uma série de questões que norteiam o campo de investigação da disciplina e suas perspectivas para o futuro, tendo em vista a sua recente reconfiguração. Entre os teóricos que têm se detido a compreender os fenômenos discursivos, está o francês Dominique Maingueneau, que desenvolveu a tese do primado do interdiscurso.

## **1.2 Interdiscurso e Heterogeneidade**

Em *Gênese dos Discursos*, originariamente publicada em 1984, Dominique Maingueneau defende a hipótese do primado do interdiscurso. Segundo o autor, tal proposição pode receber duas interpretações: uma fraca e

a outra forte. A primeira é consensual em AD, desde a sua segunda época, e estabelece que o discurso deve ser analisado em sua relação com outros. Para além de uma realidade exterior absoluta, a segunda interpretação leva-nos a pensar a alteridade como sendo inevitavelmente constitutiva da “própria” identidade discursiva. A identidade de uma formação discursiva, para ele, não é dada previamente, de maneira autônoma, pelo contrário, os diversos discursos são o resultado de uma franca relação entre outros discursos.

Assim, a interdiscursividade está relacionada com a gênese de um discurso. Para Maingueneau (2005), os discursos não se constituem isoladamente uns dos outros e, posteriormente, são postos em relação, mas se constituem mutuamente a partir de uma (inter)relação de aliança e de confronto entre eles. É esse espaço de trocas que propicia a emergência dos discursos. O analista deve, pois, apreender, ao mesmo tempo, o discurso através do interdiscurso. Como explica o teórico:

Não se distinguirá, pois, duas partes em um ‘espaço discursivo’, a saber, as formações discursivas por um lado, e suas relações por outro, mas entender-se-á que todos os elementos são retirados da interdiscursividade (MAINGUENEAU, 1997, p.120).

O postulado do interdiscurso, segundo Maingueneau (2005, p. 32), se inscreve na mesma perspectiva dos conceitos de arquitextualidade, isto é, “tudo o que põe um texto em relação com outros”, e hipertextualidade, isto é, “toda relação que une um texto B (hipertexto) a um texto anterior A (hipotexto), sobre o qual ele se enxerta de um modo que não seja um comentário”, desenvolvidos por Gérard Genette, e também da noção de heterogeneidade enunciativa, desenvolvida por Jacqueline Authier-Revuz (2004).

A abordagem de Authier-Revuz (2004) se ancora em postulados desenvolvidos por outros dois estudiosos: o *dialogismo* de Bakhtin e seu Círculo e uma releitura da noção de sujeito em Lacan. A autora distingue duas formas de heterogeneidade: a mostrada e a constitutiva. A primeira diz respeito a uma forma de presença do outro que é linguisticamente situada, descritível e recuperável no discurso. Ela ainda aponta dois tipos de heterogeneidade

mostrada: a *marcada*, que traz de maneira explícita a presença do Outro, como, por exemplo, as glosas, o discurso direto etc.; e a *não marcada*, em que o Outro não é diretamente explicitado, como é o caso da ironia, do discurso direto livre etc. A segunda trata da presença inevitavelmente constitutiva do Outro no discurso do Mesmo, isto é, independentemente de qualquer traço manifesto de alteridade marcada.

Mais adiante, Authier-Revuz (2004) esclarece que esses dois níveis de *heterogeneidade* – mostrada e a constitutiva – são, na verdade, facetas do mesmo fenômeno. Isso decorre do caráter essencialmente dialógico e heterogêneo de todo discurso e de todo sujeito. O Outro está presente no discurso do Mesmo independentemente de qualquer marca explícita de alteridade. O que acontece é que a heterogeneidade mostrada, ao trazer o Outro fragmentado e localizável, busca falsear/dissimular uma homogeneidade, negando a presença do Outro na totalidade de seu dizer.

Embora o conceito de interdiscurso em Maingueneau esteja vinculado aos postulados propostos por Authier-Revuz, o Outro na perspectiva desse autor não coincide com o outro da psicanálise lacaniana, que "não se deixa perceber senão pelas interferências, as lacunas, os deslizamentos... que ele introduz na cadeia significante" (MAINGUENEAU, 2005, p.38), isto é, situa-se exterior em um outro discurso. Maingueneau, ancorado em Bakhtin, investe em uma abordagem sócio-histórica do sujeito em que o Outro do espaço discursivo "representa a intervenção de um conjunto textual historicamente definível" no interior do mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2005, p.38). Dessa maneira, segundo Maingueneau:

Podemos esperar ir além da distinção entre heterogeneidade "mostrada" e heterogeneidade "constitutiva", revelar a relação com o Outro independentemente de qualquer forma de alteridade marcada. Não se terá que limitar a orientação "dialógica" apenas aos enunciados portadores de citações, de alusões etc..., já que o Outro no espaço discursivo não é em nada redutível a uma figura de interlocutor (MAINGUENEAU, 2005, p. 37).

Considerando a perspectiva da heterogeneidade constitutiva que "amarra, em uma relação inextrincável, o Mesmo do discurso e o seu Outro"

(MAINGUENEAU, 2005, p. 37), é que Maingueneau defende a hipótese do primado do interdiscurso. Para ele, todo discurso já nasce interligado a uma rede de outros discursos anteriores, com os quais se relaciona em um constante *hibridismo dialógico*. “Essa imbricação do Mesmo e do Outro retira à coerência semântica das formações discursivas todo seu caráter de essência, cuja inscrição na história seria acessória” (MAINGUENEAU, 2005, p. 37).

A hipótese de Maingueneau (2005) radicaliza a primazia do Outro sobre o Mesmo. Segundo o autor, o objeto a ser contemplado pelo analista são as relações interdiscursivas que fundam uma formação discursiva e estruturam a sua identidade. Partindo da premissa de que nem sempre o Outro pode estar linguisticamente situado na superfície discursiva, por meio da negação, citações, alusões etc., Maingueneau (2005) propõe que o analista construa

*um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu o Outro* (MAINGUENEAU, 2005. p.35-36. Grifo do autor).

Na perspectiva de Maingueneau, a alteridade discursiva não se restringe à figura de interlocutor e, por isso, não pode ser apreendida somente por meio de enunciados que delimitam explicitamente a presença do Outro no discurso, tomado como uma entidade meramente exterior que envolve o Mesmo. Para o autor, o Outro está inextricável inscrito no interior do Mesmo, independentemente de qualquer forma de alteridade marcada.

Assim, o Outro não deve ser pensado como uma espécie de “invólucro”. No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz do mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma (MAINGUENEAU, 2005. p. 36-37).

O Outro não significa novidade em si. O Outro é o Mesmo, só que tomado em seu avesso. É uma espécie de *eu* deslocado em relação a si mesmo do qual o enunciador deveria constantemente distanciar-se para não sacrificar a sua identidade. Ao circunscrever o campo dos dizeres

possíveis/legítimos, o que lhe é “próprio”, o Mesmo acaba estabelecendo, de igualmente modo, as fronteiras com o seu Outro, isto é, aquilo que não é permitido enunciar a partir de uma posição dada, o interdito. O Outro se encontra na zona dos dizeres insuportáveis, é aquela parte de sentido que o Mesmo rejeita/contesta/recusa para constituir-se como tal.

Assim, todo discurso nega o enunciado do seu Outro, quer seja ele atestado historicamente ou quer ele exista virtualmente, como uma projeção do discurso primeiro. Os enunciados têm, pois, um direito e um avesso indissociáveis. O analista, por um lado, deve preocupar-se em relacioná-lo com o Mesmo, ou seja, com a sua “própria” formação discursiva e, por outro lado, deve considerá-lo como uma negação do discurso de seu Outro. Isso quer dizer que o analista deve apreciar não apenas uma FD, mas a interação entre FD convenientemente escolhidas ao seu propósito no espaço discursivo. Há, portanto, dois discursos em um, só que interpretado em dois planos distintos.

Portanto, Maingueneau (2005) propõe que a unidade pertinente de análise não é o discurso de uma FD, mas sim o interdiscurso, isto é, o espaço de trocas que precede a constituição dos diferentes discursos que circulam no interior de um espaço discursivo. Dessa forma, os discursos não se constituem independentemente uns dos outros, sendo, em seguida, postos em relação, mas constituem a sua identidade nas fissuras dessa rede de interação semântica.

Nesta perspectiva, segundo o teórico, é necessário compreender que esses vários discursos não surgem ao acaso. Todo discurso se constitui a partir de uma (inter)relação entre discursos anteriores. Portanto, o papel do analista não é estudar o discurso fechado em si, mas o diálogo entre discursos provenientes de formações discursivas distintas.

### **1.2.1. Universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo**

Com a finalidade de tornar a noção de interdiscurso menos vaga e imprecisa, Maingueneau (2005) propõe uma tripartição do conceito em

universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Trata-se de uma divisão metodológica que visa tornar essa noção mais operacional para os analistas do discurso.

A noção de universo discursivo compreende “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2005, p. 33). Segundo o autor, mesmo não sendo possível apreendê-lo em sua totalidade, constitui-se como um conjunto finito. Trata-se, portanto, de um conceito de pouca utilidade para o analista, dada sua grande extensão, constituindo somente o “horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de ser estudados, os ‘campos discursivos’” (MAINGUENEAU, 2005, p. 33).

Maingueneau (2005) define por campo discursivo “um conjunto de formações discursivas em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 33). O autor ressalta que o termo concorrência deve ser entendido em sentido mais amplo, significando tanto “confronto aberto quanto aliança, neutralidade aparente etc. entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida” (MAINGUENEAU, 2005, p. 33). Dessa maneira, os discursos que se situam em um mesmo campo discursivo estão sempre em relação de aliança ou de confronto. É justamente no interior de um campo discursivo (político, filosófico etc.), ou subconjuntos desses, que se constitui um discurso.

Por fim, Maingueneau situa o espaço discursivo, isto é, “subconjuntos de formações discursivas” como sendo o lugar privilegiado para a constituição de um *corpus*. Essa delimitação permite ao analista por em relação pelo menos duas FD que julga pertinentes, a partir de um “conhecimento de textos e um saber histórico”, que o possibilita constituir hipóteses que poderão ser confirmadas ou rejeitadas ao longo de sua de sua pesquisa (MAINGUENEAU, 2005, p. 35). O autor justifica esse procedimento:

Não por simples comodidade que determinados subconjuntos são recortados (porque seria difícil apreender um campo discursivo em sua totalidade), mas também e sobretudo *porque uma formação discursiva dada não se opõe de forma*

*semelhante a todas as outras que partilham seu campo: certas oposições são fundamentais, outras não desempenham diretamente um papel essencial na constituição e preservação da formação discursiva considerada (MAINGUENEAU, 1997, p.117).*

Percebe-se que essa delimitação metodológica proposta pelo autor possibilita reconhecer no objeto, ao mesmo tempo, sua natureza fluída e instável sem que para isso recorra a um procedimento estreitamente subjetivista. Embora o espaço discursivo seja definido pelo analista, isso não quer dizer que esse recorte se dê aleatoriamente, pois há relações semânticas e históricas entre determinadas formações discursivas que são cruciais. No caso específico do DDS, parte-se da hipótese de que ele se constituiu a partir das relações interdiscursivas que se estabelecem entre o discurso do desenvolvimento econômico e o discurso da proteção ambiental.

### **1.3 Polêmica como interincompreensão**

Como já foi referenciado, todo discurso já “nasce” ligado a uma rede de trocas com outros discursos, propiciando as condições necessárias para o seu “surgimento”. É essa relação interdiscursiva que define a identidade de uma discursividade que se dá a partir das lacunas provenientes dessas permutas.

O discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para se constituir. Por toda sua existência, ele se obriga a esquecer que não nasce de um retorno às coisas, mas da transformação de outros discursos ou que a polêmica é tão estéril quanto inevitável, que a interincompreensão é insular, na medida da incompreensão que supõe (MAINGUENEAU, 2005, p. 117).

De acordo com Maingueneau, essa interação que os discursos mantêm entre si é essencialmente polêmica, uma vez que todo discurso rivaliza com os discursos com os quais dialoga. A noção de polêmica é apreendida aqui tanto em seu sentido usual, significando uma relação conflituosa visível entre lados com posicionamentos opostos, quanto no sentido específico, isto é, referindo-se as controvérsias implícitas constitutivas de todo e qualquer discurso. Dessa forma, para o autor, existem formações discursivas que manifestam

explicitamente seus antagonismos, mas há também aquelas que dissimulam uma indiferença com relação a outras FD com as quais dividem o mesmo campo/espaço discursivo.

As formações discursivas que não fazem alusão explícita às suas concorrentes não se constituíram isoladamente uma das outras, haja vista que a identidade é construída na relação interdiscursiva. Elas buscam omitir e/ou negar suas controvérsias como uma forma de afirmar a si mesmas e também como um modo de coexistência com outras FD que compartilham o mesmo espaço discursivo. Conforme Maingueneau,

*se um discurso parece indiferente à presença de outros, é porque, semanticamente, lhe é crucial denegar o campo do qual depende e não porque poderia desenvolver-se fora dele* (MAINGUENEAU, 1997. p. 122. Grifo do autor).

Neste sentido, de acordo com Maingueneau (2005), têm-se, pois, dois níveis: o “nível polêmico” propriamente dito, marcado pela interpelação explícita do adversário, isto é, do dialogismo mostrado; e o “não polêmico” e/ou “nível dialógico”, no qual o discurso do Mesmo não apresenta nenhuma marca explícita de relação com enunciado do Outro, isto é, do dialogismo constitutivo. Vale ressaltar que essa distinção entre “polêmico” e “não polêmico” é ilusória, pois todo discurso reivindica para si o monopólio enunciativo do espaço com o qual compartilha e/ou disputa com os outros discursos.

Maingueneau (2005) considera o estudo do dialogismo polêmico como um campo bastante fecundo para os analistas do discurso, na medida em que é possível observar empiricamente as controvérsias entre formações discursivas rivais, sem, entretanto, negligenciar os antagonismos que não são explicitamente manifestos. No nível da polêmica mostrada, o discurso do Mesmo pode haver-se com o Outro de maneira biunívoca: pode ser visivelmente excluído/negado, “rejeição do universo semântico contrário, como incompatível com a verdade”, ou integrado à grade semântica, “que consiste em criticar não a semântica do discurso adversário, mas sua pretensão ao monopólio”. No entanto, esse Outro só surge anulado, “subvertido, sob a forma de um simulacro” (MAINGUENEAU, 2005. p.106).

Assim, a controvérsia entre os diferentes posicionamentos<sup>5</sup> não advém da má fé de seus enunciadores, trata-se agora de uma relação/processo de interincompreensão, que faz com que o discurso do Outro, oriundo de uma dada FD, seja somente compreendido no interior do fechamento semântico de outra FD. O resultado disso é uma tradução do Outro, que não se opera de uma língua para outra, mas de uma formação discursiva à outra.

Quando se considera o espaço discursivo como rede de interação semântica, ele define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de 'não compreender' o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Assim, o Mesmo só pode se relacionar com o Outro, no interior do espaço discursivo, a partir de um simulacro que dele constrói, e não o Outro como tal. A interincompreensão assemelha-se ao que se entende popularmente por um "diálogo de surdos", em que os interlocutores, embora exponham o seu ponto de vista, não se ouvem, não se entendem, parecem não falar a mesma "língua", ainda que se situem no interior do mesmo idioma.

Nesse contexto, o enunciador não pode ser visto como um "falseador" do discurso do Outro. Possenti (2009) explica que a interincompreensão não tem nada a ver com "má vontade ou incompetência dos adversários mútuos"; ela significa que "todos que têm acesso a um discurso 'de fora' compreendem-no 'erradamente' – porque o compreendem a partir de sua própria posição e não da posição dos enunciadores daquele discurso" (POSSENTI, 2009, p. 24).

Nesse procedimento de duplas traduções, cada discurso proveniente de uma FD repousa em dois conjuntos de categorias semânticas: as positivas, que são reivindicadas, e as negativas, que são rejeitadas. Maingueneau (2005)

---

<sup>5</sup> Maingueneau (2005), a partir de uma recente revisão do conceito de formação discursiva, considerada por ele de utilização "frouxa", sugere a adoção do termo posicionamento. De acordo com Maingueneau (2004), "posicionamento é uma das categorias de base da análise do discurso, que diz respeito à instauração e à conservação de uma identidade enunciativa" (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 392). Em outros termos, o posicionamento implica uma tomada de posição em determinado campo discursivo.

denomina de discurso agente “aquele que se encontra em posição de ‘tradutor’, de construtor de simulacros” e de discurso paciente “aquele que está sendo traduzido” (MAINGUENEAU, 2005. p.103). Esses papéis de agente e paciente se alternam, pois, constantemente.

Assim, cada formação discursiva qualifica/projeta os semas em positivos e negativos do Outro a partir de sua própria categoria semântica, isto é, por meio de um simulacro. É esse deslocamento de unidades de sentido de uma formação discursiva para outra que, por um lado, gera a polêmica, por outro, constitui e define a identidade das FD, possibilitando que o discurso do Mesmo e o discurso do Outro possam partilhar o mesmo espaço discursivo, “façam a mesma coisa”.

É importante salientar que esse desentendimento mútuo não ocorre de forma aleatória e exterior, em que um discurso encontra acidentalmente o discurso do Outro e faz dele o seu rival, mas está essencialmente inscrito na própria raiz dos discursos em questão. A “incompreensão” é, pois, um processo sistemático de duplas traduções que, obedecendo a regras específicas, condiciona o que “se deve falar e não se deve compreender” (MAINGUENEAU, 1997, p.121). Portanto, não é possível reconhecer a essência do discurso do Outro no Mesmo, pois isso é privilégio dos enunciadores daquela posição discursiva, mas apenas um simulacro dele, um Outro deslocado, traduzido, interpretado.

No capítulo subsequente, evidenciaremos as condições históricas que propiciaram o surgimento do DDS.

## CAPÍTULO II

# GÊNESE DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (A Carta da Terra, 2002).*

Conforme a perspectiva teórica adotada neste trabalho, o discurso é um modo de produção sócio-histórica em que se materializam as formações ideológicas. Por reconhecer que um trabalho em Análise do Discurso não pode estar isento de um exame da conjuntura em que um discurso é produzido, este capítulo tem como objetivo apresentar uma breve reflexão sobre o contexto histórico que possibilitou a emergência do DDS. Trata-se, assim, de identificar as relações interdiscursivas que propiciaram o seu surgimento.

Como já foi mencionado, o DDS incorpora aspectos do desenvolvimento da economia e de preservação ambiental. Pode-se dizer, então, que ele busca conciliar o interesse de dois posicionamentos: o *desenvolvimentista* e o *ambientalista*. Neste sentido, procurou-se traçar a trajetória histórica desses dois posicionamentos, buscando compreender como esses dois discursos antagônicos convergiram, dando origem ao DDS.

### **2.1 Discurso desenvolvimentista: do crescimento econômico ao desenvolvimento econômico**

No campo da Economia, a concepção de desenvolvimento começou a ser delineada no século XX, pós II Guerra Mundial. O planeta/globo encontrava-se polarizado em dois blocos: o *capitalista*, liderado pelos Estados

Unidos (EUA), e o *socialista/comunista*, liderado pela União Soviética (URSS). As duas nações iniciaram uma Guerra Fria pela disputa da hegemonia da ordem (política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica) mundial.

Os EUA, com o intuito de impedir o avanço do bloco soviético e também pela própria lógica de expansão do sistema capitalista, passaram a induzir mudanças na economia de suas zonas de influência, pois essas eram percebidas como sendo “atrasadas”, “arcaicas”, “tradicionais”, tomando por parâmetro a sociedade norte-americana, a fim de transformá-las em sociedades “modernas” e “desenvolvidas”.

É neste contexto que emergiu o discurso desenvolvimentista, funcionando como uma estratégia geopolítica para conter a revolução comunista e, sobretudo, garantir a contínua disseminação da economia e da cultura capitalista pelo globo, sob a égide da hegemonia dos EUA. A partir daí, a sociedade norte-americana passa a ser considerada como modelo de desenvolvimento universalmente almejado pelas economias primárias. Por esse motivo, os EUA irão conduzir/implantar o projeto político, econômico, social e cultural de desenvolvimento/modernização das nações que desejam superar o “atraso” e a “pobreza”.

O discurso desenvolvimentista se constitui com base em uma ideologia inerente à racionalidade capitalista, atuando como um dispositivo utilizado pelos países do Primeiro Mundo para “perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as majorias dominadas” (SACHS, 2004, p.26).

Em sua trajetória histórica, a noção de desenvolvimento, no campo da Economia, pode ser compreendida, fundamentalmente, sobre três perspectivas. Para a Escola Clássica, desenvolvimento é visto enquanto sinônimo de crescimento econômico, isto é, associado à evolução do sistema de produção, ao processo de acumulação de bens e progresso técnico. Nessa conceituação, o crescimento econômico tem como mola propulsora a industrialização. Assim sendo, o desenvolvimento é mensurado tendo por base o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Nacional Bruto (PNB) e a renda *per capita* de um país.

A partir da criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com base no "Relatório do Desenvolvimento Humano" e da publicação do "Índice de Desenvolvimento Humano" (IDH), essa teoria econômica começou a ser questionada. O relatório concluiu que o crescimento econômico, por si só, não garante o desenvolvimento, ou seja, o crescimento na geração de riqueza não se converte, necessariamente, em melhorias na qualidade de vida da população.

A segunda vertente, a da Economia Neoclássica, propõe uma expansão do conceito de desenvolvimento que passa a enfatizar não somente a dimensão econômica, mas também aspectos sociais, como bem-estar, os níveis de educação, saúde, entre outros. Segundo Celso Furtado (*apud* VEIGA, 2008):

Só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente (FURTADO, *apud* VEIGA, 2008, p. 9).

O advento da questão ambiental, como se verá adiante, irá culminar em uma terceira acepção de desenvolvimento, o chamado desenvolvimento sustentável. Os problemas ambientais e sociais inerentes ao processo de expansão e reprodução da economia capitalista tornaram-se cada vez mais visíveis, o que implicou em necessária alteração no modelo de desenvolvimento dominante. De acordo com Ignacy Sachs (*apud* VEIGA, 2008), o projeto de desenvolvimento:

[...] não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável (SACHS, *apud* VEIGA, 2008).

A seguir, far-se-á um breve percurso histórico do movimento ambientalista, buscando compreender como se deu a emergência da questão ambiental e os fatores que levaram a crescente legitimação desta temática.

## **2.2 Discurso ambientalista: os primeiros ecos em defesa do meio ambiente**

Embora os movimentos ambientalistas datem do pós-guerra, com a emergência do chamado “Novo Ambientalismo”, as primeiras manifestações organizadas em defesa do meio ambiente surgiram na Europa, na segunda metade do século XIX, influenciadas pelas descobertas científicas modernas, no ramo da botânica e zoologia (MCCORMICK, 1992, p.15). Na Grã-Bretanha, à medida que os naturalistas conheciam mais sobre a história natural, reconheciam sua importância e também os prejuízos ocasionados pela atividade humana, crescia também o interesse de preservar a natureza.

Em um segundo momento, o ambientalismo britânico se engajou em cruzada contra a crueldade com os animais e pela proteção da vida selvagem. Segundo McCormick (1992, p. 23), “os protecionistas acreditavam que salvando os animais selvagens estavam ajudando a preservar a própria tessitura da sociedade”. Além disso, a crueldade contra animais era vista como um traço de primitivismo e selvageria humana.

Ainda segundo o teórico, um terceiro fator impulsionou o nascente ambientalismo naquele país: a poluição desencadeada pelos vapores da industrialização que ameaçavam a saúde pública. Em 1863, a Grã-Bretanha aprovou a primeira lei de amplo espectro contra a poluição do ar. Esse fato fez com que surgissem reivindicações pela criação e proteção de espaços verdes para o lazer nas florescentes cidades industriais e, conseqüentemente, propiciou o surgimento do primeiro grupo ambientalista privado do mundo, a *Commons, Foot-paths, and Open Spaces Preservation Society*, fundado em 1865, que advogava pela preservação de áreas verdes para a recreação dos trabalhadores urbanos.

O pensamento naturalista também se desenvolveu no continente americano. De acordo com McCormick (1992, p. 23), há semelhanças e diferenças entre o ambientalismo desenvolvido na Europa Ocidental e o interesse pelo ambiente natural na América do Norte. Assim como ocorreu na Grã-Bretanha, os Estados Unidos também se preocuparam em destinar áreas

verdes para o lazer, recreação e educação ambiental da população. Uma das diferenças residia no fato de que no novo continente era possível destinar áreas naturais ainda intocadas pela ação humana, enquanto na Europa, que já tinha sido bastante explorada e colonizada, restava somente a criação de redutos verdes nos centros urbanos.

A delimitação de áreas de conservação nos Estados Unidos foi obtida por meio de dois decretos: o primeiro, em 1864, transferiu o Vale Yosemite e o Mariposa Grove de Big Trees para o estado da Califórnia, à condição de que "os espaços serão mantidos para utilização, lazer e recreação públicos, e deverão ser mantidos inalienáveis em qualquer tempo" (MCCORMICK, 1992, p. 30). Em 1872, um segundo decreto designava uma área de 800 mil hectares no Wyoming para a criação do primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone.

Na virada do século XX, há uma cisão do pensamento ambiental norte-americano em duas vertentes: os preservacionistas e os conservacionistas. Os preservacionistas, liderados por Muir<sup>6</sup>, tinham uma visão mais "ecocêntrica" ou "biocêntrica", isto é, defendiam a proteção de áreas verdes integralmente, garantindo a sua intocabilidade, ao não ser que fosse para fins de pesquisa, lazer e educação ambiental, independentemente do interesse econômico humano. Conforme comprova McCormick (1992):

Enquanto Muir e os preservacionistas falavam de "proteger" ou "preservar" o meio ambiente, o que freqüentemente implicava a total exclusão das áreas virgens de qualquer alternativa que não fosse recreação, outros falavam de "conservação", ou de exploração sustentada de recursos tais como solo, florestas e águas (MCCORMICK, 1992, p.31).

Já a segunda vertente, o nascente conservadorismo americano, havia se tornado intimamente identificado com o progressismo. Os conservacionistas,

---

<sup>6</sup> John Muir (1838-1914) nasceu em Dunbar, Escócia, e emigrou com sua família para Wisconsin em 1849. Após a universidade (não se formou) perambulou pelo Canadá e pelo sul dos Estados Unidos, até chegar a San Francisco em 1868 e mudar-se para o Parque Nacional de Yosemite. Na meia-idade começou a escrever, destacando-se na proteção não somente do Yosemite, como também dos parques nacionais de Petrified Forest e Grand Canyon, no Arizona.

liderados por Pinchot<sup>7</sup>, possuíam uma visão mais “antropocêntrica”, isto é, consideravam o homem como centro do universo, voltado à racionalização dos recursos naturais. Para Diegues (1996), o germe do conceito de desenvolvimento sustentável advém do pensamento conservacionista de Pinchot (DIEGUES, 1996, p.29).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas, foi organizada, em 1949, nos EUA, a “1 Conferência Internacional sobre Conservação dos Recursos Naturais” (*United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources - UNSCCUR*), que se propunha a discutir sobre a conservação e uso dos recursos naturais.

Na segunda metade do século XX, uma série de fatores propiciou o surgimento de um movimento ambiental em escala global. O término da II Guerra Mundial, a realização de testes atômicos, a divulgação de uma série de desastres ambientais desencadeados pela industrialização e o avanço das pesquisas científicas, que davam uma noção da amplitude das mudanças ambientais e traçavam um cenário apocalíptico do futuro, geraram um alarmismo e um pessimismo na população.

A partir daí, os debates sobre a relação entre homem e natureza ganharam notoriedade e progressiva importância. Mais foi somente na década de 1960 que o ambientalismo entra em uma nova fase, dando origem ao chamado “Novo Ambientalismo”. Para além de uma preocupação com o mundo natural e dos embates entre os preservacionistas e os conservacionistas do período anterior, o movimento passou a abranger outras demandas sociais e a questionar o sistema industrial capitalista. Carlos Minc (MINC *apud* MCCORMICK, 1992, p. 4) sintetiza essa nova constituição do movimento ecológico:

---

<sup>7</sup> Gifford Pinchot (1865-1946) nasceu em Connecticut e foi educado em Paris e na Pensilvânia. Depois de formar-se em Yale, estudou manejo florestal na Alemanha e na França antes de se instalar como consultor dessa especialidade em Nova York. Foi nomeado para o conselho da nova Comissão Nacional de Manejo Florestal em 1896. Sua família ajudou-o a instalar uma escola de manejo florestal em Yale.

As bases constitutivas do pensamento ecológico são múltiplas e antigas. Elas ganharam consistência com o conhecimento científico sobre as formas de vida e os ecossistemas adquirido no século passado. Nutriram-se das lutas em defesa das florestas e animais ameaçados, na primeira metade deste século, e incorporaram outras dimensões fundamentais: a luta pela paz, contra a contaminação dos alimentos, contra o risco nuclear, pela despoluição das cidades, contra o gigantismo das concentrações industriais, pelas liberdades fundamentais, por novos direitos de cidadania (MINC *apud* MCCORMICK, 1992, p. 5).

A proposta do Novo Ambientalismo era o de repensar a questão ambiental por meio de profundas transformações do sistema econômico em vigor e seu estilo de vida. Ele se preocupava fundamentalmente com a qualidade de vida das pessoas que estava diretamente associada ao crescimento econômico. Entretanto, diferentemente de como ocorreu com outras revoluções, a constituição desse novo movimento não foi motivada por uma crise repentina e nem uma questão isolada. McCormick (1992) denomina esse movimento de ruptura por “revolução ambientalista”. Para o teórico:

De todas as revoluções conceituais do século XX, poucas forjaram uma mudança tão universal e fundamental nos valores humanos quanto a revolução ambientalista. Gerado pelos amantes da natureza e filantropos vitorianos, nutrido por naturalistas amadores e planejadores profissionais, e finalmente inserido na agenda das políticas públicas por uma nova geração rebelde e idealista, o ambientalismo ultrapassou as divisões religiosas, nacionais e políticas para difundir-se em quase todos os países da Terra (MCCORMICK, 1992, p. 16).

O novo movimento, segundo McCormick (1992), era mais dinâmico e heterogêneo, se preocupava com questões universais e, por isso mesmo, ganhou mais adeptos. McCormick (1992, p. 64) aponta duas distinções fundamentais entre o ambientalismo anterior e o recente modelo. Em primeiro lugar, os precursores do Novo Ambientalismo centravam-se suas preocupações quanto ao futuro da humanidade e não, necessariamente, com o esgotamento dos recursos naturais, embora, aparentemente, estivessem inter-relacionados. Enquanto no modelo anterior, os preservacionistas se preocupavam com a proteção do meio ambiente e da vida selvagem e os conservacionistas com a utilização racional dos recursos naturais, no novo paradigma o foco principal era a própria sobrevivência da raça humana.

Em segundo lugar, os “novos” ambientalistas buscavam uma transformação de ordem política, distinguindo-se, pois, dos preservacionistas, que eram essencialmente filantrópicos, e dos conservacionistas, que baseavam seus argumentos na ciência econômica.

Como pode-se notar, o movimento ambientalista é complexo, difuso, multimodal. Dada a essa multiplicidade de enfoques e demandas sociais a que o debate ecológico passou a aderir, é natural que o movimento tenha dado origem a diversas outras vertentes do pensamento ambiental. Herculano (1992) sublinha sete vertentes do pensamento ambientalista. A seguir, serão apresentadas, de forma sucinta e em ordem cronológica, as sete principais concepções representativas do movimento ambientalista internacional.

a) Movimento ambientalista alternativo: surgiu nos Estados Unidos na década de 60. Sob o lema “paz e amor”, os *hippies* deram expressão à contracultura, condenavam as guerras e o desenvolvimento técnico-científico da indústria moderna que produzia atrocidades contra o meio ambiente e os seres humanos, chamando a atenção para a possibilidade de o mundo estar sob o comando de malucos poderosos que poderiam explodi-lo a qualquer momento. Pregavam um modo de vida alternativo, em comunhão com a natureza, e valorizavam as filosofias orientais milenares como o budismo e o hinduísmo, que enalteciam a natureza e a concebiam como sendo sagrada. Condenavam o produtivismo e o consumismo/materialismo da economia capitalista e as desigualdades sociais oriundas da sociedade de consumo.

b) Movimento ambientalista neomalthusianos: inspirados na teoria de Thomas Malthus, seus expoentes defendiam a restrição do crescimento demográfico/populacional da terra, a fim de evitar a exaustão dos recursos naturais e a degradação da qualidade de vida dos que nela habitam.

c) Movimento ambientalista zerista: ancorados no relatório produzido pelos técnicos do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), propunham o crescimento econômico zero a todos os países do mundo, caso contrário o planeta entraria em um colapso ambiental e não sobreviveria a mais que quatro gerações. Adiante ver-se-á que a proposta de crescimento zero gerou muitos

debates entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento durante a realização da Conferência de Estocolmo.

d) Movimento ambientalista marxista: também em 1972, pré-conferência de Estocolmo, surgiu a corrente que defendia a ideia de que o capitalismo, e o surgimento de uma ideologia consumista, era o principal responsável pela degradação do meio ambiente, e não necessariamente o industrialismo. Os eco-marxistas criticavam o sistema capitalista, no qual a natureza era vista como uma simples mercadoria, um mero objeto de consumo. Acreditavam que com o fim do sistema de produção capitalista acabariam também a crise ecológica, social e econômica disseminadas por esse sistema.

e) Movimento ambientalista os verdes, ou ecologistas sociais: surgiram na Alemanha, em 1983, como um movimento político que reivindicava em defesa do meio ambiente. Essa vertente critica o capitalismo, pois acredita que o desequilíbrio ambiental está diretamente relacionado ao produtivismo e ao consumismo extremado. Defendem uma economia verde baseada na sustentabilidade e justiça social, isto é, voltada para o atendimento às necessidades essenciais dos seres humanos e não para a acumulação de capital.

f) Movimento ambientalista ecologia profunda ("*deep ecology*"): apresenta uma visão mais ecocêntrica. Fundamentados em James Lovelock, acreditam que o planeta Terra é um ser vivo, Gaia, uma mãe canibal que devora seus filhos e que devorará os humanos se estes continuarem a alterar o meio ambiente. Neste sentido, argumentam que os seres humanos são apenas mais uma vida do planeta dentre as demais existentes, e, portanto, não têm o direito de ameaçar as outras espécies vivas.

g) Movimento ambientalista ecotecnicista ou tecnocentrismo: como o próprio nome já sugere, seus idealistas acreditam que a anunciada crise ambiental do planeta pode ser superada por meio do progresso tecnológico da ciência.

Como é possível observar, o ambientalismo tornou-se um movimento de ampla atuação que excedeu questões relacionadas, estritamente, à proteção

do meio ambiente e passou a incorporar uma série de demandas políticas e sociais, provenientes das reflexões sobre os contrastes e deficiências do sistema econômico dominante. De maneira geral, o movimento ambientalista centra-se em uma crítica à sociedade capitalista e ao seu discurso desenvolvimentista que agride a natureza e acirra a desigualdade social.

O discurso ambientalista, então, tornou-se uma ameaça à ordem econômica vigente, o que implicou uma estratégia de regulação do modelo de desenvolvimento capitalista, no sentido de garantir a sua hegemonia, e não de promover uma transformação radical. A tentativa de conciliar as demandas ambientalistas no interior deste sistema de produção irá culminar no DDS.

Isso quer dizer que o DSS não foi o resultado de uma revolução conduzida pelo ambientalismo, ao contrário do que sugere os trabalhos desenvolvidos por McCormick (1992), no qual uma série de episódios desencadearam uma gradativa tomada de consciência ecológica por parte sociedade civil. Nesta pesquisa defendemos que a proposta do desenvolvimento sustentável emerge a partir de uma estratégia de reconfiguração do sistema econômico para manter a sua hegemonia.

### **2.3 Discurso do Desenvolvimento Sustentável**

Na seção anterior, viu-se que a problemática ambiental tornou-se um tema de notória legitimidade. O discurso ambientalista se disseminou pelo mundo e conquistou inúmeros adeptos a partir do momento que começou a incorporar as demandas sociais desencadeadas pelo capitalismo.

A partir da década de 70, as discussões em torno da questão ambiental intensificaram-se e passaram a ser discutidas não apenas pelos grupos de ambientalistas e simpatizantes, mas também pelo governo, empresários, cientistas etc, o que alterou radicalmente o rumo dos movimentos ambientalistas. A problemática ambiental que antes tratada, genuinamente, por grupos não governamentais (ONG), passou a ser abordada pelos organismos governamentais oficiais.

Em março de 1972, o Clube de Roma<sup>8</sup> publicou o relatório intitulado *The Limits to Growth* (Os Limites do Crescimento), elaborado pela equipe de pesquisadores do MIT (Massachusetts Institute of Technology), que apontava o crescimento econômico e populacional, ocasionados pela industrialização, como o principal responsável pela exaustão dos recursos naturais do planeta. Segundo os estudiosos, o risco de uma catástrofe global era eminente e, portanto, era necessário que os países “subdesenvolvidos” “freassem” o ritmo de sua industrialização, sob a pena do planeta Terra não resistir.

A divulgação do relatório repercutiu durante a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, Suécia, em junho de 1972, gerando debates entre os países desenvolvidos, os “subdesenvolvidos” e os ambientalistas. Os países do primeiro mundo, liderados pelos Estados Unidos, se mostravam a favor do parecer, já os países do terceiro mundo, liderados pelo Brasil, por sua vez, argumentavam que os países desenvolvidos estavam se apropriando da ideologia ambiental como uma forma de estagnar o crescimento econômico das nações em desenvolvimento. Além disso, os países do terceiro mundo atribuíam a responsabilidade de restituir os recursos naturais aos países do primeiro mundo, pois eles seriam os principais culpados pela devastação do meio ambiente. Já os ambientalistas exigiam providências a fim de reverter o quadro previsões catastróficas que a pesquisa previa.

O conflito entre os países dos hemisférios Norte e Sul acabou respingando no movimento ambiental. Até então, os ambientalistas, que eram imbuídos apenas de valores altruístas, filantrópicos, passaram a ter outras significações depreciativas e a ser rotulados de radicais, utópicos, fanáticos, ecochatos, biodesagradáveis, baderneiros que queriam estagnar o desenvolvimento econômico, enfim, tanto os países do primeiro mundo quanto os países do terceiro mundo passaram a estigmatizar e desacreditar o movimento. De maneira geral, a defesa da natureza ainda era considerada

---

<sup>8</sup> O Clube de Roma foi uma associação livre de cientistas, empresários e políticos de diversos países que se reuniram em Roma, no princípio da década de 70, para refletir, debater e formular propostas sobre os problemas do sistema global (MCCORMICK, 1992, p. 87).

uma causa nobre, no entanto, em certa medida, ela poderia ser prejudicial, pois poderia significar um atraso para o progresso da humanidade.

Após a conferência ficou evidente a necessidade de se pensar um modelo de gestão que, por um lado, não comprometesse o crescimento/desenvolvimento dos países pobres e dos países ricos e que, por outro, atendesse às reivindicações do movimento ambiental. Com o objetivo de encontrar uma alternativa para esse impasse, a ONU constituiu, oficialmente, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) composta por representantes de vários países, inclusive do Brasil, e presidida pela, então, primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Em 1982, quando se discutiam pela primeira vez as atribuições de nossa Comissão, houve quem desejasse que suas considerações se limitassem apenas a "questões ambientais". Isto teria sido um grave erro. O meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas, e tentar defendê-lo sem levar em conta os problemas humanos deu à própria expressão "meio ambiente" uma conotação de ingenuidade em certos círculos políticos. Também a palavra "desenvolvimento" foi empregada por alguns num sentido muito limitado, como "o que as nações pobres deviam fazer para se tornarem mais ricas" [...] (BRUNDTLAND; ET AL, 1991, p. 13)

Em 1987, quatro anos após a sua fundação, a CMMAD apresentou o resultado de seus trabalhos e publicou o relatório intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), que ficou conhecido por Relatório Brundtland. O documento ressaltava a necessidade de administração do crescimento populacional e de controle dos recursos naturais do planeta. Reiterava ainda as críticas ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, que exploraria de maneira irracional e irresponsável os recursos naturais. Conforme o documento:

[...] muitas das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas nações industrializadas são evidentemente insustentáveis. [...] Muitas questões críticas de sobrevivência estão relacionadas com desenvolvimento desigual, pobreza e aumento populacional (BRUNDTLAND; ET AL, 1991, p. 14).

É neste documento que é consagrado o conceito de desenvolvimento sustentável, como sendo aquele que:

procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (BRUNDTLAND; ET AL, 1991, p. 46).

Neste sentido, a definição de desenvolvimento sustentável não se resume apenas à dimensão ecológica, mas incorpora também as dimensões políticas, econômicas, tecnológicas, sociais, culturais.

Além da conceituação de desenvolvimento sustentável apresentada no relatório Nosso Futuro Comum, outra definição assenta-se no "triple bottom line" (tripé da sustentabilidade), criado pelo economista inglês John Elkington, que estabelece desenvolvimento sustentável como aquele que é economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto, como ilustra o esquema a seguir:



Figura 1: Esquema representativo relacionando parâmetros para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

A proposta do desenvolvimento sustentável procurava demonstrar de que maneira políticas ambientais poderiam promover o desenvolvimento econômico e social, conciliando, dessa forma, os interesses do capitalismo do Primeiro Mundo, dos desenvolvimentistas do Terceiro Mundo e dos grupos ambientalistas. Surgem, então, os novos ambientalistas, com o seu discurso técnico-científico de desenvolvimento sustentável, tornando-se os porta-vozes

legítimos do meio ambiente, ratificados pelos mais diversos organismos governamentais, intergovernamentais, não governamentais, empresariais pela mídia e pela opinião pública.

Neste espaço político, o ambientalismo torna-se um movimento cada vez mais homogêneo e conformado às aspirações da ideologia econômica dominante. Pode-se perceber que as demandas ambientalistas passam a ser subordinadas à lógica de produção do sistema capitalista, constringendo o movimento a zonas de sentidos institucionalizadas, tidas como socialmente válidas e aceitas.

O discurso ambientalista passa a ser reproduzido pelo posicionamento ao qual ele, a priori, se opõe, a saber, o posicionamento desenvolvimentista. Maingueneau (2005) adverte que um discurso só pode ser compreendido no interior de sua grade semântica. A partir do momento em que ele se desloca para outro posicionamento, ele só pode ser tratado enquanto um simulacro daquele discurso.

Assim sendo, a partir do aporte teórico que fundamenta esta pesquisa e também da breve trajetória sócio-histórica realizada anteriormente, pode-se observar que o DDS emergiu a partir das relações interdiscursivas estabelecidas entre o posicionamento desenvolvimentista, que defende a necessidade de se promover o desenvolvimento econômico dos países, e o posicionamento ambientalista, que advoga em prol do meio ambiente.

O DDS procura instituir um novo significado para o que venha ser desenvolvimento econômico e o que o significa defender o meio ambiente. Essa prática discursiva opõe-se, pois, ao mau desenvolvimento, ou seja, aquele em que não há uma preocupação com o meio ambiente –, e ao mau ambientalismo, ou seja, aquele que impede o desenvolvimento da economia. A seguir, será possível evidenciar as proposições elaboradas no âmbito político e no âmbito dos movimentos sociais para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

### 2.3.1 Consumo sustentável

A partir da década de 90, começou-se a vislumbrar propostas de sustentabilidade. Para tanto, foi realizada, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>9</sup>, a Cúpula da Terra, sediada no Brasil, que buscava discutir medidas que conciliassem crescimento econômico e equilíbrio ecológico. Durante o evento foram aprovados os seguintes documentos oficiais: a Carta da Terra, duas declarações de princípios sobre florestas e do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21. Além disso, foi negociada a realização de três convenções: a da Biodiversidade, da Desertificação e das Mudanças Climáticas.

Os debates da Eco 92 culminaram em mais um deslocamento discursivo a respeito da crise do meio ambiente. Se antes, o enfoque do problema ambiental estava voltado para o modelo de produção difundido pelos países desenvolvidos, a partir do evento, a crise ambiental passa a ser percebida como um problema relacionado ao consumo e ao estilo de vida das sociedades contemporâneas.

Antes mesmo da realização da Eco-92, o movimento ambientalista alternativo, da década de 60, já apontava o consumismo e o chamado *American way of life* – estilo de vida americano – como uma das causas da degradação ambiental do planeta. No entanto, esse novo movimento surgido pós-Rio 92 apresenta uma proposta de combate ao consumismo, orientada sob o ponto de vista de uma ideologia do desenvolvimento econômico.

Apontado pelo ambientalismo original desde a década de 60 e motivo de críticas há vários séculos, o lado perverso do consumismo ocidental moderno chega finalmente aos discursos hegemônicos, fazendo ressurgir o tema da escassez e dos limites ecológicos no final do século XX. Com isso, a

---

<sup>9</sup> Posteriormente, a esse evento muitos outros o sucederam buscando discutir de maneira mais sistemática o desenvolvimento sustentável. Foram organizadas outras conferências mundiais, tais como a Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis – Aalborg, ocorrida na Dinamarca em 1994; a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, onde se estabelece o Protocolo de Quioto; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada também de Rio+10, ocorrida no ano de 2002, em Johannesburgo (África de Sul), e mais recentemente, no ano de 2012, foi realizada a Rio +20.

degradação ambiental e as formas de poluição produzidas na esfera industrial perdem importância para as formas de poluição produzidas nas atividades cotidianas de consumo, pelas pessoas comuns. Com este deslocamento, houve também uma desvinculação entre os processos de produção e consumo, com ênfase recaindo sobre o segundo (PORTILHO, 2005, p. 32).

O ato do consumo desponta, a partir da década de 90, como uma das propostas centrais para se alcançar a sustentabilidade. A responsabilidade ambiental que antes era somente atribuída ao setor produtivo passou a ser exigida também dos consumidores, buscando despertar neles uma preocupação ética com relação ao consumo e ao meio ambiente. Governo e empresas passaram, então, a estimular e a valorizar ações individuais promovidas pelos consumidores, minimizando, assim, a sua responsabilidade e deslocando-a para os indivíduos. Um dos principais argumentos utilizados era de que nada adiantaria se apenas as empresas e o governo cumprissem o seu dever de proteger o meio ambiente e os cidadãos também não fizessem o seu papel.

Neste contexto, surgem estratégias de enfrentamento da crise ambiental rumo à sustentabilidade. Inicialmente, as propostas enfatizavam o consumo verde, que é aquele em que o consumidor busca, além da variável qualidade/preço, a variável ambiental, dando preferência àqueles produtos ou serviços que não agredem o meio ambiente, ou que, ao menos, sejam percebidos discursivamente dessa forma, os chamados produtos verdes. Esses eco produtos recebiam uma certificação que atestava que o produto seguia a normas de padronização de gestão ambiental. Consumidor cidadão, ético ou responsável é aquele indivíduo que compra esse produto. Tem-se, assim, a formação de um mercado verde.

O movimento do consumo verde estimulava os consumidores a substituir uma determinada marca por outra e até mesmo boicotar os produtos que não se enquadrariam neste novo cenário, a fim de exercer pressão sobre o sistema de produção. No entanto, essa estratégia acabou sofrendo uma forte reação. As inovações tecnológicas, a reciclagem e a redução do desperdício por si só não eram suficientes para solucionar o colapso ambiental. Além disso, os

custos com o incremento de tecnologias limpas para a produção dos produtos recairiam muito mais sobre os consumidores do que sobre os produtores. De acordo com Portilho (2005):

[...] o consumo verde, ao contrário de promover um enfrentamento (à problemática ambiental), atenderia à continuidade dos privilégios das sociedades afluentes, dando continuidade à sacralização da Sociedade de Consumo e favorecendo a expansão do capitalismo predatório. [...] Além disso, o consumo verde atacaria somente uma parte da equação – a tecnologia – e não os processos de produção e distribuição, além da cultura do consumismo. (PORTILHO, 2005, p.119)

Mais tarde, propôs-se estender o alcance do consumo verde para o conceito de consumo sustentável, que englobaria para além das inovações tecnológicas e mudanças nas escolhas individuais dos consumidores, ações coletivas e mudanças políticas, econômicas e institucionais. No entanto, segundo Portilho (2005. p. 146), “na prática, as considerações e propostas relacionadas ao consumo sustentável, se confundem com aquilo que se propuseram a ultrapassar: o consumo verde”.

Na contemporaneidade, a proposta do consumo consciente surge como uma prática de dimensão global que exerce o papel de desenvolver uma espécie de consciência ambiental nas pessoas, a fim de que elas levem em conta, na hora da compra, os reflexos que o consumo irresponsável causa ao meio ambiente. A ideia básica é despertar um senso de co-responsabilidade nos indivíduos, pois eles são apontados como um dos principais responsáveis pela crise ambiental. Uma das estratégias para se atingir esse objetivo é mostrar os danos causados ao meio ambiente (efeito estufa, desertificação dos solos etc.) produzidos por um consumo irracional que compromete a regeneração da natureza e, conseqüentemente, a própria sobrevivência da raça humana.

Assim, em vez desse discurso promover uma discussão mais profunda sobre o consumo nas sociedades modernas, ele restringe-se a estimular o consumo de produtos sustentáveis e, paralelamente, incentiva ações individuais no cotidiano das pessoas, como a redução no gasto de energia, do desperdício de água, reciclagem etc, que são somente medidas paliativas.

Note-se que o movimento não é no sentido de estimular uma redução nos níveis de consumo da sociedade, e sim substituir os tradicionais produtos que o mercado oferece por produtos menos agressivos ao meio ambiente, ou que pelo menos sejam assim significados nas práticas discursivas de oferta de produtos e serviços. Neste sentido, essa prática discursiva realiza somente um deslocamento no âmbito discursivo: do consumo alienado para a legitimação de um consumo consciente.

A crise ambiental é tratada de acordo com a lógica do sistema econômico predominante. O meio ambiente passa a ser explorado como um subterfúgio para obtenção de vantagens competitivas e econômicas. Ainda que esse discurso se invista de uma preocupação ambiental, que se ressaltem os benefícios trazidos ao planeta com a aquisição de um produto verde, o propósito final é o lucro. Portanto, trata-se de uma forma de ressignificar e reestruturar novas necessidades de consumo para a sociedade.

[...] Apropriando-se e adaptando a temática ambiental à sua lógica, o mercado e o capital se autointitularam capazes de resolver todos os constrangimentos ambientais, dentro do atual e hegemônico modelo de desenvolvimento econômico, sobretudo através da competitividade empresarial que estimularia o uso de tecnologias limpas e o desenvolvimento de “produtos verdes” e “ecologicamente corretos” (PORTILHO, 2005. p. 120).

O ato de consumir torna-se uma espécie de prática cívica. Atividades como ir às compras, que, até então, eram consideradas simples e cotidianas, passam a ser encaradas como uma nova luta política: a proteção do patrimônio do planeta. Os indivíduos não são mais vistos apenas como consumidores, mas como consumidores-cidadãos que possuem o dever ético e social de preservar ecossistemas através de suas práticas de consumo responsáveis.

### **2.3.2 Consumidores-cidadãos: os novos ativistas ambientais?**

O consumidor-cidadão é aquele indivíduo consciente e bem informado dos prejuízos que suas atividades de consumo geram ao meio ambiente. Logo, esse sujeito privilegia o consumo de produtos com baixo impacto ambiental e,

paralelamente, adota medidas simples no seu dia a dia, como a coleta seletiva de lixo, reciclagem etc. Dessa forma, ele está demonstrando a sua consciência ecológica e, conseqüentemente, contribuindo para a preservação do patrimônio natural da humanidade: o meio ambiente.

Essa nova percepção tende a levar os indivíduos a acreditarem que o consumo é uma forma legítima de cidadania. Nota-se, dessa forma, que o cidadão é reduzido ao papel de consumidor. Portilho (2005) assinala que o sistema econômico atual vem, paulatinamente, gerando uma despolitização da causa ambiental, reduzida meramente à esfera do consumo, banalizando, assim, a noção de cidadania:

[...] O cidadão é reduzido à esfera do consumo, já que consumir torna-se sinônimo de participar da esfera pública. Em lugar do cidadão forma-se um consumidor, que aceita ser chamado de cliente e usuário e aceita ser cobrado por uma espécie de “obrigação moral é cívica de consumir”. O consumo, conforme foi dito, passa a ser encarado não apenas como um “direito” ou um “prazer”, mas como um “dever do cidadão” (PORTILHO, 2005, p.184)

De acordo com Portilho (2005), o modelo sustentável em questão, embora seja investido de um forte apelo ecológico, não alude a um amplo debate sobre o consumismo nas sociedades modernas e não propõe uma transformação efetiva nos seus padrões de consumo, mas sim institui um novo perfil de consumidor – o consumidor-cidadão –, voltado a atender às demandas de um mercado verde em ascensão.

Portanto, a partir da Rio-92, o eixo central das discussões restringe-se à proposição de estratégias voltadas para a auto-regulação do mercado. As demandas emancipatórias provenientes dos setores organizados da sociedade, como as relativas ao equacionamento da problemática ambiental e social, ficaram segundo plano, dando lugar às questões relativas à reorganização/reestruturação da economia mundial. O DDS opera no sentido de gerir as reivindicações socioambientais dentro dos marcos do sistema capitalista.

## CAPÍTULO III

### O PERCURSO TEÓRICO- METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta pesquisa ocupa-se em investigar a polêmica constitutiva do DDS. Para tal empreendimento, este trabalho tem como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso francesa, tendo como eixos centrais os conceitos de interdiscurso e polêmica, postulados por Maingueneau (2005).

Com base nesse aparato epistêmico têm-se em vista os seguintes objetivos específicos: a) investigar o contexto sócio-histórico que favoreceu a gênese do discurso do desenvolvimento sustentável; b) compreender o funcionamento discursivo da relação polêmica que envolve o discurso da preservação ambiental (posicionamento ambientalista) e o discurso do desenvolvimento econômico (posicionamento desenvolvimentista) e c) analisar as marcas linguísticas da materialidade discursiva por meio das quais se revela o sistema de restrições semânticas globais (MAINGUENEAU, 2005), em que se sustenta o discurso do desenvolvimento sustentável.

A análise consistirá em duas etapas, que não devem ser entendidas como estanques. A primeira etapa de análise focaliza a relação de polêmica instaurada a partir do *dizer sobre o Outro*, isto é, a polêmica que o DDS mantém com os seus Outros do espaço discursivo considerado. Nesta etapa, observar-se-á os simulacros que o DDS constrói do posicionamento ambientalista e do posicionamento desenvolvimentista. A segunda etapa enfoca a relação de polêmica instaurada a partir do *dizer sobre si*, isto é, a relação do DDS com o discurso do Mesmo, a imagem que ele constrói de si relacionada à imagem que produz de seus Outros.

#### 3.1 Sobre a natureza do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é constituído por textos que versam sobre a temática do desenvolvimento sustentável, publicados no *site* do Instituto *Akatu*

e no Portal do Meio Ambiente. Tais mídias têm contribuído para a institucionalização, consolidação e legitimação de um discurso em favor do desenvolvimento sustentável, tal qual expresso no relatório de Brundtland, bem como a sua popularização pela esfera pública.

A seleção destas mídias eletrônicas como fonte para o *corpus* considerou, ao menos, três critérios: a) trata-se de duas mídias eletrônicas especializadas em temas relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento; b) sua circulação é de âmbito nacional; e c) as matérias publicadas abordam diretamente sobre o tema do desenvolvimento sustentável e buscam persuadir o público a agir de forma ecologicamente correta.

Tendo em vista os propósitos desta pesquisa, foram selecionados quinze (15) textos da esfera jornalística (matérias, artigos e entrevistas), extraídos do Portal do Meio Ambiente e do *site* do Instituto *Akatu*. A escolha desses textos se deve, sobretudo, ao fato de esse conjunto constituir uma amostra representativa da polêmica constitutiva do DDS. Privilegiou-se, assim, aqueles textos em que é possível evidenciar como a polêmica se configura, tanto em seu sentido restrito quanto em seu sentido amplo.

No quadro, a seguir, são apresentadas as fontes das matérias, artigos e entrevistas selecionadas do Portal do Meio Ambiente e do *site* do Instituto *Akatu*, de onde se recortou as sequências discursivas que serão oportunamente analisadas:

ECOMÍDIAS	TEXTOS SELECIONADOS	ANO DE PUBLICAÇÃO
Portal do Meio Ambiente	1. <i>A espécie humana na encruzilhada</i> <a href="http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilm-ar-s-d-berna/4640-a-especie-humana-na-encruzilhada">http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilm-ar-s-d-berna/4640-a-especie-humana-na-encruzilhada</a>	14.03. 2012
Portal do Meio Ambiente	2. <i>A visão e a cegueira ambientais</i> <a href="http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilm-ar-s-d-berna/4589-a-visao-e-a-cegueira-">http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilm-ar-s-d-berna/4589-a-visao-e-a-cegueira-</a>	14. 03. 2012

	<a href="#">ambientais</a>	
Site do Instituto Akatu	3. <i>Sustentabilidade é tema de campanha da CNBB de 2011</i> <a href="http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Campanha-da-Fraternidade-lembra-que-ser-cristao-e-ser-sustentavel">http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Campanha-da-Fraternidade-lembra-que-ser-cristao-e-ser-sustentavel</a>	22.03.2011
Site do Instituto Akatu	4. <i>É a economia que deve se adaptar à sustentabilidade, não o contrário.</i> <a href="http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/E-a-economia-que-deve-se-adaptar-a-sustentabilidade-nao-o-contrario">http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/E-a-economia-que-deve-se-adaptar-a-sustentabilidade-nao-o-contrario</a>	15. 04. 2011
Site do Instituto Akatu	5. <i>Triplo desafio à ideologia verde</i> <a href="http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Triplo-desafio-a-ideologia-verde">http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Triplo-desafio-a-ideologia-verde</a>	28.11. 2011
Site do Instituto Akatu	6. <i>Produção e consumo: mudar é preciso</i> <a href="http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Producao-e-consumo-mudar-e-preciso-ok">http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Producao-e-consumo-mudar-e-preciso-ok</a>	06. 06. 2011
Portal do Meio Ambiente	7. <i>Como administrar com consciência ecológica</i> <a href="http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilm-ar-s-d-berna/4793-como-administrar-com-consciencia-ecologica">http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilm-ar-s-d-berna/4793-como-administrar-com-consciencia-ecologica</a>	20.07. 2010
Portal do Meio Ambiente	8. <i>A Natureza objeto</i> <a href="http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/educacao-a-cidadania/5839-a-natureza-objeto">http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/educacao-a-cidadania/5839-a-natureza-objeto</a>	01.11.2010
Portal do Meio Ambiente	9. <i>Mudar o desenvolvimento para salvar a biodiversidade</i> <a href="http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/meio-ambiente-natural/biodiversidade/5837-mudar-o-desenvolvimento-para-salvar-a-biodiversidade">http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/meio-ambiente-natural/biodiversidade/5837-mudar-o-desenvolvimento-para-salvar-a-biodiversidade</a>	01.11.2010
Portal do Meio Ambiente	10. <i>O vegetarianismo e a ética animal e ambiental</i> <a href="http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/ecologia-humana/saude-alimentacao-e-qualidade-de-vida/5916-o-vegetarianismo-e-a-etica-animal-e-ambiental-">http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/ecologia-humana/saude-alimentacao-e-qualidade-de-vida/5916-o-vegetarianismo-e-a-etica-animal-e-ambiental-</a>	11.11.2010

Portal do Meio Ambiente	11. <i>Alarmismo pouco é bobagem</i> <a href="http://portaldomeioambiente.org.br/component/content/archive?year=2009&amp;month=6">http://portaldomeioambiente.org.br/component/content/archive?year=2009&amp;month=6</a>	21.06.2009
Portal do Meio Ambiente	12. <i>Extrapolação e colapso do sistema mundial?</i> <a href="http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/leonardo-boff/1021-extrapolacao-e-colapso-do-sistema-mundial">http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/leonardo-boff/1021-extrapolacao-e-colapso-do-sistema-mundial</a>	21.07. 2009
Site do Instituto Akatu	13. <i>Os impactos da alimentação para o meio ambiente</i> <a href="http://www.akatu.org.br/Temas/Alimentos/Posts/Os-impactos-da-alimentacao-para-o-meio-ambiente">http://www.akatu.org.br/Temas/Alimentos/Posts/Os-impactos-da-alimentacao-para-o-meio-ambiente</a>	17.06. 2008
Site do Instituto Akatu	14. <i>Afinal, o que é essa tal de sustentabilidade?</i> <a href="http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Afinal-o-que-e-essa-tal-de-sustentabilidade">http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Afinal-o-que-e-essa-tal-de-sustentabilidade</a>	18. 12. 2007
Site do Instituto Akatu	15. <i>Por uma nova concepção de desenvolvimento</i> <a href="http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Por-uma-nova-concepcao-de-desenvolvimento">http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Por-uma-nova-concepcao-de-desenvolvimento</a>	12.01.2001

**Quadro 1:** Fontes das matérias, artigos e entrevistas selecionadas para a pesquisa.

Ao longo dos anos, os veículos de comunicação têm contribuído para a consagração do conceito de desenvolvimento sustentável e colaborado para vulgarização de alguns termos que, até pouco tempo, eram restritos ao campo científico, tais como efeito estufa, aquecimento global, transgênicos, entre outros. Na verdade, desde a II Guerra Mundial, a imprensa jornalística tem se voltado para a temática ambiental. As manchetes anunciavam uma catástrofe ambiental, em escala global, sem precedentes. Mas foi somente no início dos anos 90, com a realização da Conferência Rio-92, que os temas relativos ao meio ambiente ganharam notória importância e passaram a compor, assiduamente, a pauta dos jornalistas.

Para compreender o funcionamento discursivo dos textos sob análise é necessário, antes de mais nada, conhecer o contexto em que os textos são dados a conhecer para o público. Na sequência, far-se-á uma breve apresentação a respeito do *site* do Instituto Akatu e do Portal do Meio Ambiente.

### 3.1.1 Instituto *Akatu*

O Instituto *Akatu* é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos. A palavra *Akatu* vem do tupi e significa, ao mesmo tempo, semente boa e mundo melhor. De acordo com as informações publicadas no próprio *site*, a entidade tem como objetivo “mobilizar as pessoas para o uso do poder transformador dos seus atos de consumo consciente como instrumento de construção da sustentabilidade da vida no planeta”.

O Instituto surgiu no ano 2000, dentro do Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social, com o intuito de estimular os consumidores a valorizar as empresas socioambientalmente responsáveis. Tendo como lema “consumo consciente para um futuro sustentável”, o *Akatu* desenvolve ações voltadas a informar, conscientizar e mobilizar os consumidores para a adoção de práticas de consumo mais conscientes.

O *Akatu* entende consumo não apenas como um ato pontual, mas como um processo, que começa antes da compra e termina depois do uso, envolvendo escolhas como: Por que comprar? De quem comprar? O que comprar? Como comprar? Como usar? Como descartar? O ato de consumo consciente implica avaliar, em cada uma destas escolhas, que impactos estão sendo gerados e como eles podem ser minimizados ou potencializados na direção de uma sociedade mais sustentável (Fonte: <http://www.akatu.org.br/institucional/OAkatu>. Acesso em 12 de janeiro de 2012)

As atividades do *Akatu* envolvem a comunicação e a sensibilização da sociedade, de empresas etc. Em seu *site*, podem-se encontrar pesquisas sobre o grau de consciência dos consumidores, informações sobre como praticar um consumo mais sustentável, bem como indicações de empresas responsáveis.



Figura 1: Layout do site do Instituto Akatu

O Akatu recebe financiamento de empresas filiadas. De acordo com o site do Instituto, “são empresas que apoiam o desenvolvimento e a promoção da causa do consumo consciente, tornando-se elas próprias, sementes boas para um mundo melhor”.

### 3.1.2 Portal do Meio ambiente

O portal do Meio Ambiente é um veículo de comunicação da Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA) que mantém uma rede de colaboradores e jornalistas ambientais e diversos fóruns livres de debates socioambientais. A REBIA reúne mais de 34000 membros ativos, por meio dos quais recebe sugestões de pauta, artigos e indicações de material publicado na mídia, ou que circula nas redes, envolvendo temas que versam sobre meio ambiente e sustentabilidade.



Figura 2: Layout do Portal do Meio Ambiente

O material selecionado é inserido diariamente no boletim digital “Notícias do Meio Ambiente” e enviado por e-mail, pela Agência REBIA de Notícias Socioambientais, para mais de 215.000 leitores cadastrados, incluindo jornalistas especializados em meio ambiente. Com base no acesso dos leitores às notícias no Portal, um sistema de estatísticas indica as matérias preferidas que farão parte da seleção que irá compor a pauta da “Revista do Meio Ambiente”, veículo mensal e de circulação nacional, sem fins lucrativos, disponível em formato impresso e digital, com tiragem média de 25.000 exemplares.

### 3.2 Sobre a compilação dos dados

A primeira etapa de coleta e compilação de dados da pesquisa se processou mediante o exame dos textos na íntegra, procedentes do Portal do

Meio Ambiente e do *site* do Instituto Akatu. Com base no aparato teórico-metodológico que fundamenta este trabalho, buscou-se identificar as regularidades enunciativas nucleares dispersas nos textos sobre o desenvolvimento sustentável, em um movimento de reconhecimento das relações interdiscursivas que atravessam a sua instância, isto porque todo discurso se estabelece na interação com Outro.

Visto que toda a relação com Outro ocorre de forma polêmica, em um segundo momento, realizou-se um mapeamento das cadeias de sequências discursivas que manifestam (explícita ou implicitamente) a polêmica que o DDS mantém com seus Outros do espaço discursivo para constituir a sua identidade. De acordo com Maingueneau (1997), a polêmica orbita em torno de poucos pontos e isso facilita para o analista descobrir os pontos-chave:

[...] a lista de assuntos efetivamente debatidos parece muito limitada: se comparada com a lista dos debates possíveis: as controvérsias giram, em geral, obstinadamente, em torno de poucos pontos, deixando na sombra zonas imensas. É difícil de aí não perceber *pontos-chave* o que constituem outras tantas vias privilegiadas de acesso ao dialogismo constitutivo (MAINGUENEAU, 1997, p. 123-124. Grifo do autor)

Após esse reconhecimento das oposições, no segundo momento, partindo do pressuposto de Maingueneau (2005), que vê o discurso como um “espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2005, p. 15), isto é, a *priori*, qualquer texto produzido por um determinado posicionamento discursivo irá manter inalterada a sua semântica de base, mesmo circulando em espaços distintos, optou-se, em vez de examinar cada texto separadamente, reunir em agrupamentos as sequências discursivamente semelhantes recortadas de cada um deles. Orlandi (2007) justifica tal procedimento:

Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é constituir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da Análise do Discurso, face aos objetivos de análise, e que permitam chegar à compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método, não visa à demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentido. (ORLANDI, 2007, p. 63)

Por uma questão didático-pedagógica, agrupou-se, primeiramente, as sequências discursivas compiladas a partir da relação que o DDS mantém com o posicionamento ambientalista; no segundo momento, agrupou-se as sequências discursivas compiladas a partir da relação que o DDS mantém com o posicionamento desenvolvimentista; no terceiro momento, reuniram-se as sequências discursivas a partir da relação que o DDS mantém com o Mesmo.

Ao longo das sequências discursivas, marca-se em negrito e sublinham-se os indícios linguístico-discursivos que dão sentido ao excerto. As supressões de trechos não necessários para o entendimento da sequência serão indicadas através das reticências entre colchetes. Utilizar-se-á o sinal de colchetes quando for necessário inserir palavras ou expressões anteriormente apresentadas no texto, a fim de completar o entendimento daquele recorte discursivo.

A partir da leitura do texto “O que é desenvolvimento sustentável?”, a seguir, procuraremos ilustrar como se opera esse procedimento. Buscaremos evidenciar a criação de simulacros discursivos, por parte do DDS, sobre o posicionamento ambientalista e posicionamento desenvolvimentista, na posição de discurso paciente, ao mesmo tempo em que o DDS constitui uma imagem positiva de si. Em um único movimento, o posicionamento do desenvolvimento sustentável delimita o que lhe é peculiar e o que é conveniente atribuir aos seus Outros.

### **O que é desenvolvimento sustentável ?**

*Antes o mundo era pequeno porque a Terra era grande. Hoje o mundo é muito grande porque a Terra é pequena.- Gilberto Gil*

Organização das Nações Unidas (ONU) criou, através da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, **o conceito de Desenvolvimento Sustentável: um modelo que busca satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades - utilizar recursos naturais sem comprometer sua produção, fazer proveito da natureza sem devastá-la e buscar a melhoria da qualidade de vida à sociedade.**

A integração e o equilíbrio econômico, as preocupações sociais e ambientais são fundamentais para a conservação da vida humana na Terra. Para que esses objetivos sejam alcançados é preciso lançar um novo olhar para como produzimos e

consumimos, como vivemos, trabalhamos, como nos relacionamos com as pessoas e como tomamos decisões. O conceito é revolucionário e como todas as idéias originais, avança debates fervorosos entre governantes e cidadãos sobre como atingir esta sustentabilidade.

Existem muitas definições formais deste termo dadas pelos vários autores e instituições ligadas ao tema ao redor do mundo. Uma das definições mais simples e difundidas é de autoria de Lester Brown, do Worldwatch Institute, que diz: “Desenvolvimento sustentável é progredir sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”.

A definição do Conselho Mundial Empresarial sobre Desenvolvimento Sustentável-WBCSD, instituição que congrega várias empresas ao redor do mundo, diz: “Desenvolvimento sustentável significa adotar estratégias de negócio que atendam às necessidades da organização, do ser humano, da comunidade, ao mesmo tempo que mantêm os recursos naturais para as próximas gerações”. A definição de Pontes & Bezerra em “Organizações Sustentáveis” é: “Descobrir e utilizar uma nova consciência que nos permita progredir em todas as dimensões ecológicas (humana, social, econômica e ambiental), apoiando, conservando e restaurando todos os recursos que o planeta coloca à nossa disposição para as futuras gerações”.

Todos os seres humanos que vivem sobre a Terra desejam o melhor para si mesmos, para seus filhos, parentes e amigos. Isto significa que temos estado ignorantes do que estamos causando ao nosso planeta no decorrer destes anos que se seguiram à revolução industrial. **O desenvolvimento sustentável é um guia moderno que propicia a todos os segmentos da sociedade uma bússola com a qual podemos medir o nosso progresso, um novo tipo de progresso, que propicie educação básica e cultura pluralista; saúde e nutrição adequadas; moradia e trabalho dignos; meio ambiente conservado; energia limpa e renovável; lazer e entretenimento para todas as idades e comunicação e mobilidade mundiais.**

**Para que isto aconteça, devemos todos nos unir em torno de projetos sustentáveis, que levem ao crescimento ao mesmo tempo em que mantêm a base estrutural da vida.** Educar nossas crianças; pressionar as empresas, enquanto consumidores, para que sejam **ecologicamente corretas e socialmente justas**; votar em candidatos a cargos públicos realmente comprometidos com estas causas fundamentais e tantas outras ações podem ser levadas a cabo por cada um de nós para que possamos fazer a diferença.

Do ponto de vista empresarial, o conceito de desenvolvimento sustentável está se tornando cada dia mais importante. Através de ações concretas, grandes empresas ao redor do mundo, inclusive no Brasil, estão buscando incorporar este conhecimento em seus processos através de diferentes abordagens e ferramentas, preparando-se assim para serem “competitivas” e diferenciadas no novo milênio. Já não é mais uma questão de modismo na administração, e sim uma questão de sobrevivência do nosso planeta. As grandes corporações estão começando a entender que existe um outro modelo de crescimento, que já não basta apenas crescer sozinha, é preciso compartilhar este crescimento com todas as partes interessadas, fazendo assim um mundo ganha-ganha-ganha.

A questão do desenvolvimento sustentável é, indubitavelmente, uma das mais árduas que se colocam aos tomadores de decisão em todos os níveis, sejam públicos ou privados. Neste terreno, idéias realmente inovadoras se misturam constantemente às mais estapafúrdias utopias, e grandes impulsos de humanismo generoso mesclam-se a hipocrisias com variadas motivações. **se quisermos realmente evitar as**

**verdadeiras catástrofes ecológicas que se vislumbram para um futuro mais ou menos próximo.**

**O desenvolvimento sustentável pretende criar um modelo econômico capaz de gerar riqueza e bem-estar e, ao mesmo tempo, promover a coesão social e impedir a destruição da natureza. Por isso coloca na berlinda o modelo de produção e consumo ocidental, que ameaça o equilíbrio do planeta.**

A primeira interpretação do termo, que considera incompatível o desenvolvimento econômico com respeito ao ambiente, foi lançada em 1972 em um informe do chamado “Clube de Roma”. Esse enfoque, entretanto, por ser solidário apenas em relação à natureza e não aos países em desenvolvimento, é altamente criticável pela sua inerente assimetria, na medida que esses países não poderiam interromper um crescimento em direção a um desenvolvimento que ainda não foi atingido. Essa crítica conduziu à interpretação atual, que abrange os aspectos econômicos (crescimento do Terceiro Mundo), sociais (integração e solidariedade entre os Hemisférios Norte e Sul) e ambiental (preservação dos bens mundiais de todos e regeneração dos recursos naturais).

O governo brasileiro adota a definição utilizada pelo documento “Nosso futuro comum”, publicado em 1987, também conhecido como Relatório Brundtland, em que se concebe o desenvolvimento sustentável como sendo “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Esse relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pelas Nações Unidas presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro-Brundtland, faz parte de uma série de iniciativas que reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, em que se ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

A formulação do conceito de desenvolvimento sustentável implica, então, o reconhecimento de que as forças de mercado, abandonadas a sua livre dinâmica, não garantiriam a não-destruição dos recursos naturais e do ambiente, ou seja, os objetivos conflitantes do desenvolvimento econômico se tornariam incompatíveis no longo prazo.

Analisando-se esse conceito numa perspectiva histórica recente, pode-se verificar que estamos tratando de uma resposta ecológica e socializante ao ideário neoliberal, já que a noção de “compatibilidade a longo prazo” nasceu da crítica ultraliberal dos discípulos de Hayek, agrupados notadamente na Universidade de Chicago, às distorções monetárias praticadas correntemente após 1945 pelos Estados desejosos de dinamizar a qualquer preço seu crescimento, baseando-se, muitas vezes de forma equivocada, nas idéias de Keynes que, falecido em 1946, já não podia responder a estas argumentações.

[...] Como numa bicicleta, humanidade tem superado, desde o início dos tempos, os desequilíbrios constantes do avanço em direção à melhoria de suas condições materiais de vida. Somente grandes saltos tecnológicos nos domínios da produção de energia, da biotecnologia e do controle do clima, obtidos por meio de grandes programas de desenvolvimento científico de natureza estatal, serão suscetíveis de superar as dificuldades atuais. Infelizmente, porém, são raros os adeptos do

desenvolvimento sustentável que têm essa confiança nos progressos da ciência e tecnologia.

(\*) Leonam dos Santos Guimarães é atualmente assistente do Diretor-Presidente da Eletronuclear e foi Coordenador do Programa de Propulsão Nuclear no CTMSP

(Portal do Meio ambiente, 19 de novembro de 2009. Grifo nosso. Disponível em: <http://www.portaldomeioambiente.org.br/editoriais/6055/o-que-e-desenvolvimento-sustentavel>)

No texto acima é possível identificar sequências discursivas que apresentam alguns pontos-chaves da polêmica que envolve o posicionamento do desenvolvimento sustentável com os seus Outros (posicionamento desenvolvimentista e ambientalista). Primeiramente, serão destacadas e comentadas algumas sequências discursivas compiladas a partir do diálogo entre o posicionamento do desenvolvimento sustentável e o posicionamento ambientalista.

(1) [...] o conceito de Desenvolvimento Sustentável: um modelo que busca **satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades - utilizar recursos naturais sem comprometer sua produção, fazer proveito da natureza sem devastá-la** e buscar a melhoria da qualidade de vida à sociedade.

(2) [...] se quisermos realmente evitar **as verdadeiras catástrofes ecológicas** [...].

É possível verificar que o posicionamento do desenvolvimento sustentável não se opõe à legitimidade da causa verde em si mesma, mas a maneira como a questão ambiental é entendida pelo posicionamento ambientalista. O posicionamento do desenvolvimento sustentável irá disputar com o posicionamento ambientalista a maneira adequada de proteger o meio ambiente.

Quando o posicionamento do desenvolvimento sustentável diz, na sequência (1), que é possível “utilizar recursos naturais sem comprometer sua produção, fazer proveito da natureza sem devastá-la”, ele não está afirmando que a natureza deve se manter intocada, mas que é possível utilizar o meio

ambiente racionalmente para satisfazer as necessidades humanas do presente e do futuro sem que isso implique a destruição do mesmo. Pode-se inferir que o posicionamento do desenvolvimento sustentável constrói o simulacro de que o posicionamento ambientalista possui uma visão romântica da natureza ao se importar somente com questões ambientais e deixar de lado questões econômicas e sociais.

Nota-se que, mesmo que a polêmica entre o posicionamento do desenvolvimento sustentável e o posicionamento ambientalista não esteja explicitamente marcada no texto, é possível reconhecer um diálogo entre esses discursos. Na sequência (2), quando o posicionamento do desenvolvimento sustentável refere-se às “*verdadeiras* catástrofes ecológicas”, por oposição ele está afirmando que o seu correspondente oposto adverte sobre falsas catástrofes ambientais. Ele procura construir uma imagem negativa de seu adversário, de que os ambientalistas são catastrofistas, que eles exageram sobre a eminente crise ecológica.

Dizer que os ambientalistas são românticos e catastrofistas são formas diferentes de dizer que a visão do posicionamento ambientalista não está no plano da realidade. Assim sendo, o foco central da polêmica entre o posicionamento do desenvolvimento sustentável e o posicionamento ambiental reside na oposição semântica realidade vs. utopia. A relação do DDS com o Outro e com o discurso do Mesmo que iremos analisar posteriormente reporta (explícita ou implicitamente) a essa oposição semântica de base.

A seguir, ver-se-á algumas sequências discursivas recortadas do texto acima compiladas a partir da relação que o posicionamento do desenvolvimento sustentável estabelece com o posicionamento desenvolvimentista:

(3) O desenvolvimento sustentável pretende criar um modelo econômico capaz de **gerar riqueza e bem-estar** e, ao mesmo tempo, promover a **coesão social** e **impedir a destruição da natureza**. Por isso **coloca na berlinda o modelo de produção e consumo ocidental, que ameaça o equilíbrio do planeta.**

(3)O desenvolvimento sustentável é um guia **moderno** que propicia a todos os segmentos da sociedade uma bússola com

a qual podemos medir o nosso progresso, um **novo tipo de progresso, que propicie educação básica e cultura pluralista; saúde e nutrição adequadas; moradia e trabalho dignos**; meio ambiente conservado; energia limpa e renovável; lazer e entretenimento para todas as idades e comunicação e mobilidade mundiais.

(4) Para que isto aconteça, devemos todos nos unir em torno de projetos sustentáveis, **que levem ao crescimento ao mesmo tempo em que mantêm a base estrutural da vida.**

O posicionamento do desenvolvimento sustentável irá disputar com o posicionamento desenvolvimentista a forma correta de compreender o *sema desenvolvimento*. O DDS recusa o posicionamento desenvolvimentista e o seu modo de consumo, pois é através dessa rejeição que ele constitui a sua identidade. Em único movimento, o DDS procura destruir o seu Outro e estabelecer uma imagem positiva de si.

Quando o posicionamento do desenvolvimento sustentável afirma que “[...] coloca na berlinda o modelo de produção e consumo ocidental”, ele está rejeitando explicitamente o modelo de desenvolvimento do posicionamento desenvolvimentista.

Quando o posicionamento do desenvolvimento sustentável afirma que seu modelo de desenvolvimento propicia “[...] educação básica e cultura pluralista; saúde e nutrição adequadas; moradia e trabalho dignos”, ele constitui uma imagem de que se preocupa com aspectos sociais, e, concomitantemente, estabelece o simulacro de que o seu Outro negligencia a dimensão social do desenvolvimento econômico.

No entanto, não é somente por meio do que o discurso do Mesmo diz sobre si que é possível evidenciar indícios de polêmica, mas também sobre o que ele diz sobre o seu antagonista. Quando o posicionamento do desenvolvimento sustentável afirma que o modelo de produção e consumo dominante “ameaça o equilíbrio do planeta”, ele estabelece o simulacro de que o posicionamento desenvolvimentista não possui consciência ambiental e, paralelamente, constitui uma imagem de si enquanto aquele posicionamento que se preocupa com o meio ambiente.

Esses simulacros de que os desenvolvimentistas não tem consciência ambiental, de que os desenvolvimentistas negligenciam aspectos sociais são formas diferentes de dizer que o modelo de desenvolvimento de seu adversário é insustentável. Em outras palavras, o modelo de desenvolvimento compreendido pelo posicionamento desenvolvimentista é insustentável porque leva em conta somente aspectos econômicos e negligencia aspectos sociais e ambientais.

Assim sendo, o foco central da polêmica entre o posicionamento do desenvolvimento sustentável e o posicionamento desenvolvimentista reside na oposição semântica fundamental sustentável vs. insustentável. A relação do DDS com o posicionamento desenvolvimentista e com o discurso do Mesmo que iremos analisar no capítulo subsequente reporta (explícita ou implicitamente) a essa oposição fundamental.

Tal procedimento descrito acima será realizado com os demais textos que compõem o material de análise. As sequências discursivamente equivalentes de cada um desses macroagrupamentos serão (re)agrupadas em subgrupos e receberam títulos-tema<sup>10</sup>. Dessa forma, a partir do macroagrupamento de sequências discursivas recortadas a partir da relação do DDS com os seus Outros, será possível constituir subagrupamentos como: os ambientalistas são românticos/utópicos; os ambientalistas são catastrofistas; os desenvolvimentistas confundem desenvolvimento com crescimento, pois negligenciam aspectos ambientais e sociais. Da mesma forma, a partir da relação do DDS com o discurso do Mesmo será possível constituir subagrupamentos como: desenvolvimento sustentável é um novo modelo de desenvolvimento, pois leva em conta questões econômicas, ambientais e sociais, e assim, sucessivamente.

É importante ressaltar que há textos em que o DDS manifesta predominantemente uma relação de controvérsia com o posicionamento

---

<sup>10</sup> É importante salientar que é a partir do tema de cada sequência recortada que se extrai o título e não o contrário.

desenvolvimentista, em outros manifesta predominantemente uma relação de controvérsia com o posicionamento ambientalista.

Este trabalho não tem a pretensão de proceder a um exame extensivo de toda a materialidade textual-discursiva, mas almeja proceder a uma análise vertical. De acordo com Orlandi (2007, p. 62-63), a exaustividade vertical “deve ser considerada em relação aos objetivos de análise e à sua temática”. Segundo a autora, essa escolha se opõe à exaustividade horizontal, em extensão, porque não objetiva a exaustividade em relação ao objeto empírico.

Após essa breve apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados na coleta dessas práticas discursivas que compõem o *corpus* desta pesquisa, no capítulo que segue será feita a análise dos dados propriamente dita.

## IV CAPÍTULO

### A POLÊMICA NO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*“Nesse domínio, manter a própria identidade e definir a priori todas as figuras que o Outro pode assumir são uma só e mesma coisa” (MAINGUENEAU, 2005, p. 105).*

Este capítulo consiste em investigar a polêmica constitutiva do DDS no *corpus* selecionado. A pesquisa irá considerar a polêmica que o posicionamento do desenvolvimento sustentável mantém, simultaneamente, com o posicionamento desenvolvimentista e com o posicionamento ambientalista, tendo como *corpus* de análise textos que circulam em duas ecomídias, a saber o *site* do Instituto *Akatu* e o Portal do Meio Ambiente.

Tendo em vista os objetivos, a análise do *corpus* se processará em duas etapas. A primeira etapa considerará a polêmica a partir do *dizer sobre o Outro*, isto é, privilegiará a relação polêmica que o DDS mantém com os seus Outros do mesmo espaço discursivo. Tal procedimento permitirá identificar os simulacros que o DDS, na posição de discurso-agente, constrói sobre o posicionamento ambientalista e sobre o posicionamento desenvolvimentista e, conseqüentemente, a imagem de si mesmo. Trata-se de verificar como o discurso adversário é (re)interpretado no interior do universo semântico do discurso do Mesmo.

Não está se admitindo, porém, que o Outro esteja presente somente nos enunciados em que os antagonismos são manifestos, pois, segundo Maingueneau (2005, p. 39), “o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior”. O Outro está disperso na materialidade discursiva do Mesmo, independentemente de qualquer marca de heterogeneidade mostrada.

A segunda etapa considerará a polêmica instaurada a partir do *dizer sobre si Mesmo*, isto é, a análise privilegiará a relação do DDS com o discurso do Mesmo. Esse procedimento permitirá averiguar a imagem que o

posicionamento do desenvolvimento sustentável faz de si mesmo e, paralelamente, a imagem/simulacro que convém atribuir ao seu Outro.

Ao final dessas etapas de análise, será possível elaborar um quadro-resumo com os semas que o DSS reivindica para si, na posição de discurso agente, e os semas que ele atribui ao seu Outro, na posição de discurso-paciente. Considerar a polêmica desta forma permite evidenciá-la em seu sentido restrito (polêmico mostrado) e em seu sentido amplo (polêmico constitutivo). Veremos a seguir de que maneira esse procedimento se opera no *corpus* selecionado.

#### **4.1 A polêmica no campo ambiental**

No interior de um espaço discursivo considerado, um discurso, para se constituir e preservar sua identidade, "não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele" (MAINGUENEAU, 2005, p. 100). A construção desse simulacro se inscreve no processo de interincompreensão regrada e opera mediante o processo de tradução.

Na posição de discurso-agente, o DDS irá traduzir o(s) seu(s) adversário(s) a partir das categorias semânticas de seu próprio sistema. Dessa forma, as unidades de sentido construídas pelo seu Outro serão sempre interpretadas como negativas, pois é por meio dessa rejeição que o discurso reafirma a validade de seu registro positivo e define a sua identidade.

Para reconhecer a maneira como esse procedimento opera no *corpus* selecionado, agrupou-se as sequências discursivamente semelhantes nas quais o DDS manifesta explicitamente a relação de controvérsia que ele mantém com o posicionamento ambientalista e com o posicionamento desenvolvimentista. O estudo do dialogismo polêmico mostrado, de acordo com Maingueneau (1997, p. 123), "pode ser de grande interesse para a AD, não apenas pela maneira como os diferentes discursos o praticam, mas ainda por levar em conta assuntos de controvérsia".

#### 4.1.1 Simulacros sobre o posicionamento ambientalista

Esta seção engloba as sequências discursivas que reiteram os simulacros construídos pelo DDS sobre o posicionamento ambientalista. Com base no exame dos textos selecionados para esta pesquisa, foi possível evidenciar os seguintes simulacros construídos pelo DDS a respeito do seu adversário.

##### a) Os ambientalistas são ativistas/militantes políticos

A questão ambiental é uma realidade que chegou definitivamente às empresas modernas. Deixou de ser um assunto de ambientalistas 'eco-chatos' ou de românticos para se converter em SGA (Sistema de Gestão Ambiental), PGA (Programa de Gestão Ambiental), ISO 14.001 e outras siglas herméticas (TEXTO 7).

Já se foi o tempo em que *apenas* hippies e ex-marxistas sem rumo se convertiam para a causa verde como utopia substituta. Isso pode ter sido válido para alguns dos pioneiros que combatiam romanticamente a poluição das águas no Rio Grande do Sul ou a construção de um aeroporto em Caucaia do Alto, na Grande São Paulo. Hoje não é mais. (TEXTO 11).

Nos excertos acima, o posicionamento do desenvolvimento sustentável busca estigmatizar e desacreditar os precursores do posicionamento ambientalista. Isso ocorre, entre outras formas, por meio de palavras ou expressões que tenham a função adjetiva ou nominativa.

Na primeira e na segunda sequência discursiva, o posicionamento do desenvolvimento sustentável (des)qualifica o seu antagonista de eco-chato. "Eco-chato" é uma expressão pejorativa que foi bastante utilizada pela mídia para caracterizar os precursores do movimento ambientalista, entre as décadas de 70 a 90.

Na segunda sequência, o DDS rotula os integrantes do movimento ambientalista de *hippie* e de ex-marxista. Hippie é como se denominam os membros do movimento de contracultura que surgiu nos EUA, na década de 1960. Contestavam a guerra, a cultura consumista norte-americana. Já os

marxistas são os partidários da doutrina comunista de Karl Marx<sup>11</sup> que questionavam a estrutura da sociedade capitalista. Tais movimentos têm em comum o fato de serem considerados uma ameaça à ordem vigente e, por isso mesmo, passaram a ser investidos de atributos negativos como anarquistas, revolucionários, baderneiros. Além disso, as suas lutas embrionárias estavam relacionadas aos direitos civis, a questões político-sociais e somente depois aderiram à causa ambiental.

Nota-se que o segundo excerto ecoa essa memória discursiva. Os percussores de tais movimentos são taxados negativamente como “sem rumo”, que sem ter por o quê lutar acabaram encontrando uma “utopia substituta” e se engajando no movimento ambiental. Neste contexto, é possível inferir que os *hippies* e ex-marxistas são caracterizados como uma espécie de “rebeldes sem causa”, anarquistas, revolucionários, partidaristas que não possuem legitimidade/credibilidade para conduzir a causa verde.

Pode-se observar que os vocábulos neste agrupamento são empregados a partir do registro negativo do DDS, pois, segundo Maingueneau (1997, p. 125), “é preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável”.

O discurso do desenvolvimento sustentável estabelece esses simulacros atribuídos ao posicionamento ambientalista para distanciar-se dele, pois segundo Maingueneau (2005, p. 37), o Outro deve ser pensado como o “*eu* do qual o enunciador discursivo deveria constantemente distanciar-se” e, conseqüentemente, estabelecer um outro sentido para o que venha ser um ambientalista nos dias atuais. Assim, o DDS estabelece que defender o meio ambiente nos dias atuais adquiriu um novo *status*. É possível salvar o planeta sem ser um militante do movimento *hippie*, um partidário ex-marxista, um chato, um desagradável, sem que seja necessário “pegar no pé de ninguém”,

---

<sup>11</sup> Karl Heinrich Marx (1818 - 1883) foi um intelectual alemão, fundador da doutrina comunista moderna. Atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista. A grande obra de Marx é *O Capital*, na qual realiza uma extensa análise crítica sobre a sociedade capitalista.

pois a questão ambiental deixou de ser um assunto exclusivo de ativistas e ecologistas e passou a ser uma causa da sociedade civil como um todo.

Os enunciadores do DDS acusam o posicionamento ambientalista de reduzir a redutos a causa ambiental. Há, então, uma franca oposição entre a defesa ambiental que se dá no âmbito da militância política, partidarista, anarquista que ele atribui ao seu Outro, e a defesa ambiental que não está restrita a movimentos político-ideológicos minoritários, mas a uma causa que é de todos os cidadãos.

## **b) O projeto dos ambientalistas é romântico/utópico e ultrapassado**

**Os frustrantes resultados do projeto político dos verdes** decorrem de **apego umbilical às iniciais reações aos impactos ambientais do produtivismo e do consumismo das sociedades contemporâneas.** **Ficaram** presos a **sentimentalismos** que não se traduzem em políticas capazes de galvanizar as amplas bases sociais que até agora apoiaram a decadente socialdemocracia. Precisam com urgência da ajuda de uma corrente irmã que venha a **renovar** a vida política por assumir a **postura pragmática** intrínseca aos engenheiros. Uma corrente que encaminhe **soluções práticas** a grandes desafios – como o populacional, o climático, e o da biodiversidade – com **sólidos alicerces nos avanços científicos**, principalmente em três questões: a genética, a nuclear e a urbana (TEXTO 5).

A questão ambiental é uma **realidade** que chegou definitivamente às empresas modernas. Deixou de ser um assunto de ambientalistas ‘eco-chatos’ ou de **românticos** para se converter em SGA (Sistema de Gestão Ambiental), PGA (Programa de Gestão Ambiental), ISO 14.001 e outras siglas herméticas (TEXTO 7).

Existe em alguns endereços chiques do Brasil a percepção de que organizações não governamentais (ONGs) **ambientalistas atrapalham o desenvolvimento do país.** Fariam isso, segundo esse ponto de vista, ao misturar alarmismo infundado, denunciamento vazio e **sentimentalismo natureba** a um debate que deveria ser **objetivo e técnico.** **Já se foi o tempo** em que *apenas* hippies e ex-marxistas sem rumo se convertiam para a causa verde como **utopia substituta.** Isso pode ter sido válido para alguns dos pioneiros que combatiam **romanticamente** a poluição das águas no Rio Grande do Sul ou a construção de um aeroporto em Caucaia do Alto, na Grande São Paulo. **Hoje não é mais.** (TEXTO 11).

Nessas sequências discursivas, o posicionamento do desenvolvimento sustentável faz um paralelo entre o ambientalismo do passado, que ele atribui ao posicionamento ambientalista, e o ambientalismo do presente, que ele atribui a si mesmo.

Essa marcação de tempo é articulada por meio de verbos empregados no pretérito imperfeito, como em “ficaram” na primeira sequência. Algumas passagens dos excertos, como “a iniciais reações aos impactos ambientais”, “deixou de ser [...] para se converter”, “já se foi o tempo [...] hoje não é mais” também é possível identificar essa articulação entre passado e presente .

Para os enunciadores do DDS, o projeto político do posicionamento ambientalista é retrógrado, ultrapassado, obsoleto e não condiz com as necessidades atuais. Os seus antagonistas são traduzidos como apaixonados que agem por emoção e que não possuem (mais) autenticidade e base científica para enunciar no espaço discursivo. A adjetivação “romântico” e o advérbio “romanticamente”, neste contexto, apontam para essa visão sonhadora da ideologia ambiental, assentada em “sentimentalismos”, que não se traduzem em ações concretas.

Para os enunciadores do DDS, o posicionamento ambientalista ficou “parado no tempo”, não buscou se renovar perante os novos desafios que a questão ambiental impunha. A falta de soluções práticas alicerçadas nos avanços científicos teria gerado um clima de frustração em relação ao movimento. Para eles, esse tipo de ambientalismo não colabora, objetiva e tecnicamente, para o debate sobre desenvolvimento e preservação ambiental. Essa forma de atuar em defesa do meio ambiente é considerada um entrave para o desenvolvimento. Desse modo o DDS se posiciona em um espaço discursivo mais próximo do posicionamento desenvolvimentista, estabelecendo um distanciamento maior em relação ao posicionamento ambientalista.

Partindo do princípio dialético de que, quando negamos alguma coisa, afirmamos o seu contrário, podemos notar que o DDS irá traduzir o posicionamento antagonista como sendo romântico, sonhador, idealista, enquanto interpreta a si mesmo como sendo realista, pragmático, prático.

### c) Os ambientalistas são alarmistas, denunciastas e catastrofistas

Existe muito exagero por parte dos ambientalistas que adoram anunciar o fim do mundo enquanto fazem seu marketing para atrair mais recursos e filiados para suas organizações! Na pior das hipóteses, suas teses cataclísmicas têm servido para aumentar os lucros vendendo mais livros e lotando bilheterias de cinema!" (TEXTO 2).

[...] Fariam isso [ONGs ambientalistas], segundo esse ponto de vista, ao misturar alarmismo infundado, denunciamento vazio e sentimentalismo natureba a um debate que deveria ser objetivo e técnico (TEXTO 11).

Nas sequências acima é possível verificar que o posicionamento do desenvolvimento sustentável procura desqualificar o modo como o posicionamento ambientalista atua em defesa do meio ambiente. Os ambientalistas são vistos com uma espécie de “profetas do apocalipse”. Suas previsões são consideradas exageradas, catastróficas, cataclísmicas, alarmistas e fictícias, em outras palavras, não possuem fundamentação científica.

Conforme Maingueneau (2005), é preciso “desqualificar o adversário, mostrando que ele viola as regras do jogo (mentindo, produzindo citações inexatas, informações errôneas, sendo incompetente, pouco inteligente etc.)” (MAINGUENEAU, 2005, p. 110). Dessa forma, desqualificar o seu Outro é como colocar em xeque a sua competência, lhe atribuir um despreparo, uma incapacidade de enunciar no espaço discursivo.

Como se vê, mais uma vez, os interlocutores do posicionamento ambientalista são acusados de não trazerem à tona proposições concretas para o debate da questão ambiental, se limitando à prática do “alarmismo infundado” e do “denunciamento vazio”. Nota-se que se trata de alarmismo e não alarme, denunciamento e não denúncia. O emprego do sufixo “ismo” como nos vocábulos “alarmismo” e “denunciamento” é utilizado como uma forma de desqualificar as práticas do posicionamento ambientalista. Esses termos expressam uma forma de alerta gratuito (sem embasamento) e sistemático, enquanto os termos alarme e denúncia expressam formas legítimas de advertência a respeito da degradação ambiental.

Em outras palavras, os ambientalistas são vistos como aqueles que estão mais interessados em fazer barulho, alardear as pessoas, anunciar o caos, o fim do mundo do que propriamente contribuir com soluções práticas para minimizar os danos ao meio ambiente.

A seguir, veremos como o DDS constrói o simulacro do posicionamento desenvolvimentista e, conseqüentemente, a imagem que faz de si mesmo.

#### **4.1.2 Simulacros sobre o posicionamento do desenvolvimento econômico**

Esta seção abarca as sequências discursivas que apontam para os simulacros construídos pelo DDS sobre o posicionamento desenvolvimentista. Com base no *corpus* selecionado para esta pesquisa, foi possível evidenciar os seguintes simulacros construídos pelo DDS a respeito do seu antagonista.

##### **a) Os desenvolvimentistas confundem desenvolvimento com crescimento**

Precisamos pensar outra concepção de desenvolvimento, Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a **teoria econômica dominante**, difundida pela grande mídia. Desenvolvimento não é sinônimo de “produtivismo-consumismo”. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem (TEXTO 15).

Há um grande equívoco que preciso deixar claro quando se fala em desenvolvimento. É comum falar em desenvolvimento sob o prisma do crescimento da economia, e o Brasil está entre os dez países mais ricos do mundo, mas o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mostra o Brasil na 73ª posição entre 169 países. De acordo com o relatório, aproximadamente 8,5% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, 17 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 60 por mês. Além da má distribuição de renda, doença crônica no desenvolvimento do Brasil, a saúde e a educação são o que mais pesa na pobreza do país (TEXTO 4).

A *excessiva* aceleração do desenvolvimento-crescimento das últimas décadas, do consumo e do desperdício, nos fizeram conhecer **os limites ecológicos da Terra**. Não há técnica nem modelo econômico que garanta a sustentabilidade do atual projeto (TEXTO 12).

Tendo como foco a análise temporal do desenvolvimento da sociedade ocidental, a **atual crise ambiental** é produto histórico de um **modelo de desenvolvimento econômico, social e cultural** (TEXTO 8).

Nos fragmentos, o DDS procura desconstruir a noção de desenvolvimento do posicionamento desenvolvimentista. O DDS acusa os desenvolvimentistas de confundirem crescimento econômico com desenvolvimento. E isso, de acordo com as regras que regem o DDS, é algo avaliado como um “grande equívoco”.

O posicionamento do desenvolvimento sustentável desconstrói a ideia de que o crescimento econômico por si só é capaz de se converter em bem-estar social. Para tanto, traz dados quantitativos que comprovam que apesar de o Brasil possuir uma das economias mais ricas do mundo, isso não se converte em uma melhor distribuição de renda e, conseqüentemente, em bem-estar social. Para eles, desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, pois o “verdadeiro” desenvolvimento não é medido, tão somente, pelos índices de crescimento econômico, mas leva em conta também outras variáveis como a ambiental e a social, que é medida pelo IDH (índice de desenvolvimento humano).

Na visão dos enunciadores do DDS, o posicionamento desenvolvimentista é indiferente a questões sociais (distribuição de renda, saúde, educação) e ambientais e se preocupam somente com aspectos financeiros. De acordo com o posicionamento do desenvolvimento sustentável, o meio ambiente está em crise devido ao atual modelo de desenvolvimento ocidental. O uso do vocábulo “crise”, na quarta sequência discursiva recortada, aponta para uma espécie de colapso generalizado. Pode-se inferir que as mudanças climáticas, extinção da fauna e flora, desmatamento, derretimento das geleiras, desertificação, poluição do ar, rios e

mares e tantos outros fenômenos ambientais têm correlação com o modelo econômico do posicionamento desenvolvimentista. De igual modo, pode-se inferir, a partir da segunda sequência, que os altos índices de miséria, a precariedade de alguns serviços como saúde e educação estão diretamente relacionados ao modelo de desenvolvimento empreendido pelo posicionamento desenvolvimentista.

Assim, ao mesmo tempo em que o DDS contrapõe-se à concepção de desenvolvimento seu antagonista, que se centra somente em aspectos econômicos e negligencia aspectos ambientais e sociais, caracterizando-o como algo marcadamente negativo, ele procura apresentar a sua concepção marcadamente como positiva. Desse modo, a forma legítima de desenvolvimento é o desenvolvimento sustentável, centrado no respeito à natureza, no “viver bem”, no uso responsável dos bens naturais e no consumo racional, sem que isso comprometa o desenvolvimento/crescimento econômico.

## **b) Os desenvolvimentistas são “irracionais” e “suicidas”**

Nossa sociedade está consumindo mais ecossistemas do que a natureza consegue recuperar. Assim, se assemelha a um piloto que testa um avião que em vez de voar, segue em rumo de colisão com o chão. Enquanto não vê o chão se aproximando, o piloto pode se dar por satisfeito por estar voando. Mais ou menos como um **suicida** que se joga do prédio mais alto e ao passar voando pelo nono andar, em queda livre rumo ao chão, pensa: "até aqui, tudo bem!". [...] E o chão continua se aproximando, mas a maioria [...] sofre de cegueira (TEXTO 2).

“Não se pode excluir a idéia de que, por excesso de aplicação da racionalidade parcial, acabemos numa linha de **irracionalidade global suicida**” (Fórum, junho 2009 p.19). Já afirmei neste espaço que a **cultura do capital** tem uma tendência **auto-suicida**. Prefere morrer a mudar, arrastando outros consigo. Efetivamente, **ou** abandonamos o barco do **desenvolvimento insustentável** na direção daquilo que a Carta da Terra chama de “**modo sustentável de viver**” e os andinos de “bem viver” **ou** então aceitaremos o risco de sermos despedidos deste planeta. [...] Como nunca antes, se fala hoje em todos os países e fóruns, de **desenvolvimento-**

**crescimento**. É uma **obsessão** que nos acompanha já há pelo menos três séculos. Agora que ocorreu o colapso econômico, a idéia retornou com renovado vigor, porque a lógica do sistema **não permite, sem se autonegar, de abandonar essa idéia-matriz**. Ai das economias que não conseguem refazer seus níveis de desenvolvimento-crescimento. Vão simplesmente **sucumbir** junto com uma eventual **tragédia ecológica e humanitária** (TEXTO 12).

O discurso do desenvolvimento sustentável irá disputar com o posicionamento desenvolvimentista o sentido “verdadeiro” para o que venha ser desenvolvimento nos dias atuais. Na posição de discurso-agente, o discurso do desenvolvimento sustentável estabelece dois tipos de desenvolvimento: o mau desenvolvimento, insustentável, irracional, “auto-suicida”, empreendido pelo posicionamento desenvolvimentista; e o bom, o sustentável, ecologicamente correto, que ele atribui a si mesmo.

Isso pode ser recuperado por meio de alguns elementos nos textos. No primeiro recorte, vê-se que o enunciador do posicionamento do desenvolvimento sustentável compara, metaforicamente, a postura adotada pelos desenvolvimentistas com a de um piloto de avião em rota de colisão com o chão e com a de um suicida que se joga, em queda livre, de um prédio. Ambos se dão por satisfeitos pelo simples fato de estarem voando, mas, ao final de sua trajetória, nenhum deles sobreviverá. Assim, agem os desenvolvimentistas em relação à degradação do meio ambiente, enquanto estão destruindo e usufruindo dos bens naturais, parecem não se importar com a sua sentença de morte, o que demonstra uma atitude, em certa medida, irracional.

O segundo recorte adverte que a humanidade encontra-se em uma encruzilhada: ou permanece no modelo de desenvolvimento atual, rumo à sua autodestruição, ou muda em direção ao desenvolvimento sustentável. Percebe-se que a primeira opção, de “tendência autosuicida”, é atribuída ao posicionamento desenvolvimentista, por conseguinte, a segunda alternativa, visivelmente mais racional, o posicionamento do desenvolvimento sustentável atribui a si mesmo. A expressão “abandonar o barco” aponta também para essa leitura. Enfatiza a necessidade de uma mudança nos padrões de

desenvolvimento antes que seja tarde demais, ou, em outros termos, antes que o barco afunde e todos acabem morrendo afogados.

Tendo em vista os simulacros construídos pelo DDS sobre os seus Outros do espaço discursivo, é possível perceber, de antemão, que o posicionamento do desenvolvimento sustentável evidencia uma oposição mais radical ao posicionamento ambientalista que ao posicionamento desenvolvimentista. Não é difícil supor que quanto mais violenta é a incompatibilidade, mais evidentes serão os traços combativos.

O DDS atribui os simulacros de que os ambientalistas são ativistas/militantes políticos, de que o projeto dos ambientalistas é romântico/utópico e ultrapassado, de que os ambientalistas são alarmistas, denunciastas e catastrofistas. O posicionamento do desenvolvimento sustentável é mais taxativo e categórico com relação ao projeto do posicionamento ambientalista. Para eles, o modelo de seu adversário deve ser substituído por ser considerado utópico, romântico e inviável.

Em contrapartida, o DDS atribui os simulacros de que os desenvolvimentistas confundem desenvolvimento com crescimento, de que os desenvolvimentistas são “irracionais” e “suicidas”. O posicionamento do desenvolvimento sustentável avalia o projeto dos desenvolvimentistas como um paradigma a ser mantido, porém acrescido de uma dimensão ambiental e social.

Essa proeminência de argumentos contrários ao posicionamento ambientalista ratifica a hipótese inicial desta pesquisa de que o posicionamento do desenvolvimento sustentável está mais a serviço de uma lógica do desenvolvimento econômico do que da preservação do meio ambiente.

Os agrupamentos que serão analisados a seguir revelam indícios de polêmica constitutiva, segundo a qual todos os discursos estariam sempre em relação polêmica com o(s) seu(s) Outro(s), mesmo que este(s) não seja(m) explicitamente apresentado(s).

## 4.2 A relação do DDS com o Mesmo

Nesta segunda etapa de análise ver-se-á como o DDS lê a si mesmo, a partir de sua competência discursiva. De acordo com Maingueneau (2005), a competência discursiva é uma espécie de capacidade que os sujeitos têm de enunciarem atendendo ao conjunto de restrições semânticas de seu sistema e também de não compreenderem os enunciados que não estejam em conformidade com as regras de seu posicionamento.

Certamente, reconhecer a existência de uma competência discursiva não significa, de forma alguma, aceitar a tese do inatismo, não significa dizer que o DDS se constituiu *ex nihilo*, em torno de si mesmo, uma vez que o discurso já nasce em uma rede dialógica que aponta sua interação semântica com sentidos de algum modo já existentes. Em cada uma de suas enunciações, o Mesmo reporta, explícita ou implicitamente, ao seu Outro.

Na verdade, dado que a relação com o Outro é constitutiva, “não existe relação de ‘polêmica em si’: a relação com o Outro é função da relação consigo mesmo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 104). A seguir, ver-se-á, no *corpus* selecionado, a relação do DDS com o Mesmo: o que significa desenvolver de maneira sustentável, a importância de praticá-lo e as consequências caso não haja uma mudança no modelo de desenvolvimento dominante.

### a) Desenvolvimento sustentável é um novo modelo de desenvolvimento

Este agrupamento, desta segunda etapa de análise, reúne os sentidos construídos pelo posicionamento do desenvolvimento sustentável sobre o modelo de desenvolvimento predominante. Para eles, desenvolver de forma sustentável significa romper com o modelo de desenvolvimento econômico instituído pelo posicionamento desenvolvimentista/economicista.

A saída da **crise mundial** não pode ser a retomada do crescimento econômico anterior, apoiado na lógica “**produtivista-consumista**”: a saída é **romper** com o modelo econômico baseado na **exploração e no lucro** e o estabelecimento de um modelo de sociedade baseado em uma

economia solidária e ecológica, na relação **respeitosa** com a natureza e na busca do **bem viver**, produzindo aquilo que é **necessário** e evitando o **esgotamento dos recursos naturais** [...] É mais que nunca o momento de **pensar um modelo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas**, que garanta a reprodução da natureza, evite o desperdício e não esgote os bens de que precisamos para viver. Um desenvolvimento que esteja voltado para a vida, e não para a **maximização do consumo**. **Precisamos pensar outra concepção de desenvolvimento**, centrado na satisfação dessas necessidades. Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a **teoria econômica dominante**, difundida pela grande mídia. Desenvolvimento não é sinônimo de **“produtivismo-consumismo”**. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam **viver bem**. (TEXTO 15).

A sustentabilidade representa, por sua vez, uma etapa mais avançada em relação à RSE [Responsabilidade Social Empresarial]. Enquanto a **anterior** se caracterizava por um conjunto de práticas socioambientais, muitas vezes dispersas e não intimamente vinculadas à estratégia central de negócio, a da sustentabilidade consiste na **ruptura com um modelo velho e na criação de um modelo novo** de pensar e fazer negócios, baseado na realização efetiva da noção do triple bottom line – isto é, na conjugação de resultados econômico-financeiros, sociais e ambientais, cada um deles com o mesmo peso de importância (Texto 14).

Então, se no século **passado** a ênfase da mudança estava mais em seus aspectos ambientais, **hoje** a ênfase é na sustentabilidade, uma idéia que associa o ambiental ao **social** e ao econômico [...]. Vivemos num mundo onde a **eliminação da pobreza**, a **diminuição da desigualdade social** e a preservação do nosso ambiente devem ser prioridades para consumidores, empresas e governos, pois todos são co-responsáveis pela construção de **sociedades sustentáveis e mais justas**. (TEXTO 1).

Nestes fragmentos, os enunciadores do DDS argumentam sobre a necessidade de instituir o modelo de desenvolvimento sustentável. Para eles é preciso romper com o modelo de desenvolvimento predominante baseado no crescimento econômico a qualquer custo e no lucro, que não leva em consideração os danos ocasionados ao meio ambiente e nem a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais essenciais para todos os seres vivos.

O modelo de desenvolvimento sustentável é apresentado como um avanço importante na escala evolutiva dos seres humanos, resultante de um processo civilizatório, de uma tomada de consciência de que os recursos naturais são finitos, dessa forma, deve-se usá-los com responsabilidade e sabedoria, para dar tempo à natureza de se recompor. É importante ressaltar que o DDS considera o desenvolvimento econômico uma meta tão prioritária quanto a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social.

É possível perceber que o enunciador do DDS acusa o posicionamento desenvolvimentista de negligenciar aspectos ambientais e sociais. De acordo com Maingueneau (2005), o discurso segundo, ou simplesmente o discurso antagonista, surge não apenas para contestar o discurso primeiro. Muitas vezes, a polêmica irá incidir sobre as “brechas” deixadas pelo seu Outro. Assim, o DDS tentará preencher os espaços vazios da rede semântica de seu adversário.

Assim, de acordo com o posicionamento do desenvolvimento sustentável é fundamental não somente promover o desenvolvimento econômico e preservar o meio ambiente, como também garantir melhores condições de vida para os indivíduos. Para seus enunciadores, o desenvolvimento sustentável surge como uma forma de melhorar a “saúde”, a “educação”, diminuir a desigualdade social, de combater a miséria, a pobreza e aumentar a renda. Consequentemente, não adotar o DDS é, em certa medida, negligenciar a saúde e a educação, contribuir para aumentar a fome e a miséria. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o DDS ataca o seu adversário, ele procura instituir uma imagem de si enquanto aqueles que possuem uma visão ética, comprometida com a preservação da natureza, com questões sociais e com o desenvolvimento da economia.

O DDS reivindica para si os semas novo, moderno, atual, inovador, irracional, sensatos, prudentes. Em contrapartida, os desenvolvimentistas são (des)qualificados como velho, ultrapassado, insustentável, gananciosos, irresponsáveis, irracionais, antiéticos. Os semas negativos atribuídos pelo DDS ao posicionamento desenvolvimentista ratificariam e justificariam o estabelecimento de um “novo” modelo de desenvolvimento.

## **b) Desenvolver de forma sustentável é se preocupar com o futuro do planeta e da humanidade**

Este agrupamento assenta-se no pressuposto de que o modelo de produção e consumo atual é destrutivo e representa uma grave ameaça à própria continuidade da espécie humana e dos seres vivos que habitam a Terra. Para “salvar o planeta” e o conjunto dos seres vivos e os *habitats* que o compõe, é preciso aderir ao desenvolvimento sustentável.

[...] hoje, a ênfase é na sustentabilidade, uma idéia que associa o ambiental ao social e ao econômico e que vai além do presente, projetando nossas preocupações para o campo da **ética** e **futuro**, por que cada vez fica mais claro que não recebermos o planeta de herança de nossos pais, mas o estamos tomando de empréstimo de nossos filhos e netos [...] (TEXTO 1).

Ou continuamos escolhendo o insustentável, e corremos o risco de **desaparecer**; ou escolhemos a sustentabilidade, e **sobrevivemos**.[...] O que está em jogo não é **sobrevivência** de um ou outro indivíduo, ou mesmo de um coletivo nacional, mas da **espécie humana** inteira, sem exagero! (TEXTO 1).

[...] “nosso **planeta** não suportará fisicamente esse **crescimento econômico exponencial** [...] (TEXTO 4).

Atualmente, a humanidade já consome 50% mais recursos do que a **Terra** consegue repor. [...] Se esse padrão de consumo das nações desenvolvidas fosse adotado pelo resto do mundo, precisaríamos de **cinco a seis planetas** para suprir essa voracidade (TEXTO 6).

**Nossa espécie** tem usado mais a capacidade de modificar o meio ambiente para piorar as coisas que para melhorar. Agora precisamos fazer o contrário, para **nossa própria sobrevivência** ( TEXTO 7).

Uma drástica mudança no rumo do desenvolvimento econômico é essencial **para evitar o desaparecimento dos ecossistemas do planeta, que são a base da vida**, afirma um estudo publicado ontem na revista científica norte-americana Science. A mudança climática, a contaminação, o desmatamento e as transformações no uso da terra empurram as **espécies à extinção**, reduzindo sua abundância e os lugares que habitam. [...] “**As sociedades e as infraestruturas humanas evoluíram e dependem de espécies e ecossistemas particulares**”, disse Paul Leadley, da Universidade de Paris-Sud, que encabeçou o estudo. “Mesmo os cenários mais otimistas para este século sistematicamente

preveem a **extinção** e a redução das populações de muitas **espécies**”, declarou Paul [...] (TEXTO 9)

A ética ambiental deve romper com o antropocentrismo e encarar os desafios para além do ambientalismo. Atuar em defender o meio ambiente é garantir a **sustentabilidade** e o **futuro** não só do **homo sapiens**, mas de todas as demais espécies que habitam o planeta. Se a **ética** não atingir a **dignidade** e o **respeito** a todas as formas de vida, então ela é torpe e sem valor (TEXTO 10).

Recentemente, o Secretário da ONU, Ban-Ki-Moon alertou os povos de que temos cerca de dez anos apenas para **salvar a civilização humana** de uma **ecocatástrofe planetária** (TEXTO 10).

[...] Porque, para alcançar os índices mínimos de **desenvolvimento-crescimento** de 2% anuais previstos, precisaríamos, dentro de pouco, de **duas Terras** iguais a que temos. [...] A **Terra** está dando inequívocos sinais de estresse generalizado. Há limites intransponíveis.[...] Num número recente da revista Nature um prestigioso grupo de cientistas publicou um relatório sobre “Os limites do **Planeta**” (Planetary Boundaries) onde afirmavam que em vários ecossistemas da **Terra** estamos chegando ao pico (tipping Point) com referência à desertificação, ao derretimento das colotas polares e do Himalaia e à crescente acidez dos oceanos. [...] a **excessiva aceleração do desenvolvimento-crescimento** das últimas décadas, do consumo e do desperdício, nos fizeram conhecer os limites ecológicos da **Terra** (TEXTO 12).

[...] É fundamental mudar isso. Mais que fundamental, é urgente, inadiável: se mantivermos o sistema atual, a **humanidade desaparecerá**. No dizer de Leonardo Boff, “a Terra pode sobreviver sem nós, mas nós não podemos viver sem a Terra” (TEXTO 15).

[...] Os especialistas dizem que precisamos de mais de uma **Terra** para garantir o **nível de consumo atual** (TEXTO 15).

Os enunciadores do DDS buscam construir uma imagem de si mesmos como aqueles que se preocupam com o futuro do planeta, reservando ao seu antagonista o descaso com a Terra. Uma vez que o Mesmo do discurso e seu Outro se constroem de forma indissociável, o DDS busca incorporar um discurso ambientalista, isto é, aquele em que há uma preocupação com o meio ambiente. No entanto, como já se viu, o posicionamento ambientalista só surge anulado, sob a forma de um simulacro.

De acordo com os enunciadores do DDS, o planeta está na eminência de uma catástrofe ecológica e humanitária. O modo de produção estabelecido pelo posicionamento desenvolvimentista é visto como o responsável por inúmeros problemas ambientais, como a mudança climática, a contaminação e o desmatamento, a redução da biodiversidade. É, pois, “fundamental”, “urgente” e “inadiável” repensar a relação com o meio ambiente, pois se algo não for feito, imediatamente, a espécie humana corre o sério risco de desaparecer, visto que tantos os seres humanos, como as demais formas de vida, dependem dos elementos naturais para sobreviver. De nada adiantará o progresso, o crescimento econômico se as gerações futuras não terão as mínimas condições mínimas de sobrevivência por inexistência de recursos naturais. Tais argumentos justificariam a necessidade de transição para o modelo de desenvolvimento qualificado como “sustentável”.

Para o DDS, as consequências desse modelo de desenvolvimento já são evidentes como a desertificação, o derretimento das calotas polares e do Himalaia, a crescente acidez dos oceanos. Tais indícios não são tratados como algo hipotético que poderá ocorrer a longo prazo, mas como algo que já afeta o presente. Caso não se tomem providências efetivas e haja uma mudança no modo de produção e consumo atuais, todo esse descaso com o planeta terá consequências drásticas e, muitas vezes, irreversíveis.

De acordo com o posicionamento do desenvolvimento sustentável, o posicionamento desenvolvimentista, em favor de um crescimento econômico exponencial, vem utilizando os ecossistemas do planeta em um ritmo mais acelerado do que a Terra é capaz de recompor. O posicionamento do desenvolvimento econômico, no simulacro construído pelo DDS, extrapola os limites da Terra, pois para garantir a continuidade do nível de crescimento atual, categorizado como excessivamente acelerado e exponencial, seriam necessários mais planetas Terra.

É importante observar que o DDS questiona somente o ritmo veloz da apropriação dos recursos naturais, como em e não o seu uso, pois desenvolver sustentavelmente não significa deixar a natureza intocada, mas promover um gerenciamento dos recursos naturais do planeta, atendendo às necessidades

de desenvolvimento atual, levando em consideração a necessidade do uso desses recursos no futuro. Sob uma aparente preocupação com a natureza e com a humanidade, encobre-se a ideologia do sistema econômico vigente e a sua preocupação em garantir a sustentabilidade do desenvolvimento em longo prazo. Em outros termos, a preocupação do DDS é com a continuidade do nível de desenvolvimento/crescimento econômico, e não necessariamente com planeta.

Os enunciadores do DDS buscam construir uma imagem de si como aqueles que se preocupam com o futuro da humanidade, reivindicam para si os semas “prudentes”, “éticos”, “cautelosos”, “precavidos”. Por sua vez, o DDS atribui semas “irracionais”, “suicidas”, “autodestrutivos”, “inconsequentes”, “imprudentes”, “insensatos” ao posicionamento desenvolvimentista.

### **c) Desenvolver de forma sustentável significa consumir de maneira consciente**

Este agrupamento reúne as sequências discursivas que procuram mobilizar os indivíduos para a adoção de ações que privilegiam o consumo consciente, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Tais enunciados fomentam a ideia de que através de práticas de consumo racionais é possível construir um mundo social e ambientalmente melhor.

[...] o **consumo** implica na extração de recursos naturais, água e petróleo; no gasto de energia; na escolha de fornecedores e empresas que sejam éticos e responsáveis; enfim nos impactos que nosso estilo de vida tem sobre as dimensões individual, ambiental, social e econômica. Atualmente, a humanidade já consome 50% mais recursos do que a Terra consegue repor. E apenas 16% da população mundial consomem 78% do total do **consumo** no planeta. **O consumo é concentrado e excessivo.** [...] Precisamos com **urgência** mudar o modelo usado na produção de produtos e serviços e **mudar a forma como se dá o consumo.** E, especialmente na **questão do consumo**, isso só virá com um outro estilo de vida. **Urge consumir de forma diferente**, privilegiando os **produtos duráveis e não os descartáveis**; os produtos locais e não os produzidos longe do local de consumo; os produtos

virtuais, **sempre que puderem** substituir os virtuais; a reutilização e reciclagem dos resíduos, só jogando no lixo aqueles que não puderem mais ser usados; o compartilhamento do uso de produtos, **sempre que for possível**, evitando a posse e o uso **individual**; priorizando o importante e não o supérfluo; e valorizando a **moderação** e não o **excesso**. [...] **Não se trata de reduzir o nosso bem estar, mas de reduzir a demanda de recursos naturais**, como água, petróleo, minerais, para produzir o mesmo bem estar, desta forma **reduzindo os impactos negativos de nosso consumo e aumentando os positivos**. Com pequenas mudanças no nosso dia-a-dia – economizando água e energia, gerindo melhor nossos resíduos, planejando nosso consumo, **valorizando produtos e empresas mais sustentáveis** [...] podemos imprimir enormes mudanças na nossa vida, na vida de nossa cidade e na **vida de nosso planeta** (TEXTO 6).

**Priorize a compra de produtos ambientalmente corretos**. Existem certos produtos que não se degradam na natureza. Procure certificar-se, ao comprar estes produtos, de que são **biodegradáveis**. Procure por produtos que sejam mais **duráveis, de melhor qualidade, recicláveis ou que possam ser reutilizáveis**. Evite produtos descartáveis não reciclados [...] (TEXTO 7).

Exigir que os **produtores respeitem as leis ambientais**, assim como a legislação trabalhista, e que utilizem **métodos menos impactantes ao meio ambiente**, adquirindo produtos elaborados com este diferencial (TEXTO 13).

[...] Nessa toada, vão embora **os recursos naturais** – a água, a terra fértil, o ar saudável, as árvores, os minérios etc. Os especialistas dizem que **precisamos de mais de uma Terra para garantir o nível de consumo atual** – sendo 80% desse consumo concentrado nos países desenvolvidos, que têm apenas 20% da população total (TEXTO 15).

Os enunciadores discursivos enfatizam a necessidade de uma mudança “urgente” nos padrões de consumo da sociedade, pois o DDS rejeita o padrão de consumo estabelecido pelo posicionamento desenvolvimentista. Entretanto, o DDS não irá polemizar com o consumo em si mesmo, mas com um tipo particular de consumo, tido como tradicional, ou seja, aquele que não apresenta uma preocupação em minimizar os danos à natureza. Para eles, o padrão de consumo da sociedade está diretamente relacionado com a manutenção dos recursos naturais do planeta. É preciso, pois, construir um novo estilo de vida e de consumo, que garanta a qualidade de vida atual.

No primeiro recorte pode-se perceber que o DDS estabelece um paralelo entre o tipo de consumo reivindicado por ele, o consumo consciente, e o tipo de consumo que ele atribui ao seu antagonista, o consumo inconsciente. É possível perceber as seguintes oposições semânticas relacionadas ao consumo: /moderação/ vs. /excesso/; /necessário/ vs. /supérfluo/; /durável/ vs. /descartável/; /individual/ vs. /coletivo/. Dessa forma, o DDS qualifica o seu consumo como “consciente”, responsável, racional, ecologicamente correto, e por oposição, situa o outro tipo de consumo como inconsciente, irracional insustentável, desenfreado, irracional e inconsequente. Essa tradução que se opera obedece às regras semânticas que regem o DDS, a sua “incapacidade” de ver a essência de seu adversário, mas apenas um simulacro que constrói dele.

Na ótica do posicionamento do desenvolvimento sustentável, o consumo verde e a escolha por empresas e fornecedores ecologicamente corretos, adjetivados como “éticos” e “responsáveis”, se constitui como uma ação concreta de redução dos danos causados ao meio ambiente. Nota-se que sob esse viés ecológico subjaz uma estratégia de mercado que intenta promover as empresas tidas como sustentáveis com o desígnio de ampliar as vantagens competitivas frente às demais que não possuem gestão dos impactos ambientais. O principal objetivo dessa ação não é, necessariamente, proteger o meio ambiente, mas conferir uma imagem de alta credibilidade à empresa com vistas a obter uma maior rentabilidade no cenário econômico.

Vê-se ainda que desenvolver sustentavelmente implica uma mudança comportamental no dia a dia das pessoas, que pode ser iniciada com a redução do consumo de energia, de água, privilegiando produtos verdes, recicláveis ou que possam ser reutilizáveis. A partir do uso das expressões modalizadoras “sempre que puderem” e “sempre que for possível”, pode-se perceber que as ações incitadas pelo DDS são cômodas, pois não, necessariamente, atingem a qualidade de vida das pessoas, o seu bem-estar, o seu conforto.

Quando o posicionamento do desenvolvimento sustentável afirma que “sempre que puderem” e “sempre que for possível” é aconselhado consumir

sustentavelmente, gera um efeito de sentido de que no momento em que for conveniente, em ocasiões oportunas é melhor priorizar a compra de produtos verdes, quando não for possível então é preciso consumir os produtos tradicionais, o importante é não deixar de consumir. Assim sendo, as proposições são subjetivas, ao gosto do freguês, não se define metas, apenas ressaltam-se a importância de praticar um consumo mais responsável.

A partir do emprego dos verbos priorizar e valorizar é possível evidenciar que os enunciadores do DDS estimulam os seus co-enunciadores a favorecerem a compra de produtos verdes, isto é, aqueles produtos construídos com considerações ambientais. Eles incitam uma espécie de “boicote” aos produtos tradicionais disponíveis no mercado - aqueles em que não há uma preocupação em minimizar os impactos ao meio ambiente -, como em “evite produtos descartáveis não reciclados”. A ideia do consumo verde é mais cômoda, em vez de “não consuma” ou “consuma menos”, ele estabelece “consuma cuidadosamente”.

Os excertos apresentam um caráter educativo. Isso pode ser percebido pelo uso dos verbos no modo imperativo que expressam uma ordem, uma orientação, tais como “procure certificar-se”, “procure por produtos”, “evite produtos”. É fundamental para o DDS informar e incentivar os indivíduos a repensarem o consumo de produtos e a adoção de ações que prejudicam o meio ambiente, a privilegiarem produtos com baixo impacto ambiental, valorizando os produtos locais, de qualidade, e a recusarem produtos poluidores, que causam o desperdício de recursos naturais, não recicláveis, não duráveis. Assim, a solução para minimizar os efeitos ambientais provenientes do consumo não é, necessariamente, comprar menos, mas diferente, isto é, substituindo os produtos “tradicionais” pelos produtos verdes e, paralelamente, fazer reciclagem etc. O propósito não é deixar de consumir, e sim incentivar o consumo de produtos verdes. Vale lembrar que consumir, ainda que de forma crítica / reflexiva / responsável / verde é, ainda assim, consumir, isto é, traz sempre um ônus ao meio ambiente.

Dessa forma, o posicionamento do desenvolvimento sustentável procura instituir uma nova maneira de atuar em defesa do meio ambiente, que se dá por meio do chamado consumo sustentável, em oposição ao consumo categorizado negativamente como insustentável. Isso evidencia uma tentativa de incorporação do posicionamento ambientalista, mas anulado, reduzido, meramente, à esfera do consumo, recategorizado positivamente como consciente e responsável.

De acordo com o DDS, o consumidor, ao comprar um eco-produto, está contribuindo para a manutenção dos ecossistemas, demonstrando a sua “consciência ecológica” e, conseqüentemente, dando a sua contribuição para a preservação do meio ambiente. Neste contexto, as pessoas são elevadas ao *status* de consumidores-cidadãos, isto é, aquele consumidor que demonstra o seu engajamento político-ambiental na hora da compra. Consumir conscientemente virou sinônimo de cidadania, uma nova forma de participação do indivíduo na sociedade contemporânea. Vê-se, assim, que a causa ambiental passa a ser pensada meramente pela ótica do consumo.

A formação desse novo consumidor é importante para a expansão e desenvolvimento desse novo mercado, o chamado “mercado verde”, constituído por produtos e empresas verdes. O enunciador do DDS opõe dois tipos de consumidor: o consciente, bem informado, cidadão - que ele atribui aos seus enunciadores -, e o consumidor despolitizado, alienado, não-cidadão, reservado ao seu adversário.

CONSUMIDOR - exerce sua **cidadania ambiental** ao se perguntar, antes de comprar, se realmente necessita daquele produto e, caso decida pela compra, se é possível consertá-lo, reutilizá-lo ou reciclá-lo, ou se o produto faz menos mal ao meio ambiente, etc. Sem informações ambientais de credibilidade o consumidor tem dificuldades para tomar tais decisões, bem como não pode saber direito sobre os impactos dos seus hábitos de consumo (TEXTO 1).

O consumo, assim, longe de ser encarado como a simples aquisição de um produto, passa a ser considerado como um exercício da cidadania. Vê-se, assim, que defender o meio ambiente adquiriu novas conotações no contexto atual, mas perfeitamente ajustável dentro da ordem capitalista.

O DDS compreende a defesa do meio ambiente do posicionamento ambientalista de forma distorcida. Enquanto os movimentos ecológicos (da década de 70) acusam o consumo de ser um dos maiores causadores do desequilíbrio ambiental e social, o posicionamento do desenvolvimento sustentável estabelece que o consumo, adjetivado como consciente, é uma forma legítima de se atuar em favor do meio ambiente. Nesse paradigma, a natureza é transformada em mercadoria.

Dessa forma, ao não polemizar com o consumo em si mesmo, assim como não polemiza com o desenvolvimento, o posicionamento do desenvolvimento sustentável deixa entrever sua maior proximidade com o posicionamento desenvolvimentista que com o posicionamento ambientalista, uma vez que a preservação ambiental passa a ser atrelada aos benefícios que pode trazer ao capital. O DDS não visa, de fato, substituir o modelo de produção e consumo atual, mas apenas adaptá-lo, incluindo uma variável ecológica.

#### **d) Ser sustentável assegura a competitividade das empresas**

As reiteraões de sentido reunidas a seguir veiculam a ideia de que a gestão ambiental corporativa impulsiona a economia e pode significar uma vantagem competitiva frente às empresas que não acompanham a tendência do desenvolvimento sustentável.

A questão ambiental é uma realidade que chegou definitivamente às **empresas modernas**. Deixou de ser um assunto de ambientalistas 'eco-chatos' ou de românticos, para se converter em **SGA (Sistema de Gestão Ambiental), PGA (Programa de Gestão Ambiental), ISO 14.001** e outras siglas herméticas. E não se trata de um tardio despertar de consciência ecológica dos empresários e gerentes, mas uma estratégia de negócio, por que **pode significar vantagens competitivas ao promover a melhoria contínua dos resultados ambientais da Empresa**; minimizar os impactos ambientais de suas atividades; tornar todas as operações tão ecologicamente corretas **quanto possível**. Com isso, a empresa ecológica estará se antecipando às **auditorias ambientais públicas** além de promover a **redução de custos e riscos** com a melhoria de processos e a racionalização de

consumo de matérias-primas; diminuição do consumo de energia e água e **redução de riscos de multas** e responsabilização por danos ambientais (TEXTO 7).

[...] Há já **provas incontestáveis** no mercado brasileiro de que não **só é possível** como desejável obter **sucesso empresarial** acreditando em desenvolvimento sustentável [...] (TEXTO 14).

Ser sustentável hoje, provavelmente, é **viabilizar o negócio** desde que não impacte em **mais custos, tecnologias mais caras** (TEXTO 4).

Nestas sequências discursivas, mais uma vez, o posicionamento do desenvolvimento sustentável reitera, simultaneamente, a sua recusa ao sentido de desenvolvimento econômico e de preservação do meio ambiente de seus antagonistas. Para esse discurso, o ser humano é capaz de utilizar os recursos naturais de maneira sustentável e viável em benefício da economia.

O DDS qualifica as empresas que apresentam uma preocupação em reduzir os impactos ambientais como “modernas”, responsáveis, enquanto situa as outras empresas que ainda não apresentam gestão ambiental como defasadas, irresponsáveis etc. Nessas sequências discursivas pode-se perceber que o DDS reivindica ainda para si os semas sustentável, “realidade”, consciência ecológica, racionalidade, enquanto pode-se inferir que ele atribui ao seu Outro os semas insustentável, utopia, defasado, inconsciência ecológica, irracionalidade. Logo, o posicionamento do desenvolvimento sustentável estabelece uma imagem positiva de si e, concomitantemente, desqualifica o seu adversário.

Os enunciadores do DDS veiculam a ideia de que as empresas que aderem ao desenvolvimento sustentável se destacam no mercado. Isso pode ser comprovado no terceiro recorte quando o enunciador do DDS afirma que há “provas incontestáveis” de que é possível obter sucesso financeiro a partir do desenvolvimento sustentável. Assim, o enunciador do DDS cria uma imagem de credibilidade, não abrindo precedente para qualquer tipo de refutação.

O enunciador do DDS elenca as vantagens de ser uma empresa sustentável, demonstrando como é possível conter possíveis gastos com processos litigiosos e eventuais regulamentações que trariam ônus à empresa

e, dessa forma, conseguir um desempenho financeiro mais lucrativo, do que aquelas que não se preocupam com o meio ambiente, garantindo a permanência de suas atividades operacionais.

Em contrapartida, pode-se inferir que as empresas que não se adaptarem a essa nova lógica do mercado e não se adequarem às diretrizes da responsabilidade ambiental ficam sujeitas a estagnarem no mercado, não atraírem mais cliente e correm o risco de desaparecerem. Assim, a sobrevivência das empresas estará cada vez mais ligada à sua capacidade de desenvolver ações sustentáveis.

Note-se que essa mudança de conduta das empresas não parte de uma conscientização ecológica, da constatação de que os bens naturais não são fontes inesgotáveis, é motivada por fins, sobretudo, econômicos e políticos, por pressão da sociedade civil e de organizações não-governamentais, pelo avanço da legislação ambiental, por tratados mundiais, enfim por uma conjuntura favorável ao surgimento dessa perspectiva.

Vê-se que o argumento que prevalece é o apelo lucrativo. Praticar o desenvolvimento sustentável é uma estratégia de negócio, pois a empresa conseguiria se destacar no mercado e conseqüentemente conseguiria também vantagens competitivas, reduzindo custos. Logo, a motivação para aderir ao desenvolvimento sustentável não reside primordialmente com o futuro do planeta, mas com manutenção do mercado.

#### **e) O desenvolvimento sustentável pode ser praticado no dia a dia**

O agrupamento, a seguir, evidencia como pequenas atitudes adotadas no cotidiano das pessoas podem contribuir para a sustentabilidade do planeta. Os enunciados instigam as pessoas a uma mudança nos hábitos para conter o avanço da degradação ambiental.

**Com pequenas mudanças no nosso dia-a-dia** – economizando água e energia, gerindo melhor nossos resíduos, planejando nosso consumo, valorizando produtos e empresas mais sustentáveis, cobrando nossos governantes

para apoiarem o **consumo mais consciente** – **podemos imprimir enormes mudanças na nossa vida, na vida de nossa cidade e na vida de nosso planeta.** Para melhor, muito melhor!!! (TEXTO 6)

[...] **Reveja seu dia-a-dia** e tome as atitudes ecológicas que julgar mais corretas e adequadas. Não espere que alguém venha fazer isso por você. **Faça você mesmo.** [...] **Ajude** a implantar e **participe da coleta seletiva de lixo.** Você estará contribuindo para poupar os recursos naturais, aumentar a vida útil dos depósitos de lixo, diminuir a poluição. **Investigue desperdício com energia e água.** Localize e repare os vazamentos de torneiras. **Desligue lâmpadas** e equipamentos quando não estiver utilizando. Mantenha os filtros do sistema de ar-condicionado e ventilação sempre limpos para **evitar desperdício de energia elétrica.** **Use os dois lados do papel,** prefira o e-mail ao invés de imprimir cópias e guarde seus documentos em disquetes, substituindo o uso do papel ao máximo. **Promova o uso de transporte alternativo ou solidário,** como planejar um rodízio de automóveis para que as pessoas viajem juntas ou para que usem bicicletas, transporte público ou mesmo caminhem para o trabalho [...](TEXTO 7).

Nestas sequências discursivas, o posicionamento do desenvolvimento sustentável denota uma maior proximidade com o posicionamento ambientalista. O enunciador discursivo recorre a sub-regiões do posicionamento ambientalista que não conflitam com a sua grade semântica. Em outras palavras, o posicionamento do desenvolvimento sustentável propõe ações ecológicas que não afetam a estrutura do modelo econômico. Assim, o discurso do posicionamento ambientalista só poderá surgir anulado no interior do fechamento semântico do posicionamento do desenvolvimento sustentável.

A partir da análise realizada anteriormente a respeito dos simulacros construídos pelo DDS sobre seus Outros, foi possível verificar que um dos simulacros que o DDS atribui ao posicionamento ambientalista é de que o movimento verde não possui ações concretas e efetivas para a salvação do meio ambiente, ficando apenas no plano da retórica. Nestas sequências discursivas, por oposição, o DDS procura mostrar meios viáveis, consistentes e realistas de proteger o meio ambiente.

As sequências discursivas acima se assentam no pressuposto de que é possível “salvar” o planeta, a partir da adoção de certas atitudes ecológicas no

dia a dia. Tais recortes estimulam as pessoas movimentar-se em direção a uma vida mais sustentável em nível individual, tendo como premissa de que se todo mundo “fizer a sua parte” em prol do planeta, por menor que ela seja, somada a tantas outras atitudes, será possível promover grandes mudanças. Porém isso tudo vai depender, basicamente, da disposição das pessoas em cooperar/ engajar no movimento.

Uma das estratégias linguístico-discursivas para atingir este fim consiste no emprego dos verbos no imperativo, como em “reveja”, “faça”, “participe”, “investigue”, “use”, “promova”, só para citar alguns. Além disso, na expressão “faça você mesmo”, o uso do pronome “você” pretende falar diretamente com o co-enunciador, persuadi-lo a aderir a práticas ambientalmente corretas.

Os enunciados demonstram como é possível adotar atitudes simples e cabíveis a serem adotadas no cotidiano pelos indivíduos que queiram demonstrar mínima consciência de ecológica, como a coleta seletiva de lixo, reciclagem etc. Para o discurso materializado nos excertos, pode-se inferir que é possível adotar condutas ecologicamente corretas para a sustentabilidade do planeta sem ser necessariamente ser um ambientalista. Atitudes que até então eram aparentemente simples e corriqueiras, como escovar os dentes, tomar banho, se tornam um elemento básico para a manutenção do equilíbrio do planeta, que é essencial para sobrevivência da raça humana.

Pode-se notar, que as ações do DDS são pensadas em um nível individual, e não no conjunto de movimentos socioambientais organizados. As propostas são cômodas e paliativas, priorizam apenas mudanças comportamentais nos hábitos de consumo (como a redução no gasto de energia, do desperdício de água, reciclagem etc.) e não preveem fazer uma transformação radical dos padrões dominantes de produção e consumo.

### 4.3 Quadro do modelo semântico do discurso do desenvolvimento sustentável

Por fim, apresentar-se-á o quadro que resume o modelo semântico do DDS a partir de sua interação com posicionamento ambientalista e com o posicionamento desenvolvimentista, examinados ao longo deste trabalho. Tendo por base as sequências discursivas analisadas anteriormente, apresenta-se a seguir o quadro que ilustra o contraste entre os semas positivos (reivindicados) e os semas negativos (rejeitados). É importante salientar que os itens lexicais que aparecem nesse quadro estão presentes explicitamente no *corpus* analisado, enquanto outros são sinônimos<sup>12</sup> e outros ainda são inferidos por meio daquilo que o discurso nega.

<b>POSICIONAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>POSICIONAMENTO AMBIENTALISTA</b>	<b>POSICIONAMENTO DESENVOLVIMENTISTA</b>
<b>Semas reivindicados (positivos)</b>	<b>Semas rejeitados (negativos)</b>	<b>Semas rejeitados (negativos)</b>
<b>Nós somos:</b> Consciente, Responsáveis, Realistas, pragmáticos, racionais, moderados.	<b>Eles são:</b> Eco-chatos, românticos, idealistas, Militantes, partidaristas.	<b>Eles são:</b> Irracionais, suicidas, gananciosos, ambiciosos, irresponsáveis, inconscientes.
<b>Nosso projeto:</b> novo, sustentável, realizável, praticável.	<b>O projeto deles:</b> Velho/Ultrapassado irrealizável, impraticável, Utópico.	<b>O projeto deles:</b> velho, Ultrapassado/defasado, irracional, esgotado.
<b>Nossos precursores</b> Sociedade civil, empresas responsáveis etc.	<b>Precursos deles:</b> Hippies e ex-marxistas "sem rumo".	<b>Precursos deles:</b> Governo e Empresas irresponsáveis.
<b>Nossa tese:</b> objetiva, técnica, fundamentada.	<b>Tese deles:</b> exagerada, infundada.	<b>Tese deles:</b> irracional, suicida.

<sup>12</sup> Convém notar que não é equivalência na língua, no dicionário, mas como diz Maingueneau, (1997) "é preciso referir-se ao seu valor no discurso" (p. 150).

**Quadro 2:** Modelo semântico do DDS representado pela inter-relação com o posicionamento ambientalista e com o posicionamento desenvolvimentista.

Diante do quadro acima, fica evidente a polêmica que o DDS mantém com o posicionamento desenvolvimentista e ambientalista. Com base na análise feita dos dados, foi possível verificar que essa relação polêmica ocorre de forma assimétrica. O posicionamento do desenvolvimento sustentável busca forjar uma aparente ruptura com o posicionamento desenvolvimentista e uma maior proximidade com o posicionamento ambientalista, mas, pela análise da organização discursiva, ele conserva as mesmas bases do sistema econômico dominante, sobreposta de uma preocupação com o meio ambiente.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho, considerou-se a relação polêmica que constitui o DDS. A partir da realização de um percurso histórico, pode-se confirmar a nossa hipótese preliminar de que o DDS emergiu a partir das relações interdiscursivas que ele estabeleceu com o posicionamento desenvolvimentista e o posicionamento ambientalista. Viu-se que o DDS nasceu com o intuito de conciliar os interesses dos que defendiam a necessidade de se promover o desenvolvimento econômico e dos que ressaltavam a necessidade de preservar o meio ambiente. Essa tentativa de integração do discurso do Outro ocorre de maneira conflituosa, uma vez que Outro não é compreendido a partir de sua rede semântica de origem, mas é reinterpretado, inconscientemente, no interior do fechamento semântico do DDS.

A partir da análise do *corpus* foi possível verificar o foco da polêmica constitutiva do posicionamento do desenvolvimento sustentável. No que concerne à polêmica que envolve o DDS e o posicionamento ambientalista, a divergência recai sobre o que significa proteger o meio ambiente nos dias atuais. O posicionamento do desenvolvimento sustentável considera a preocupação com o meio ambiente genuína, mas ele se opõe ao modo como os ambientalistas atuam em defesa da natureza. Para eles, o posicionamento ambientalista possui uma visão idealista e romântica da natureza, que não condiz com a realidade atual.

Com base nessa premissa, o DDS constrói os simulacros de que os ambientalistas são ativistas/militantes políticos; de que o projeto dos ambientalistas é romântico/utópico e ultrapassado; de que os ambientalistas são alarmistas, denunciastas e catastrofistas. O modelo do discurso do DDS pode ser sintetizado por meio da oposição semântica realizável vs. utópico.

No que diz respeito à polêmica que envolve o DDS e o posicionamento desenvolvimentista, a controvérsia incide sobre o que significa promover o desenvolvimento. O DDS não é contra o desenvolvimento em si mesmo, mas contra a política econômica baseada na meta de crescimento da produção e

consumo que promove a destruição do meio ambiente e a miséria com a mera finalidade de conseguir mais lucro. Em outras palavras, o posicionamento do desenvolvimento sustentável considera que o verdadeiro desenvolvimento é aquele associa economia, meio ambiente e questões sociais.

Partindo desse pressuposto, o posicionamento do desenvolvimento sustentável irá construir simulacros como os desenvolvimentistas confundem desenvolvimento com crescimento, de que os desenvolvimentistas são “irracionais” e “suicidas”. No fundo, tais manifestações derivam de uma oposição semântica fundamental que se estabelece entre o sustentável vs. o insustentável.

Dessa forma, confirma-se a proposição de Maingueneau (1997) de que "a lista dos assuntos efetivamente debatidos é muito limitada, e mesmo não variada, a polêmica indo e voltando em torno de poucos pontos" (MAINGUENEAU, 1997, p. 123-124). Os posicionamentos discursivos constroem seus discursos variando, de certa forma, os pontos de controvérsia, mas a semântica de base é sempre a mesma, na realidade, 'o enunciado é raro', em outras palavras, ele é redundante. A polêmica gira em torno das oposições semânticas realidade vs. utopia e sustentável vs. insustentável.

A polêmica decorre desse processo de interincompreensão regrada, da impossibilidade do discurso do Mesmo compreender o Outro tal qual ele é, mas somente anulado por meio de um simulacro. Entretanto, esses simulacros construídos pelo DDS sobre o posicionamento desenvolvimentista e sobre o posicionamento ambientalista não resultam de uma “má fé” de seus enunciadores, mas de uma subordinação ao conjunto de restrições semânticas de seu intérprete. Assim, o DDS jamais será capaz de compreender o posicionamento desenvolvimentista e o posicionamento ambientalista na sua essência, pois isso é privilégio reservado aos enunciadores desses discursos.

Além da polêmica manifesta a partir do *dizer sobre o Outro*, pode-se observar ainda o seu funcionamento a partir do que o DDS diz a respeito de si, isto é, da imagem que o procura estabelecer sobre si mesmo. Nesse

movimento, o DDS acaba sempre se reportando, explícita ou implicitamente, a um discurso de *outrem*, com quem ele disputa o espaço discursivo.

Tendo por base o trabalho de Maingueneau (2005), foi possível propor um quadro que sintetiza os semas positivos e negativos que compõem a semântica de base dos posicionamentos considerados. Pode-se constatar que a semântica de base do DDS permanece estável, mesmo circulando em veículos distintos, no caso em questão, o Portal do Meio Ambiente e o *site* do Instituto *Akatu*. Confirma-se, dessa forma, a proposição de Maingueneau (2005), de que o discurso é um espaço de regularidades enunciativas.

É necessário ainda problematizar algumas questões sobre a proposta do desenvolvimento sustentável. A partir da análise do *corpus*, foi possível notar que o projeto de desenvolvimento sustentável embora se constitua, ao menos discursivamente, como o ponto de equilíbrio entre questões econômicas, ambientais e sociais, na prática, essa relação ocorre de forma assimétrica. O pressuposto econômico sobrepõe-se aos aspectos ambientais e sociais.

Neste sentido, o posicionamento ambientalista, por se centrar em questões ambientais acima de interesses financeiros, é visto como um modelo a ser superado/substituído. Na ótica do DDS, o ambientalismo é um movimento perigoso, pois ameaça os pilares da conjuntura hegemônica atual, na medida em que ele prevê uma ação revolucionária de diminuição dos danos ao meio ambiente por meio da redução do consumo, de uma transformação efetiva do atual modo de produção capitalista.

Em contrapartida, o modelo do posicionamento desenvolvimentista é visto como um modelo a ser mantido, porém adaptado e reestruturado, pois mantém o sistema econômico atual e as disposições em vigor. A tentativa de assimilação de questões ambientais se constitui em um necessário processo de adaptação do capitalismo às possíveis dificuldades da regulação e extinção dos recursos naturais, não a partir de uma tomada de “consciência ecológica”, mas de uma “consciência econômica”, com a finalidade de garantir recursos (matéria-prima) fundamentais à reprodução do capital.

Logo, o DDS não promove um rompimento com o modelo de desenvolvimentista anterior. Ele procura manter os padrões hegemônicos de desenvolvimento, promovendo uma espécie de “modernização conservadora”. Algumas características intrínsecas de reprodução e expansão desse modelo, como a busca incessante busca pela lucratividade, produtividade e competitividade permanecem inalteradas. Os agrupamentos discursivos desenvolver de forma sustentável significa consumir de maneira consciente; ser sustentável assegura a competitividade das empresas; desenvolvimento sustentável é um novo modelo de desenvolvimento evidenciam nitidamente essa disparidade. Em todos eles, a aparente preocupação com o meio ambiente escamoteia os interesses econômicos da ideologia dominante.

Vê-se, assim, que o posicionamento do desenvolvimento sustentável promove apenas um deslocamento no âmbito discursivo, do desenvolvimento insustentável à sacralização do desenvolvimento sustentável. Ele se configura como uma necessária estratégia de revitalização do sistema econômico capitalista para garantir a sustentabilidade dos atuais padrões de desenvolvimento.

Nesse novo paradigma, a causa ambiental ganhou novos contornos, não somente do ponto de vista de sua percepção, mas também do ponto de vista de seu enfrentamento. Os agrupamentos discursivos desenvolver de forma sustentável significa consumir de maneira consciente e o desenvolvimento sustentável pode ser praticado no dia a dia demonstram como o ambientalismo está se tornando um movimento cada vez mais constrangido às aspirações do sistema econômico dominante. A ideologia ecológica passou a ser compreendida sob as mesmas estruturas dinamizantes do atual modelo de produção e consumo. Dessa forma, as propostas de desenvolvimento sustentável apenas buscam impulsionar o consumo de produtos verdes, em detrimento dos tradicionais, e, paralelamente, incentivar a reciclagem, o reaproveitamento etc.

Vê-se, portanto, que o discurso do desenvolvimento sustentável não altera a estrutura do atual modelo de produção e de consumo, mas reafirma o

modelo econômico hegemônico, envolto, agora, sob uma aparente preocupação com o meio ambiente e com questões sociais. Dessa forma, “o que deve ser sustentado é o desenvolvimento, e não a capacidade dos ecossistemas e das sociedades humanas” (RIST, 1997, p. 194).

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louís. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2 ed. Trad. De Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade** – um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch, **Estética da criação verbal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora HUCITEC. 1997.

BÍBLIA DE JERUSALÉM, A. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRUNDTLAND, G. ET AL. **Nosso Futuro Comum**. Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COSTA, N.B. O primado da prática: uma quarta época para a análise do discurso. In: COSTA, N.B. (org.) **Práticas discursivas** - exercícios analíticos. Campinas/SP: Pontes, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Ver. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

FERREIRA, Nilson Cândido. **Evolucionismo e criacionismo**: aspectos de uma polêmica. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: forense Universitária, 1986.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. Trad.: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

HERCULANO, Selene Carvalho: Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: **coletânea Ecologia, Ciência e Política**. Coordenação de Mírian Goldenberg, 1992.

JÖHR, Hans. **O verde é negócio**. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 1994.

MEADOWS, D. H. *et alii*. **Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise dos Textos de Comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Gêneses do Discurso**. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3ª edição. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Durnarã, 1992.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In:GADET, Francaise; HAK, Tony (orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

POSSENTI, Sírio & SILVA, Maria Cecília Pérez de Souza (org.). **Cenas da Enunciação**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Observações sobre interdiscurso**. Vol. 1. Curitiba-PR, Revista Letras: 2003. p.253-269.

\_\_\_\_\_. **Os limites do Discurso**. Curitiba/PR: Criar Edições, 2002.

RIST, G. **The History of development from western origins to global faith**. London: Zed Books, 1997

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo, Vértice, 1986.

SILVA, E.G. **Os (des)encontros da fé**: análise interdiscursiva de dois movimentos da igreja católica. (2006). 293 f. Tese (Doutorado em Análise do Discurso). IEL-UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

TEIXEIRA, Francisco & FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. 2º edição. São Paulo: Cortez, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

### **Sites consultados**

<http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilmar-s-d-berna/4640-a-especie-humana-na-encruzilhada>. Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

<http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilmar-s-d-berna/4589-a-visao-e-a-cegueira-ambientais>. Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Campanha-da-Fraternidade-lembra-que-ser-cristao-e-ser-sustentavel>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/E-a-economia-que-deve-se-adaptar-a-sustentabilidade-nao-o-contrario>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Triplo-desafio-a-ideologia-verde>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Producao-e-consumo-mudar-e-preciso-ok>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

<http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilmar-s-d-berna/4793-como-administrar-com-consciencia-ecologica>. Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

<http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/educacao-a-cidadania/5839-a-natureza-objeto>. Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

<http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/meio-ambiente-natural/biodiversidade/5837-mudar-o-desenvolvimento-para-salvar-a-biodiversidade>. Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

<http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/ecologia-humana/saude-alimentacao-e-qualidade-de-vida/5916-o-vegetarianismo-e-a-etica-animal-e-ambiental>. Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

<http://portaldomeioambiente.org.br/component/content/archive?year=2009&month=6>. Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

<http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/leonardo-boff/1021-extrapolacao-e-colapso-do-sistema-mundial>. Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

<http://www.akatu.org.br/Temas/Alimentos/Posts/Os-impactos-da-alimentacao-para-o-meio-ambiente>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Afinal-o-que-e-essa-tal-de-sustentabilidade>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Por-uma-nova-concepcao-de-desenvolvimento>. Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

## ANEXOS

### **TEXTO 1: A espécie humana na encruzilhada**

*Ou continuamos escolhendo o insustentável, e corremos o risco de desaparecer; ou escolhemos a sustentabilidade, e sobrevivemos.*

Por que é tão importante e estratégico democratizar a informação socioambiental? Porque a sociedade precisa dela para saber escolher entre os caminhos que aprofundarão a crise socioambiental dos caminhos que nos conduzirão a uma sociedade sustentável, de baixo consumo de carbono. Sem informação ambiental de qualidade a sociedade terá cada vez maior dificuldade para compreender a crise socioambiental apontada por 1.300 cientistas, de 95 países, como muito séria e urgente.

Após analisaram a situação dos ecossistemas do Planeta estes cientistas constataram que nosso estilo de vida está consumindo cerca de 20% a mais do que o Planeta consegue repor e que este consumo não é igual para todos: enquanto uns poucos ficam com muito, concentrando poder e riqueza, a maioria continua com quase nada e ainda tem de suportar os ônus da poluição e degradação ambiental e serem os mais atingidos pelas mudanças climáticas, por que não têm com se defender. Gandhi já nos alertou sobre isso ao afirmar que “a Terra tem o suficiente para a necessidade de todos, mas não para a ganância de uns poucos”.

A mudança entre um estilo de vida que não se importa com o meio ambiente ou com a miséria e outro que se importa tem se tornado cada vez mais visível por qualquer indicador que se adote. Para se ter uma idéia da mudança, por volta da década de 70 a poluição era percebida como positiva, um sinônimo de progresso. Na década seguinte, o negócio passou a ser reduzir a poluição e mais menos uma década depois a busca pela poluição zero. Poluição passou a ser sinônimo de desperdício, prejuízo financeiro com multas e embargos, etc. Na entrada do século 21, a mudança evoluiu para a busca de tecnologias limpas e conhecimentos capazes de reparar os danos e ainda ganhar dinheiro com isso.

O desafio agora é aumentar a velocidade dessa mudança por que, segundo os cientistas, corremos o risco de, a partir de 2050, passarmos do ponto de retorno, quando começará o colapso do Planeta. Exagero ou não, a prudência requer precaução de nossa parte, por que não dá para adotar a suicida atitude de esperar para ver.

Entretanto, mudar não é fácil! E uma das características da mudança que a tornam mais desafiadoras é que ela não é a mesma para todo mundo. Enquanto para uns mudar vai significar consumir menos, rever hábitos desperdiçadores, modificar sistemas concentradores de renda e produtores de miséria, para outros, milhões de excluídos, que vivem na pobreza e nem sempre têm o que comer no dia seguinte, mudar vai significar consumir mais. Para essas pessoas é até crueldade falar sobre a importância e necessidade de preservação da biodiversidade, da mata atlântica, das baleias, do mico-leão-dourado, sem também oferecer possibilidades e alternativas econômicas sustentáveis para que saiam da situação de miséria em que se encontram.

Então, se no século passado a ênfase da mudança estava mais em seus aspectos ambientais, hoje, a ênfase é na sustentabilidade, uma idéia que associa o ambiental ao social e ao econômico e que vai além do presente, projetando nossas preocupações para o campo da ética e futuro, por que cada vez fica mais claro que não recebermos o planeta de herança de nossos pais, mas o estamos tomando de empréstimo de nossos filhos e netos, como bem disse Henry Brown.

Um aspecto da mudança que nos dá esperança é que ela não se dá por acaso muito menos é obra ou depende de algum 'salvador da pátria', mas resulta do esforço coletivo e continuado de uma verdadeira 'confraria de amigos do planeta' que cresce a cada dia e que, de forma incansável e muitas vezes ao preço de perder a própria vida, como o Chico Mendes, não se deixou – e não se deixa - abater diante da enormidade ou urgência da tarefa, por que em vez de tentar encontrar desculpas para não fazer nada, encontrou um jeito de continuar lutando por este mundo melhor, que é possível, mas que começa aqui, agora, em nós.

O fato é preciso, na verdade, é urgente, mudar nosso estilo de vida a fim de assegurar a preservação do meio ambiente e isso além de não ser uma tarefa pequena, não é nada fácil, por que estamos falando de mudança. O que está em jogo não é sobrevivência de um ou outro indivíduo, ou mesmo de um coletivo nacional, mas da espécie humana inteira, sem exagero! Os limites de nosso crescimento e a mudança na maneira de produzir e consumir os recursos do Planeta precisa ser negociado com a sociedade, por isso é tão importante e estratégico mantê-la bem informada.

As escolhas da sociedade tenderão a ser tanto melhores quanto melhores forem as informações ambientais que conseguirem chegar ao povo. Se estas informações forem insuficientes, falsas, tendenciosas ou dominadas pelas forças que desejam manter os atuais rumos insustentáveis de consumismo e poluição, isso certamente influenciará em nossas decisões. Por isso é tão importante, na verdade fundamental e estratégico para a sustentabilidade, refletirmos sobre a comunicação e a publicidade que são apenas ferramentas, que tanto podem estar a serviço de um modelo consumista e desperdiçador ou a serviço da sustentabilidade, dependendo dos valores que motivam nossas escolhas.

### **Informação e publicidade**

Um dos motivos que impede a democratização da informação socioambiental comprometida com valores sustentáveis é a falta de financiamento para esta informação. Portanto, assegurar tais recursos não se trata de uma reivindicação meramente comercial, mas de uma estratégia em opor-se à informação baseada no consumismo e no desperdício como valores em nossa sociedade. A ausência de políticas públicas e conseqüentemente verbas públicas para campanhas de propaganda e marketing ambientais, que ofereçam um contraponto à propaganda e ao marketing comprometidos com o consumismo crescente e ilimitado, reforça na sociedade brasileira a permanência por escolhas tradicionais, insustentáveis, consumistas, desperdiçadoras. Hoje, quem financia a publicidade é a lógica do mercado que está comprometida com lucros, também crescentes e, de preferência, ilimitados. Para vender mais usam das ferramentas da propaganda e do marketing para criar necessidades e desejos onde as pessoas nem sabiam que tinham, transformar em mercadorias sentimentos e o psicológico das pessoas (por exemplo, o medo da violência em venda de armas e sistemas de segurança). Um mesmo consumidor é estimulado a trocar um produto bom, que ainda funciona bem, por outro quase igual, mas com um pequeno diferencial para o querer se livrar daquele que

ainda funciona para comprar um novo. Isso quando o mercado não providencia para que um produto que poderia durar muito mais já saia da fábrica programado para durar menos, assim o consumidor terá de comprar de novo e descartar o usado que ainda poderia servir. A indústria automobilística é mestre em projetar veículos para durar cada vez menos. Quem tem carros antigos que duram por décadas sabe do que estou falando. Os novos, em cinco anos precisam ser trocados, por que se torna caro demais mantê-los. São só alguns exemplos para mostrar como esta lógica de consumo tem contribuído para aumentar a velocidade do saque contra o planeta gerando o atual absurdo em que uma pequena parcela da humanidade, em torno de 20%, consegue consumir sozinha 30% a mais de recursos naturais do que a natureza consegue se recuperar.

A mesma ferramenta da propaganda e marketing que tem sido usada a serviço da destruição e do mau uso dos recursos do Planeta, pode – e deve – ser usada para sensibilizar as pessoas para a necessidade de mudar seus hábitos de consumo, levar as pessoas a refletirem e fazerem escolhas melhores no próprio ato de consumir, recusando produtos poluidores, de obsolescência planejada, desperdiçadores de recursos naturais, não recicláveis, emissões de carbono, por outros, mais sustentáveis e também solidários no sentido de promover a inclusão social.

O Brasil compreende isso e incluiu na lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que criou a Política Nacional de Educação Ambiental, o art. 5º, inciso II, que garante a democratização das informações ambientais como um dos objetivos fundamentais da educação ambiental. Durante a Eco 92, o Governo Brasileiro assinou também na Agenda 21 o compromisso de (artigo 40.18) "sempre que exista impedimento econômico ou de outro tipo que dificultem a oferta de informação e o acesso a ela, deve-se considerar a criação de esquemas inovadores para subsidiar o acesso a essa informação ou para eliminar os impedimentos não econômicos." Assinou, mas não cumpre, ainda. Para tirar estes compromissos e direitos do papel os governantes precisam perceber a mobilização da sociedade em torno da causa, já que são tantas as prioridades e o cobertor do orçamento geralmente é curto. Atualmente, apenas a chamada Grande Mídia, não especializada em meio ambiente, recebe o aporte das verbas públicas através da publicidade de empresas do Governo Federal. Um pequeno percentual disso poderia estar financiado as mídias ambientais, como sugerido em moção aprovada por pelos mais de 2.000 representantes da sociedade civil durante a II Conferência Nacional de Meio Ambiente.

A pesquisa "O que o brasileiro pensa do meio ambiente", do ISER/MMA, tem constatado que a conscientização do brasileiro em relação ao meio ambiente aumentou 30% nos últimos 15 anos e cresceu o número de brasileiros que não consideram exagerada a preocupação com o meio ambiente (42% em 97; 46% em 2001 e 49% em 2006). Por outro lado, outra pesquisa, também do ISER/MMA, realizada com 1.141 dos 1.337 delegados participantes da "II Conferência Nacional de Meio Ambiente", em fev 2005, constatou que a falta de informação sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental está incluída por estes multiplicadores de opinião entre os três principais problemas ambientais brasileiros.

Quanto à inclusão das mídias ambientais nos planos de mídia das empresas do mercado muitas preferem investir apenas na contratação de serviços de imprensa para transformar as informações que querem divulgar em sugestões de pauta que enviam em massa aos veículos da mídia ambiental especializada na tentativa de obter alguma divulgação espontânea, em vez de também contratar uma agência de publicidade para fazer um plano de mídia que inclua estes mesmos veículos. Quando

isso ocorre, preferem dirigir as verbas de publicidade para veículos da mídia não especializada sob o critério de custo por mil (CPM). É a velha história de quantidade versus qualidade. Quanto maior a tiragem, menor o custo por mil. No caso das mídias ambientais, como as tiragens são bem menores, o custo por mil é maior.

O que às vezes a maioria das empresas anunciantes e dos publicitários não percebe é que o público que importa em relação às questões socioambientais é aquele que influencia as decisões da empresa, e este costuma ler e dar credibilidade à mídia ambiental, mais que à grande mídia. Já o público em geral, que tem um interesse mediano sobre a questão ambiental, mal lê a notícia ou o anúncio ambiental e passa batido entre temas diversos do seu interesse como futebol, polícia, cidade, política, etc. Então, a empresa anunciante pensa estar fazendo uma economia evitando anunciar na mídia ambiental, quando na verdade está desperdiçando dinheiro com publicidade em mídias que não são lidas pelo seu público de interesse.

Depois se queixa dizendo que este tipo de público, crítico em relação às atividades socioambientais da empresa, só gosta mesmo é de 'notícia ruim', quando na verdade, a empresa não teve sucesso em alcançá-lo com a sua informação publicitária ou institucional, ou não soube agregar à sua informação a credibilidade de veículos especializados como os da mídia ambiental, que conquistaram tal credibilidade exatamente por que não se vendem, publicam contraponto às verdades oficiais. E este é outro obstáculo para algumas empresas anunciarem nas mídias ambientais, pois preferem mídias que não publiquem também informações que sejam desfavoráveis aos seus interesses. São empresários e publicitários que não conseguiram compreender ainda que o contraditório faz parte do processo democrático, e que o Brasil é uma democracia!

Os publicitários estão devendo esta lição de casa em relação ao sem compromisso com a sustentabilidade – com as exceções de sempre. E os cursos de graduação em publicidade e marketing também. No fundo, existem poucos profissionais no mercado publicitário brasileiro com capacitação adequada para compreender a real importância da mídia ambiental e o seu papel estratégico para fazer avançar a sustentabilidade e a consciência ambiental da sociedade.

É certo que não conseguiremos fazer sozinhos tudo o que é preciso ser feito para que ocorra a mudança, por isso precisamos uns dos outros, precisamos de veículos que sejam canais de diálogo para favorecer o entendimento entre diferentes interesses. As informações ambientais chegam à opinião pública através dos veículos da chamada Grande Mídia, não especializada em meio ambiente, e dos veículos da Mídia Ambiental, sejam institucionais, que refletem as opiniões e informações de uma determinada organização, ou não-institucionais, que procuram mostrar diferentes ângulos da questão. Apesar das diferenças, inclusive ideológicas, tratam-se de mídias complementares. Os veículos da Grande Mídia dispõem de recursos que a mídia ambiental não tem, por exemplo, na cobertura de um grande acidente ecológico, quando o interesse dos veículos não especializados dura o tempo em que o problema ambiental permanece visível. Já a mídia ambiental tende a manter o assunto na pauta mesmo depois de passado o problema, oferecendo à opinião pública uma análise mais aprofundada sobre as conseqüências, responsabilidades, desdobramentos.

Quanto ao aspecto ideológico, a diferença entre diferentes mídias pode ser enorme. Os veículos da Grande Mídia são de propriedade de poucas famílias e tendem a reproduzir o pensamento do modelo econômico dominante. Já a mídia ambiental está mais ligada à resistência social, à denúncia, à crítica, à oposição a este modelo

dominante. Existem exceções em ambos os lados, mas que apenas confirmam as regras.

Entre os veículos da mídia ambiental, por sua vez, existem aqueles que focalizam em sua pauta mais os aspectos da natureza, seja suas agressões ou belezas, outros veículos focalizam mais os aspectos produtivos como gestão ambiental, tecnologias, legislação, licenciamento, e outros ainda os aspectos sociais e políticos. Então, mesmo entre os veículos da mídia ambiental, existe uma complementaridade entre eles.

O desafio é como sobreviver sem recursos diante de uma sociedade que, apesar de precisar de informação ambiental a fim de fazer escolhas melhores entre as diferentes alternativas, não se dispõe, pelo menos ainda, a comprar esta informação, seja nas bancas seja através de assinaturas? Este desafio tem sido enfrentado dia a dia pelas mídias ambientais e cada uma tem buscado seu caminho de sobrevivência, sempre com muita dificuldade, quase como uma missão de cidadania ambiental, uma espécie de apostolado.

### **Valores sustentáveis**

A escola assume um papel fundamental de estimular a cidadania ambiental do aluno, e uma das maneiras mais eficientes de se fazer isso é trazendo o contemporâneo para a sala de aula, aproximando o cotidiano vivido pelos alunos. Paulo Freire apontou o consumismo como um dos maiores problemas de nosso tempo, chegando a compará-lo a um tipo de escravidão: "A educação deve ajudar o homem brasileiro a inserir-se criticamente no processo histórico e a libertar-se, pela conscientização, da síndrome do ter e da escravidão do consumismo". A Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA) e a OSCIP Prima – Mata Atlântica e Sustentabilidade e demais parceiros concederão o certificado de ESCOLA AMIGA DO PLANETA como forma de reconhecer, homenagear e divulgar a ESCOLA que adota boas práticas ambientais e sustentáveis e que por isso É O EXEMPLO QUE QUEREM VER EM SEUS ALUNOS. A educação ambiental para a sustentabilidade deve ser uma pedagogia de ação, a partir das práticas do dia a dia, ou não promoverá mudanças.

Por exemplo, escolas que ensinam seus alunos sobre o desmatamento na Amazônia, mas não se preocupam com a origem da madeira que compram para as carteiras dos alunos ou portas das salas de aula, ou não exigem a comprovação de origem da carne preparada na cantina, podem estar contribuindo para o desmatamento desta mesma Amazônia. Também ensinam uma coisa e praticam outra as escolas que ensinam sobre mudanças climáticas, aquecimento global, mas não adotam medidas de redução de consumo de energia, não controlam as emissões de seus veículos, não plantam árvores para neutralizar suas emissões; ou ensinam sobre os males do consumismo e não adotam a coleta seletiva, a reciclagem, o reaproveitamento de materiais, a redução do consumo de água. E, sem credibilidade, o discurso fica vazio e perde eficácia.

Com o agravamento das mudanças climáticas os adultos de hoje irão requerer cada vez mais, na formação de suas crianças e jovens, escolas que sejam elas próprias um exemplo do que ensinam, demonstrando estarem preparadas para formar a nova geração de líderes do amanhã, pois eles viverão numa sociedade que, por um lado, irá valorizar cada vez mais ações e tecnologias sustentáveis e de baixo carbono e inclusivas com os despossuídos e, por outro, irá rejeitar e penalizar cada vez mais ações e **tecnologias sujas e insustentáveis** e que produzam miséria e exclusão

social. **Dados científicos irrefutáveis**, como estes, entre vários outros, não deixam mais dúvidas que estamos diante de uma encruzilhada: ou continuamos escolhendo e apoiando o atual estilo de vida, ou mudamos rapidamente. Escolher um caminho, ou outro, depende informação. Sem ela, a Sociedade terá dificuldades para compreender a gravidade da crise ambiental, e pior, será incapaz de fazer escolhas adequadas que levem a mudanças que revertam a atual rota suicida de nossa espécie sobre o Planeta.

### **Cidadania ambiental ativa**

Vivemos num mundo onde a eliminação da pobreza, a diminuição da desigualdade social e a preservação do nosso ambiente devem ser prioridades para consumidores, empresas e governos, pois todos são co-responsáveis pela construção de sociedades sustentáveis e mais justas. Assim, diversos setores da sociedade estão se mobilizando em direção à mudança. Destaco quatro deles:

**1. TERCEIRO SETOR** – reúne indivíduos e organizações que precisam se manter bem informados a cerca de políticas, obras, atividades, ações que impactem ou venham a constituir ameaça ao meio ambiente, a fim de confrontar e denunciar abusos e ilegalidades ambientais. Também precisam saber de novas idéias, tecnologias, bons exemplos socioambientais para mostrarem alternativas e soluções mais sustentáveis, em vez de só dizer que são contra. No Brasil, estes cidadãos ambientais costumam se reunir em organizações não governamentais de defesa do meio ambiente que, por sua vez, participam de conselhos federal, estaduais e municipais de meio ambiente onde têm voz ativa e podem influenciar nas decisões de políticas públicas e legislação ambiental. Para este público, a informação ambiental é uma espécie de ponte de diálogo entre diferentes interesses, permitindo o entendimento ou o estabelecimento de estratégias e negociações.

**2. ELEITOR** - Platão disse que “o preço que os homens de bem pagam pelo seu desinteresse da política é a qualidade dos políticos.” A informação ambiental é fundamental para que os cidadãos ambientais possam decidir seu voto, seja para manter no poder ou para substituir políticos e administradores, em função de sua atuação socioambiental. Afinal, o Planeta não vota e por isso conta com o eleitor para fazer isso por ele.

**3. CONSUMIDOR** - exerce sua cidadania ambiental ao se perguntar, antes de comprar, se realmente necessita daquele produto e, caso decida pela compra, se é possível consertá-lo, reutilizá-lo ou reciclá-lo, ou se o produto faz menos mal ao meio ambiente, etc. Sem informações ambientais de credibilidade o consumidor tem dificuldades para tomar tais decisões, bem como não pode saber direito sobre os impactos dos seus hábitos de consumo.

**4. INICIATIVA PRIVADA** - algumas empresas líderes reconhecem a importância estratégica da comunicação e da mídia ambiental não só para manter seus públicos de interesse ambiental informados sobre suas atividades e resultados como também para manter canais de diálogo com este público formador e multiplicador de opinião, podendo se antecipar a denúncias na imprensa ou junto ao Ministério Público e órgão de controle ambiental que possam trazer prejuízos à imagem ou aos negócios. A fim de assegurar credibilidade à sua mensagem, as empresas líderes agem com responsabilidade socioambiental em suas atividades produtivas e adotam princípios e assumem práticas que vão além da legislação – investindo na democratização da informação ambiental para dar publicidade a seus resultados.

**Vilmar Berna** é escritor e jornalista, editor da Revista e do Portal do Meio Ambiente. Mais informações: [www.escritorvilmarberna.com.br](http://www.escritorvilmarberna.com.br)

**Fonte: Portal do meio Ambiente, 14 de março de 2012. Disponível em:** <http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilmar-s-d-berna/4640-a-especie-humana-na-encruzilhada>

## **Texto 2: A visão e a cegueira ambientais**

Nossa sociedade está consumindo mais ecossistemas do que a natureza consegue recuperar. Assim, se assemelha a um piloto que testa um avião que em vez de voar, segue em rumo de colisão com o chão. Enquanto não vê o chão se aproximando, o piloto pode se dar por satisfeito por estar voando. Mais ou menos como um suicida que se joga do prédio mais alto e ao passar voando pelo nono andar, em queda livre rumo ao chão, pensa: "até aqui, tudo bem!"

O estilo de vida baseado no consumo crescente e ilimitado de recursos naturais limitados tem deixando atrás de si uma terra arrasada, extinção em massa, montanhas de lixo, ao mesmo tempo em que produz exclusão social, guerras, fome. Por outro lado, tem gerado uma brutal concentração de renda, nunca se lucrou tanto e cresce a cada dia a quantidade de indivíduos e famílias cujas fortunas pessoais ultrapassam o PIB de muitos países! Os pobres, por sua vez, também estão tendo acesso, pela primeira vez ao consumo, graças a programas assistenciais públicos de transferência de renda, aos produtos chineses fabricados com mão de obra quase escrava e com energia suja de carvão, tudo isso facilitado por créditos a perder de vista!

Parar ou diminuir por quê? Alguns pensam: "recebemos o planeta de herança de nossos pais e avós já poluído, e sobrevivemos! Que mal há em fazer o mesmo com nossos filhos e netos? O que hoje chamam de lixo e poluição amanhã a tecnologia e a ciência poderão descobrir um jeito de neutralizar ou de transformar em matéria prima novamente! Existe muito exagero por parte dos ambientalistas que adoram anunciar o fim do mundo enquanto fazem seu marketing para atrair mais recursos e filiados para suas organizações! Na pior das hipóteses, suas teses cataclísmicas tem servido para aumentar os lucros vendendo mais livros e lotando bilheterias de cinema!"

E o chão continua se aproximando, mas a maioria - como já denunciou o escritor português Saramago - sofre de cegueira. Os que vêem, ao tentar alertar aos que preferem a cegueira, são logo classificados como ecochatos, biodesagradáveis e outros apelidos engraçadinhos! E assim, a sociedade de consumo segue voando, alegremente, rumo ao pouco provável mas não impossível fim da espécie humana! Como ambientalista, sempre torço para estar errado, pois geralmente quando me dão razão é por que é tarde demais.

Entretanto, não é para desanimar, pois já estão ocorrendo mudanças rumo a uma sociedade sustentável e, claro, tal mudança não se deve aos que preferem permanecer na cegueira e se recusam a mudar. E, por isso, a velocidade da mudança ainda é lenta diante dos enormes desafios a serem ainda enfrentados! Por exemplo, como promover a inclusão sócio-econômica-ambiental da maior parte da humanidade - que tem o direito à vida com qualidade e a um futuro para si e para os que os sucederão - sem comprometer ainda mais a base de recursos naturais já exploradas

além do seu limite nem agravar o aquecimento global. Certamente, não será com o atual modelo de consumo nem com a atual tecnologia! Então, qual será? Nossos jovens estarão capacitados para serem os novos técnicos e cientistas do amanhã, capazes de pensar e descobrir respostas para os problemas que herdarão de nós? Nossas escolas e universidades estão atentas para o fato que as crianças e jovens de hoje em breve serão adultos num mundo diferente do atual, onde sustentabilidade e baixo carbono serão as palavras de ordem?

Dizem que a esperança é a última que morre, e que se depender dos que preferem não mudar, então não mudaremos mesmo e o fim será certo. Então, a mudança tem acontecido e depende dos que vêm, e sofrem, e se importam, e sonham com um mundo melhor e trabalham por ele, preferindo encontrar um jeito para mudar em vez de se contentar em desqualificar ambientalistas ou em encontrar desculpas para continuar tudo do mesmo jeito.

Se você conseguiu ler este artigo até aqui, então esteja certo, você não está só, apesar de fazer parte ainda da minoria que preferiu a visão em vez da cegueira ambiental.

Vilmar Berna é escritor e jornalista, editor da Revista e do Portal do Meio Ambiente. Mais informações: [www.escritorvilmarberna.com.br](http://www.escritorvilmarberna.com.br)

**Fonte: Portal do Meio Ambiente, 14 de março de 2012. Disponível em:** <http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilmar-s-d-berna/4589-a-visao-e-a-cegueira-ambientais>

### **Texto 3: Sustentabilidade é tema de campanha da CNBB de 2011**

*Em carta à CNBB, o papa Bento XVI diz que o centro da luta pela sustentabilidade não é a defesa da natureza, mas o respeito pelo ser humano*

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou na quarta-feira (09/03) a Campanha da Fraternidade 2011, que tem como tema “Fraternidade e Vida no Planeta”. Escolhida a partir de sugestões dos fiéis católicos, a campanha pretende alertar a população, chamar a atenção dos políticos, dos empresários e da imprensa para temas ligados à sustentabilidade, sugerindo mudanças nas atitudes e na mentalidade.

Repasada para todas as paróquias católicas do país, o tema anual da Campanha da Fraternidade é corrente em sermões durante as missas e discutido em encontros de fiéis e nas atividades das pastorais.

Dom Dimas Lara Barbosa, secretário-geral da CNBB, diz que sustentabilidade não aparece explicitamente na Bíblia, mas que o seu princípio está contido no mandamento “amar ao próximo como a si mesmo. A partir dele, você pode tirar conclusões”. Dentro desta lógica, ficaria inviável aos cristãos ter determinadas atitudes, como não pagar os encargos sociais ao trabalhador, fazer propaganda enganosa ao consumidor, explorar reservas de preservação ambiental, etc.

Durante o lançamento da campanha, os representantes da Igreja criticaram os grandes latifundiários representantes do agronegócio no país, que não estariam nem um pouco preocupados com o futuro da humanidade. De acordo com a CNBB, o agronegócio é responsável por desperdiçar grande parte da água doce do planeta e contaminar rios e mares com fertilizantes.

A exploração do petróleo na camada pré-sal também foi duramente criticada pelos representantes da Igreja. Dom Dimas Lara disse que a descoberta “não é essa maravilha toda apresentada pelas propagandas governamentais” em razão do petróleo ser um perigoso poluente. Ele defende que o Brasil deve investir em fontes alternativas de energia, como a eólica ou a solar.

O secretário-geral da CNBB também apontou falhas nas mudanças propostas no Código Florestal, que deve ser votado ainda este semestre na Câmara dos Deputados. Dom Dimas chamou de problemática a anistia aos desmatadores, assim como a possibilidade de diminuição das áreas de proteção dos rios, e o fim da reserva legal para pequenos produtores.

### **Bento 16**

Em carta oficial à CNBB, o papa Bento 16 lembrou que o foco de toda a luta pela sustentabilidade não está na natureza em si, mas no ser humano. “Sem uma verdadeira defesa daqueles que são excluídos e marginalizados pela sociedade, sem esquecer, neste contexto, daqueles que perdem tudo, vítima de desastres naturais, nunca se poderá falar de uma autêntica defesa do meio-ambiente”, diz o pontífice.

Em 2010, na “Encíclica Caritas in veritate”, Bento 16 já havia feito o alerta de que o homem só seria capaz de respeitar o meio ambiente e as outras criaturas do planeta quando passasse a respeitar a si mesmo; Para ele, a primeira ecologia a ser defendida é a “ecologia humana”.

**Fonte: Instituto Akatu, 22 de março de 2011. Disponível em:**

**<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Campanha-da-Fraternidade-lembra-que-ser-cristao-e-ser-sustentavel>**

### **Texto 4: É a economia que deve se adaptar à sustentabilidade, não o contrário**

*Deveríamos garantir aos nossos filhos, pelo menos, a mesma qualidade de vida que temos hoje e que já não é tão boa assim*

Segundo Gilles Lipovetsky, importante filósofo contemporâneo, as preocupações do porvir planetário e os riscos ambientais assumiram posição primordial no debate coletivo. Nos últimos anos, quando despertamos para as revelações alarmantes a respeito do aquecimento global, o termo sustentabilidade ganhou a importância merecida na mídia, governos e empresas. Sustentabilidade virou uma febre. As empresas são sustentáveis, o negócio é sustentável, tudo é sustentável. Mas o que é ser sustentável? Que conceitos norteiam as gestões estratégicas das organizações?

Ser sustentável hoje, provavelmente, é viabilizar o negócio desde que não impacte em mais custos, tecnologias mais caras. O que todos precisam entender é que há urgência em equilibrar a balança do tripé da sustentabilidade (triple bottom line), a economia não deve pesar mais que o social e o ambiental. Caso isso não ocorra, a natureza cobrará o seu preço.

Em 1987, foi publicado o relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que fazia duras críticas ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório apontava para a incompatibilidade entre o desenvolvimento e os padrões de produção e consumo vigentes. Cunhou-se a célebre frase: “Desenvolvimento sustentável é satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Ou seja, deveríamos garantir para os nossos filhos, pelo menos, a mesma qualidade de vida que temos hoje e que já não é tão boa assim. As gerações futuras, agora com 24 anos (1987 a 2011), perguntam quais medidas foram cumpridas e se é este o futuro que construímos para eles. Devemos mesmo adotar esse conceito? A resposta é não! Os resultados mostram que falhamos e que sustentabilidade é garantir hoje a qualidade do meio ambiente, da vida, gastar o que for preciso para as gerações presentes.

Não há um limite mínimo para o bem-estar da sociedade assim como não há um limite máximo para a utilização dos recursos naturais. Como citou Jeffrey Sachs, professor de Economia e diretor do Instituto Terra da Universidade Columbia, “o mundo está rompendo os limites no uso de recursos, se a economia mundial cresce a um patamar de 5% ao ano significa, neste modelo de desenvolvimento, que continuaremos produzindo grandes impactos no meio ambiente, nosso planeta não suportará fisicamente esse crescimento econômico exponencial, se deixarmos a ganância levar vantagem, o crescimento da economia mundial já está esmagando a natureza”.

Se continuarmos com um modelo de desenvolvimento como o que temos atualmente, em 2050, quando se estima que seremos 9 bilhões de habitantes, teremos uma dívida ecológica de 24 meses, tempo necessário para ela se recompor, mesmo assim, não se tem a certeza se o planeta aguentará uma pressão deste tamanho.

Há um grande equívoco que preciso deixar claro quando se fala em desenvolvimento. É comum falar em desenvolvimento sob o prisma do crescimento da economia, e o Brasil está entre os dez países mais ricos do mundo, mas o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mostra o Brasil na 73ª posição entre 169 países. De acordo com o relatório, aproximadamente 8,5% da população brasileira vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, 17 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 60 por mês. Além da má distribuição de renda, doença crônica no desenvolvimento do Brasil, a saúde e a educação são o que mais pesa na pobreza do país.

Como diria o professor Sachs, “se a ganância vencer, a máquina do crescimento econômico depreparará os recursos, deixará os pobres de lado e nos conduzirá a uma profunda crise social, política e econômica”. Precisamos propor uma mudança no paradigma da sustentabilidade, o desenvolvimento sustentado necessita incluir o homem nesse processo, numa gestão que inclua as pessoas, tecnologias sem o

pressuposto econômico, fontes renováveis e práticas sustentáveis. Como citou Rachel Carson em seu livro Primavera Silenciosa, “o homem é parte da natureza e sua guerra contra a natureza é inevitavelmente uma guerra contra si mesmo... Temos pela frente um desafio como nunca a humanidade teve, de provar nossa maturidade e nosso domínio, não da natureza, mas de nós mesmos”. A mensagem está dada.

Artigo de [Backer Ribeiro Fernandes](#). *Backer Ribeiro Fernandes é Relações Públicas e doutorando em Ciências da Comunicação. Leciona no curso de Relações Públicas da FAAP/SP e é professor conferencista da ECA/USP. É diretor da Communità, consultoria especializada em Comunicação para a Sustentabilidade.*

Este artigo foi publicado originalmente no site Carbono Brasil

**Fonte:** site do Instituto Akatu, 15 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/E-a-economia-que-deve-se-adaptar-a-sustentabilidade-nao-o-contrario>

### **Texto 5: Triplo desafio à ideologia verde**

*Muitos dos que se dedicam à questão climática acabam por se render ao argumento do menor dos males*

Os frustrantes resultados do projeto político dos verdes decorrem de apego umbilical às iniciais reações aos impactos ambientais do produtivismo e do consumismo das sociedades contemporâneas. Ficaram presos a sentimentalismos que não se traduzem em políticas capazes de galvanizar as amplas bases sociais que até agora apoiaram a decadente socialdemocracia. Precisam com urgência da ajuda de uma corrente irmã que venha a renovar a vida política por assumir a postura pragmática intrínseca aos engenheiros. Uma corrente que encaminhe soluções práticas a grandes desafios – como o populacional, o climático, e o da biodiversidade – com sólidos alicerces nos avanços científicos, principalmente em três questões: a genética, a nuclear e a urbana.

Foi essa a conclusão a que chegou o septuagenário ecólogo americano Stewart Brand após longuíssima e abnegada **militância verde**. Esteve com a vanguarda da contracultura antes de lançar o legendário Whole Earth Catalog, em 1968, que recebeu o National Book Award em 1972. A ele adicionou a pioneira revista CoEvolution Quarterly, a partir de 1974. Ambos duraram até um claro ponto de mutação em meados dos anos 1980, a partir do qual Brand passou a se empenhar na formulação de cenários futuristas, criando a Global Business Network, parte do Monitor Group, e mais tarde a The Long Now Foundation, da qual permanece presidente.

No entanto, o fato biográfico indispensável ao entendimento dessa trajetória foi, com certeza, sua experiência, entre 1975 e 1983, de assessor direto do governador democrata da Califórnia Jerry Brown, que acaba de voltar ao posto. Foi dessa colaboração que saiu o exitoso programa de eficiência energética que hoje permite a um californiano consumir muito menos energia que os demais americanos, com metade das emissões per capita de gases de efeito estufa. Mesmo com um aumento

da renda per capita de 80% em três décadas, a demanda de energia californiana não se alterou, enquanto aumentava 50% em outros estados.

Na assessoria de Jerry Brown, uma das principais funções de Brand foi organizar diálogos do governador com expressivos intelectuais das mais diversas especialidades. Em 1977, por exemplo, eles ouviram de James Watson, um dos pais da descoberta da estrutura do DNA, uma confissão de arrependimento sobre a célebre conferência de geneticistas de Fevereiro de 1975 em Asilomar, da qual havia sido um dos coordenadores. Ele já percebera que haviam sido exageradas as restrições propostas nessa conferência, que logo depois foram adotadas por muitas instituições de saúde, e que, naquele exato momento, estavam sendo debatidas pela assembleia legislativa da Califórnia.

Talvez seja por isso que a questão dos transgênicos apareça no “manifesto” de Stewart Brand como uma das mais impiedosas críticas que os verdes já tiveram oportunidade de receber. Começa dizendo que a oposição do movimento ambientalista aos chamados “OGM” atrapalhou o combate à fome, a conservação ecossistêmica e o progresso da ciência, além de negar aos próprios praticantes da agroecologia uma ferramenta crucial.

Termina por desqualificar os temores dos serviços de inteligência sobre os riscos de a engenharia genética vir a ser usada por terroristas, depois de desafiar os leitores a uma comparação entre as consequências das políticas opostas adotadas nos EUA e na Europa sobre os cultivos de alimentos transgênicos. Tudo tão recheado de fatos e referências à literatura científica, que fica difícil imaginar o que poderá ser uma resposta à altura por parte dos que continuam a ter rejeição radical à engenharia genética.

Foi bem mais recente a conversão de Brand à segunda grande tese que o colocou em rota de colisão com os verdes: que o uso da energia nuclear para gerar eletricidade será fundamental na transição ao baixo carbono. Ele diz que resistiu a admitir essa ideia até 2002, quando visitou o local destinado à estocagem do lixo atômico americano: The Yucca Mountain Repository, um projeto iniciado em 1978 em montanhas que estão a menos de 200 Km de Las Vegas.

Todavia, praticamente toda a sua argumentação favorável à energia nuclear vem de um livro ainda mais recente: *Power to Save the World: The Truth about Nuclear Energy*. Publicado em 2007 por Gwyneth Cravens, ex-editora da revista *New Yorker*, que fez parte do grupo de ativistas verdes que em 1980 conseguiu fechar a usina nuclear Shoreham, em Long Island.

Essa conversão de militantes verdes ao nuclear se apoia em dois argumentos básicos: “carga de base” e “pegada” (baseload e footprint). A “carga de base” corresponde à “energia firme na base do sistema”, ou montante mínimo de energia garantido, consistente, permanente, contínuo e confiável que as usinas de geração elétrica devem prover para atender as demandas de seus milhões de clientes. Tem origem nas três fontes tradicionais – a fóssil, a hídrica e a nuclear – pois as novas – eólica e solar – são intermitentes, fazendo com que só possam ser complementares.

Em termos do que entendem por “pegada”, uma usina nuclear de mil megawatts precisa de menos de um quilômetro quadrado. Se gerados por eólica, esses mil megawatts exigiriam 600 vezes mais área. Por solar, 150 vezes mais. Tão ou mais significativa é a diferença de volume entre o lixo atômico e o lixo do carvão.

O primeiro caberia numa latinha de refrigerante se a referência fosse todo o consumo de eletricidade do tempo de vida de um indivíduo que só usasse nuclear.

Comparativamente, o carvão atingiria 69 toneladas de lixo sólido, mais 77 toneladas de emissões de dióxido de carbono. Sem contar as cinzas e os gases, grande fonte de radioatividade, cheia de metais pesados, como chumbo, arsênico, e o mais tóxico mercúrio. Estima-se que a cada ano a poluição do carvão cause 30 mil mortes nos Estados Unidos e 350 mil na China.

Pode-se discordar, lembrando que o aumento da eficiência é que permitirá a redução da intensidade energética (quantidade de energia por dólar de PIB), primeiro mandamento da mitigação do aquecimento global. Todavia, por mais que seja crucial, não se mostra suficiente para substituir as geradoras elétricas que precisam ser fechadas, e não gera energia para a tremenda demanda de consumidores emergentes da China, Índia, e em vários países da África e da América Latina. O que coloca um sério problema de escolha entre as fontes de energia disponíveis.

É por isso que muitos dos que se dedicam à questão climática acabam por se render ao argumento do menor dos males (the lesser of two evils) e por preferir considerar todas as possibilidades (take nothing off the table). Segundo levantamento citado por Brand (apud Cravens), teriam se manifestado a favor da opção nuclear 89% dos cientistas em geral, 95% dos que estão em pesquisas energéticas, e 100% dos que investigam questões nucleares e de radiação.

Na terceira questão enfatizada no livro – a das cidades – os verdes não são propriamente acusados de erro. Brand só os reprova por ainda não terem percebido o imenso potencial que o planejamento urbano oferece para o desenvolvimento sustentável. Acha que deve surgir uma nova profissão – ecólogos urbanos – capaz de levar as cidades a cuidar de suas infraestruturas naturais com o mesmo nível de sofisticação que construíram suas infraestruturas artificiais.

Para fazer esse triplo desafio à ideologia verde, Stewart Brand se esmera em mostrar que os alicerces de sua argumentação vieram da melhor literatura científica, com inúmeros destaques para as revistas Nature e Science. Criou até mesmo um site específico para disponibilizar e atualizar notas de rodapé e referências bibliográficas que teriam tornado a leitura do livro bem menos amigável.

É justamente por ter tanto cuidado em se mostrar cientificamente correto que surpreende a adesão do autor à hipótese de que o planeta Terra seja um organismo vivo, popularizada pelo químico James Lovelock e pela microbiologista Lynn Margulis com apelo ao nome da deusa grega “Gaia”.

Essa hipótese é incompatível com a teoria neodarwinista da evolução que ele assume com clareza desde as primeiras páginas. Uma incoerência que deveria ter sido explicada ao leitor, mas que nem por isso chega a tirar o interesse e a importância desse pragmático “manifesto” para o avanço do pensamento socioambiental. Quem sabe, também para a superação das principais incongruências intelectuais dos partidos verdes.

Artigo de José Eli da Veiga - Resenha de Whole Earth Discipline: An ecopragmatist manifest, de Stewart Brand. Artigo publicado originalmente na revista Página 22.

Fonte: site do Instituto Akatu, 22 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Triplo-desafio-a-ideologia-verde>

### **Texto 6: Produção e consumo: mudar é preciso**

*A missão do Akatu é mobilizar as pessoas para o uso do poder transformador de seus atos de consumo consciente como instrumento de construção da sustentabilidade da vida no planeta, por Helio Mattar*

O Dia Mundial do Meio Ambiente foi estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1972, marcando a abertura da Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano.

Celebrado anualmente no dia 5 de Junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente catalisa a atenção e a ação política de povos e países para aumentar a conscientização em relação à preservação ambiental.

Entre os principais objetivos das comemorações estão os de mostrar o lado humano das questões ambientais, capacitar as pessoas a se tornarem agentes ativos do desenvolvimento sustentável, e promover a compreensão de que é fundamental que comunidades e indivíduos mudem suas atitudes em relação ao uso dos recursos e das questões ambientais de modo a contribuir para a sustentabilidade da vida no planeta.

Nesse sentido, a missão desempenhada pelo Akatu é central nesse processo, contribuindo para mobilizar as pessoas para o uso do poder transformador dos seus atos de consumo consciente como instrumento de construção da sustentabilidade da vida no planeta.

Para isso, entre as suas diversas ações, no período entre os dias 3 e 10 de junho, o Akatu está promovendo, junto com o Condomínio do Conjunto Nacional, a SOS Mata Atlântica e a Organização Carta da Terra uma série de eventos, exposições, filmes e debates em São Paulo, inclusive participando da Virada Sustentável, nos dias 4 e 5.

A atividade inicial é o lançamento oficial da Semana do Meio Ambiente às 10h da sexta feira, dia 03 de junho, que será seguida de uma intervenção artística na galeria principal do Conjunto Nacional cujo tema será a embalagem de papelão. Na montagem "Humanidade Papelão, Desencaixe-se", os artistas do coletivo Contrafilé vão chamar a atenção das pessoas e provocar sua reflexão sobre nossos modos de consumo, usando como ícone as embalagens de papelão.

Quando se fala em consumo consciente, fala-se dos impactos de todos os nossos atos de consumo – em nós mesmos, na sociedade, na economia e no meio ambiente em que vivemos. Isso engloba os resíduos que produzimos, dentre eles, as embalagens que descartamos. Em geral, nosso consumo tem como consequência o descarte de um maior ou menor número de embalagens. Daí o uso das embalagens como mote na intervenção de rua e no Conjunto Nacional.

Falamos de papelão apenas? Claro que não. Falamos de sentido de vida. Podemos medir o nosso sentido de vida pela quantidade de embalagens que desembulhamos?

Pelos produtos que empilhamos em nossos armários, gavetas, estantes, cômodos, garagens, casas? A resposta, claramente, é um sonoro não !!!

As caixas de papelão usado no flash mob feito no Conjunto Nacional serve para lembrar que o consumo implica na extração de recursos naturais, água e petróleo; no gasto de energia; na escolha de fornecedores e empresas que sejam éticos e responsáveis; enfim nos impactos que nosso estilo de vida tem sobre as dimensões individual, ambiental, social e econômica.

Atualmente, a humanidade já consome 50% mais recursos do que a Terra consegue repor. E apenas 16% da população mundial consomem 78% do total do consumo no planeta. O consumo é concentrado e excessivo. Se esse padrão de consumo das nações desenvolvidas fosse adotado pelo resto do mundo, precisaríamos de cinco a seis planetas para suprir essa voracidade.

Em 2050 seremos mais de 3 bilhões de famílias no planeta, imagine se todas tiverem seu carro particular; imagine todos esses carros entupindo as “artérias” de nossas cidades, que certamente vão “enfartar; imagine o volume de recursos naturais necessários para toda essa gente se alimentar, vestir, usar celular, computador, e para suprir suas necessidades de educação, saúde, lazer, cultura; e imagine onde se vai descartar todo o lixo e embalagens produzidas!!!

Precisamos com urgência mudar o modelo usado na produção de produtos e serviços e mudar a forma como se dá o consumo. E, especialmente na questão do consumo, isso só virá com um outro estilo de vida. Urge consumir de forma diferente, privilegiando os produtos duráveis e não os descartáveis; os produtos locais e não os produzidos longe do local de consumo; os produtos virtuais, sempre que puderem substituir os físicos; a reutilização e reciclagem dos resíduos, só jogando no lixo aqueles que não puderem mais ser usados; o compartilhamento do uso de produtos, sempre que for possível, evitando a posse e o uso individual; priorizando o importante e não o supérfluo; e valorizando a moderação e não o excesso. Não se trata de reduzir o nosso bem estar, mas de reduzir a demanda de recursos naturais, como água, petróleo, minerais, para produzir o mesmo bem estar, desta forma reduzindo os impactos negativos de nosso consumo e aumentando os positivos. Com pequenas mudanças no nosso dia-a-dia – economizando água e energia, gerindo melhor nossos resíduos, planejando nosso consumo, valorizando produtos e empresas mais sustentáveis, cobrando nossos governantes para apoiarem o consumo mais consciente – podemos imprimir enormes mudanças na nossa vida, na vida de nossa cidade e na vida de nosso planeta. Para melhor, muito melhor!!!

É absolutamente urgente que façamos essa transição para uma sociedade mais sustentável. Além de políticas públicas e soluções tecnológicas capazes de minimizar os impactos da previsível explosão de consumo, é preciso investir e produzir bens simbólicos no redirecionamento das aspirações da sociedade como um todo. É necessário um esforço urgente e sem precedentes para dissociar o sentido de vida e a felicidade do aumento contínuo do consumo. Esta equação, que ainda move o crescimento da sociedade, é incompatível com o objetivo de compartilhar os benefícios do consumo com toda a sociedade e de fazer isso respeitando a sustentabilidade ambiental.

Artigo de Helio Mattar

**Fonte: site do Instituto Akatu, 06 jun 2011. Disponível em:**

## **Texto 7: Como administrar com consciência ecológica**

*"Nós não herdamos a terra de nossos pais, mas a pegamos de empréstimo de nossos filhos." - Henry Brown*

A questão ambiental é uma realidade que chegou definitivamente às empresas modernas. Deixou de ser um assunto de ambientalistas 'eco-chatos' ou de românticos, para se converter em SGA (Sistema de Gestão Ambiental), PGA (Programa de Gestão Ambiental), ISO 14.001 e outras siglas herméticas. E não se trata de um tardio despertar de consciência ecológica dos empresários e gerentes, mas uma estratégia de negócio, por que pode significar vantagens competitivas ao promover a melhoria contínua dos resultados ambientais da Empresa; minimizar os impactos ambientais de suas atividades; tornar todas as operações tão ecologicamente corretas quanto possível. Com isso, a empresa ecológica estará se antecipando às auditorias ambientais públicas além de promover a redução de custos e riscos com a melhoria de processos e a racionalização de consumo de matérias-primas; diminuição do consumo de energia e água e redução de riscos de multas e responsabilização por danos ambientais.

O problema é que, segundo pesquisa da Symnetics, com empresas de faturamento entre R\$ 200 milhões e R\$ 500 milhões, planos estratégicos da empresa, como a Política Ambiental, acaba ficando mais na cabeça da alta administração, que não consegue passar o recado para os seus subordinados. E até mesmo na alta administração das companhias, há quem não saiba traduzir a mensagem do Presidente. A pesquisa apontou que 5% da alta administração não sabe qual a visão de futuro da empresa. Descendo na estrutura hierárquica, a miopia se acentua. O estudo indica que 14% da média gerência sequer entende o planejamento da empresa e 48% tem uma compreensão mediana. No nível operacional, a situação é ainda pior. A pesquisa constatou que 38% dos operários não têm idéia de quais sejam as metas futuras da organização e 43% têm uma vaga idéia do que se trata.

A solução é investir em programas de conscientização e sensibilização dos funcionários para as políticas da empresa, especialmente a ambiental, já que consciência ambiental não se dá por portaria ou de cima para baixo, mas de dentro para fora. Neste sentido, não basta implantar uma boa Política Ambiental ou obter a ISO 14.001. É preciso, antes, estimular e sensibilizar os funcionários, prestadores de serviços e fornecedores a desejarem 'ecologizar' o trabalho, não por que a direção da empresa quer ou determinou, mas por que a adoção de princípios ambientais pode ser uma oportunidade para que os trabalhadores possam dar uma contribuição concreta, em seu próprio ambiente de trabalho, para a melhoria das condições do Planeta. Mais que uma exigência da Direção, portanto, é uma oportunidade da qual os trabalhadores poderão se orgulhar junto a sua família e à comunidade, ao se revelarem os resultados positivos do trabalho ambiental desenvolvido na empresa. Neste sentido, vale a pena todo o esforço da Empresa para sensibilizar e mobilizar seus funcionários, tais como palestras com ambientalistas, distribuição gratuita de assinaturas de jornais

especializados em meio ambiente, encontros com escritores para autógrafos a livros com tema ambiental, distribuição de boletins por intranet ou fotocópia com informações sobre a Política de Gestão Ambiental, entre outras iniciativas. Uma delas pode ser a distribuição dos Dez Mandamentos Ambientais.

## DEZ MANDAMENTOS AMBIENTAIS

Nossa espécie tem usado mais a capacidade de modificar o meio ambiente para piorar as coisas que para melhorar. Agora precisamos fazer o contrário, para nossa própria sobrevivência. Reveja seu dia-a-dia e tome as atitudes ecológicas que julgar mais corretas e adequadas. Não espere que alguém venha fazer isso por você. Faça você mesmo.

### 1 - Estabeleça princípios ambientalistas

Estabeleça compromissos, padrões ambientais que incluam metas possíveis de serem alcançadas.

### 2 - Faça uma investigação de recursos e processos

Verifique os recursos utilizados e o resíduo gerado. Confira se há desperdício de matéria-prima e até mesmo de esforço humano. A meta será encontrar meios para reduzir o uso de recursos e o desperdício.

### 3 - Estabeleça uma política ecológica de compras

Priorize a compra de produtos ambientalmente corretos. Existem certos produtos que não se degradam na natureza. Procure certificar-se, ao comprar estes produtos, de que são biodegradáveis. Procure por produtos que sejam mais duráveis, de melhor qualidade, recicláveis ou que possam ser reutilizáveis. Evite produtos descartáveis não reciclados como canetas, utensílios para consumo de alimentos, copos de papel, etc.

### 4 - Incentive seus colegas

Fale com todos a sua volta sobre a importância de agirem de forma ambientalmente correta. Sugira e participe de programas de incentivo como a nomeação periódica de um 'campeão ambiental' para aqueles que se destacam na busca de formas alternativas de combate ao desperdício e práticas poluentes.

### 5 - Não Desperdice

Ajude a implantar e participe da coleta seletiva de lixo. Você estará contribuindo para poupar os recursos naturais, aumentar a vida útil dos depósitos de lixo, diminuir a poluição. Investigue desperdício com energia e água. Localize e repare os vazamentos de torneiras. Desligue lâmpadas e equipamentos quando não estiver utilizando. Mantenha os filtros do sistema de ar-condicionado e ventilação sempre limpos para evitar desperdício de energia elétrica. Use os dois lados do papel, prefira o e-mail ao invés de imprimir cópias e guarde seus documentos em disquetes, substituindo o uso do papel ao máximo. Promova o uso de transporte alternativo ou solidário, como planejar um rodízio de automóveis para que as pessoas viajem juntas ou para que usem bicicletas, transporte público ou mesmo caminhem para o trabalho. Considere o

trabalho à distância, quando apropriado, permitindo que funcionários trabalhem em suas casas pelo menos um dia na semana utilizando correio eletrônico, linhas extras de telefone e outras tecnologias de baixo custo para permitir que os funcionários se comuniquem de suas residências com o trabalho.

#### 6 - Evite Poluir Seu Meio Ambiente

Faça uma avaliação criteriosa e identifique as possibilidades de diminuir o uso de produtos tóxicos. Converse com fornecedores sobre alternativas para a substituição de solventes, tintas e outros produtos tóxicos. Faça um plano de descarte, incluindo até o que não aparenta ser prejudicial como pilhas e baterias, cartuchos de tintas de impressoras, etc. Faça a regulagem do motor dos veículos regularmente e mantenha a pressão dos pneus nos níveis recomendáveis. Assegure-se que o óleo dos veículos está sendo descartado da maneira correta pelos mecânicos.

#### 7 – Evite riscos

Verifique cuidadosamente todas as possibilidades de riscos de acidentes ambientais e tome a iniciativa ou participe do esforço para minimizar seus efeitos. Não espere acontecer um problema para só aí se preparar para resolver. Participe de treinamentos e da preparação para emergências.

#### 8 - Anote seus resultados

Registre cuidadosamente suas metas ambientais e os resultados alcançados. Isso ajuda não só que você se mantenha estimulado como permite avaliar as vantagens das medidas ambientais adotadas.

#### 9 – Comunique-se

No caso de problemas que possam prejudicar seu vizinho ou outras pessoas, tome a iniciativa de informar em tempo hábil para que possam minimizar prejuízos. Busque manter uma atitude de diálogo com o outro.

#### 10 - Arranje tempo para o trabalho voluntário

Não adianta você ficar só estudando e conhecendo mais sobre a natureza. É preciso combinar estudo e reflexão com ação. Considere a possibilidade de dedicar uma parte do seu tempo, habilidade e talento para o trabalho voluntário ambiental a fim de fazer a diferença dando uma contribuição concreta e efetiva para a melhoria da vida do planeta. Você pode, por exemplo, cuidar de uma árvore, organizar e participar de mutirões ecológicos de limpeza e recuperação de ecossistemas e áreas de preservação degradados, resgatar e recuperar animais atingidos por acidentes ecológicos ou mesmo abandonados na rua, redigir um projeto que permita obter recursos para a manutenção de um parque ou mesmo para viabilizar uma solução para problema ambiental, fazer palestras em escolas, etc.

*Vilmar S. D. Berna*

Vilmar Berna é escritor e jornalista, editor da Revista e do Portal do Meio Ambiente. Mais informações: [www.escritorvilmarberna.com.br](http://www.escritorvilmarberna.com.br)

Fonte: Portal do Meio Ambiente, 20 de julho de 2010. Disponível em: <http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/vilmar-s-d-berna/4793-como-administrar-com-consciencia-ecologica>

## **Texto 8: A Natureza objeto**

*Observamos quase sempre, a natureza como algo exterior a nós mesmos, e isso tem uma explicação.*

Tendo como foco a análise temporal do desenvolvimento da sociedade ocidental, a atual crise ambiental é produto histórico de um modelo de desenvolvimento econômico, social e cultural. Neste processo, esta crise veio sendo apoiada e constituída por valores e paradigmas que a transformaram no que ela é hoje. Assim a realidade atual foi reciprocamente construída e reforçada por paradigmas e valores, e a superação da crise, implica necessariamente na superação desses paradigmas e valores.

Essa crise ambiental, não é simples de ser analisada, é complexa, multifacetada e multidimensional, afeta nossa saúde, nosso modo de vida, qualidade do meio ambiente, relações sociais, economia, tecnologia e política, daí a necessidade de ser analisada por diferentes seguimentos da sociedade, ou seja, de uma maneira interdisciplinar.

O autor Mauro Grün (1996) em seu livro *Ética e Educação Ambiental – A conexão necessária*, analisa e reconstrói esse processo histórico e identifica alguns valores e paradigmas em que se apoiou a construção da atual sociedade e ainda continua a apoiando...

O autor identifica que a ética antropocêntrica surgida a partir do renascimento, como sendo uma das principais causas da degradação ambiental, esta ética centrada no ser humano, está diretamente associada ao paradigma mecanicista, o qual inaugura a visão de que a natureza é uma máquina.

Esta mudança de modelo para uma visão que deixa de lado Deus como centro de tudo e coloca neste papel o ser humano e transforma o orgânico e natural em algo mecânico. O ser humano desde então se coloca em posição central no universo e a natureza de maneira secundária. Nesta época que ocorre cisão entre natureza e cultura, uma separação que levaria o futuro da humanidade a um antropocentrismo radical e apoiado fortemente pela razão.

A ciência moderna teve também um papel fundamental na difusão da lógica mecanicista da natureza, através do próprio método científico utilizado nas pesquisas, onde – a natureza, passa a ser não mais que, um objeto passivo de estudo dos cientistas. Percebemos que o ser humano se retira da natureza para que possa estudá-la cientificamente. Ao se retirar o ser humano se põe num lugar de descobridor e dominador da natureza...

Segundo Grün, o paradigma mecanicista; a ciência e sua metodologia objetificante; os valores individualistas, pragmáticos e racionais; a cisão cartesiana entre ser humano e natureza constitui uma barreira invisível para o entendimento da crise ambiental

complexa e multifacetada e também para o desenvolvimento de uma educação ambiental realmente efetiva, nas palavras do mesmo autor constituem “uma impossibilidade radical de uma educação ambiental no cartesianismo”.

Uma das possíveis saídas para que seja realizada uma educação ambiental consistente, é que haja a superação da dicotomia ser humano x natureza. É necessário, que seja superada a visão da natureza como sendo uma fotografia de uma paisagem natural na parede onde nós, não nos reconhecemos e nem nos vemos; Por uma visão de uma natureza filme, em pleno desenvolvimento e movimento, cheio de cores, sons, perspectivas, problemas, onde nós somos atores em condição de atuar num cenário não menos importante, e ao mesmo tempo em que atuamos podemos assim mudar o desenrolar na história a todo o e qualquer momento.

Referência:

GRÜN, M. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. 13ª ed. São Paulo: Papirus, 1996.

Fonte: Portal do Meio Ambiente, 01 de novembro de 2010. Disponível em: <http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/educacao-a-cidadania/5839-a-natureza-objeto>

### **Texto 9: Mudar o desenvolvimento para salvar a biodiversidade**

Por Stephen Leahy - Nagoya, – Uma drástica mudança no rumo do desenvolvimento econômico é essencial para evitar o desaparecimento dos ecossistemas do planeta, que são a base da vida, afirma um estudo publicado ontem na revista científica norte-americana Science. A mudança climática, a contaminação, o desmatamento e as transformações no uso da terra empurram as espécies à extinção, reduzindo sua abundância e os lugares que habitam.

“As sociedades e as infraestruturas humanas evoluíram e dependem de espécies e ecossistemas particulares”, disse Paul Leadley, da Universidade de Paris-Sud, que encabeçou o estudo. “Mesmo os cenários mais otimistas para este século sistematicamente preveem a extinção e a redução das populações de muitas espécies”, declarou Paul, da França, à IPS em conversa telefônica. A meta de frear a perda de biodiversidade até 2020 está sendo discutida esta semana nesta cidade japonesa, onde acontece a 10ª Conferência das Partes do Convênio sobre Diversidade Biológica. Porém, o objetivo de 2020 é, tristemente, algo “irreal”, admitiu Paul, baseando-se em cinco recentes estudos ambientais mundiais.

Paul e seu colega Henrique Miguel Pereira, da Universidade de Lisboa, lideraram uma equipe de 23 cientistas de nove países que compararam os resultados dos últimos estudos e uma ampla gama de literatura para avaliar as possíveis mudanças futuras na biodiversidade. A análise traça uma inevitável e contínua perda de biodiversidade no Século 21, mas oferece esperanças de que possa diminuir essa deterioração se forem adotadas as medidas políticas adequadas.

[...] Embora a atenção pública se concentre na extinção de espécies, é a mudança em sua distribuição e no tamanho de suas populações, o ponto mais grave para o bem-estar humano, bem como os melhores indicadores da pressão que é exercida pelas pessoas sobre os ecossistemas, diz o estudo. Nos oceanos, a combinação de pesca em excesso e mudança climática – causada pelas emissões de dióxido de carbono das atividades humanas – está transformando rapidamente a vida marinha a ponto de no futuro haver menos peixes grandes.

Além disso, o desmatamento e o aquecimento global estão transformando as paisagens terrestres. Uma pesquisa na selva amazônica concluiu que, se as temperaturas mundiais aumentarem dois graus centígrados, como parece provável, a mescla de incêndios com desmatamento acabará com a capacidade única dessa região para gerar a metade de sua própria chuva. Sem estas, a selva se converterá em região de pradarias, causando maciça liberação de dióxido de carbono e a perda de muitas espécies.

Mesmo se o desmatamento terminasse, a maior parte da selva amazônica poderia desaparecer em 50 ou 60 anos devido ao aquecimento do planeta, disse o biólogo Thomas Lovejoy, principal conselheiro sobre biodiversidade do presidente do Banco Mundial e membro do painel científico assessor do Fundo para o Meio Ambiente Mundial. “Dois graus de aquecimento será algo duradouro para muitos ecossistemas. As florestas tropicais estarão em dificuldades. Haverá poucos arrecifes de coral, a temperatura das florestas será muito diferente da atual”, afirmou Lovejoy à IPS em Nagoya.

### **Biodiversidade e consumo sustentável**

Uma solução para esfriar o planeta e salvar a selva amazônica é restaurar florestas e áreas verdes, com a finalidade de remover dióxido de carbono da atmosfera, acrescentou o cientista. O crescimento econômico deve deixar de focar os lucros que proporciona a conversão de terras e procurá-los por meio da restauração da biodiversidade. Combater a mudança climática é uma forma de frear a perda de diversidade biológica, disse Paul. Colocar preço nas emissões de carbono em todas as formas, desde a gerada pelo desmatamento até a agricultura seria uma maneira de enfrentar o problema, prosseguiu.

O desmatamento e a agricultura contribuem com 35% a 50% de todas as emissões de gás carbono na atmosfera. Também são os principais causadores da conversão de ecossistemas naturais. É necessário um forte peso de impostos sobre as emissões, incentivo aos esforços para capturar carbono e criação de áreas protegidas efetivas. Proteger apenas 20% da terra e 15% do mar, segundo proposto originalmente como meta para 2020 no Convênio, não é suficiente para deter a perda de biodiversidade.

[...] Os cientistas acreditam que a criação da Plataforma sobre Biodiversidade e Serviços de Ecossistemas (IPBES, um mecanismo do grupo Intergovernamental de Especialistas sobre a Mudança Climática - IPCC) poderia fazer uma diferença. “Os temas são tão urgentes e o que está em jogo para a humanidade é tão importante que

os cientistas devem unir-se e, por meio do IPBES, e informar os governantes com voz única e autorizada”, disse Henrique Miguel. Delegações governamentais expressaram em Nagoya seu apoio à criação do IPBES, mas alguns negociam seu apoio para conseguir a aprovação de um acordo sobre o acesso equitativo aos recursos biológicos.

**Fonte: Portal do Meio Ambiente, 01 de novembro de 2010. Disponível em: <http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/meio-ambiente-natural/biodiversidade/5837-mudar-o-desenvolvimento-para-salvar-a-biodiversidade>**

### **Texto 10: O vegetarianismo e a ética animal e ambiental**

Entrevista especial com Márcio Linck - Para o ativista e ambientalista da União Protetora do Ambiente Natural – UPAN, Márcio Linck, a forma mais coerente de proteger os animais começa por cortar a carne do prato. Segundo ele, defender os direitos dos animais significa “assumir uma condição de responsabilidades e cooperação com essa tênue cadeia harmônica em que a vida poder ser manifestada”

Vegetariano há mais de 20 anos, Linck argumenta que não consumir produtos de origem animal significa preocupar-se com a “sustentabilidade o futuro do planeta”. Para ele, “a ética ambiental deve romper com o antropocentrismo e encarar os desafios para além do ambientalismo. (...) Se ética não atingir a dignidade e o respeito a todas as formas de vida, então ela é torpe e sem valor. Na atual conjuntura, não há como o discurso ambiental ser moralmente respeitado e aplicável e eticamente aceitável, se não incorporar a defesa do vegetarianismo e do veganismo”.

Em entrevista concedida à IHU On-Line por e-mail, ele reflete acerca dos problemas ambientais e sociais gerados pela produção de carne bovina e informa que “são gastos em média 15 mil litros de água para produzir um quilo de carne, enquanto para o mesmo quilo de vegetais se utiliza em media, mil e quinhentos litros”.

De acordo com Linck, o vegetarianismo é um estilo de vida que “rompe com o antropocentrismo e o com especismo, que é o preconceito em relação a uma outra espécie, apenas por ela ser diferente em relação à forma e à [crase]aparência e assim um menosprezo para com suas vontades e direitos básicos”.

Linck é graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. É membro do GAE-POA, Grupo pela Abolição do Especismo e autor do livro Para Além do Ambientalismo - Uma História em Duas Décadas (2008).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Por que não deveríamos comer produtos de origem animal?

Márcio Linck - Em primeiro lugar, por razões éticas e de respeito à vida. O que não quero que façam para mim ou para meus semelhantes afins eu não faço para os outros, no caso os animais. [...] Há também o argumento pela sustentabilidade e futuro do planeta, conforme a situação ambiental. E por fim, pelos fatores ligados à saúde, pois segundo dados da American Dietetic Association - ADA e nutricionistas do Canadá de 2003, que reúne os principais estudos científicos sérios sobre vegetarianismo, os vegetarianos têm 30% menos risco de desenvolver doenças cardíacas, 50% a menos do diabetes, etc.

[...] IHU On-Line - Que impactos ambientais são produzidos pelo consumo de carne?

Márcio Linck - De acordo com a Conservation International, das 35 áreas onde a biodiversidade é mais ameaçada no mundo, 23 têm, como principal causa, a pecuária. 2/3 dos desmatamentos das florestas tropicais do planeta se devem à expansão da pecuária. No Brasil, a floresta Amazônica é um exemplo disso, pois as áreas de pasto triplicaram nos últimos 30 anos e a área desmatada acumulada atingiu, em 2007, 720 mil km<sup>2</sup> (18% de sua área total). Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, 78% do desmatamento da Amazônia Brasileira se deve à pecuária. Antes do pasto ou da soja e milho que serão transformados em ração para o gado, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, e antes do próprio gado, estão as queimadas, cuja contribuição para as emissões brasileiras de gases estufa são da ordem de 75%.

Hoje a Amazônia responde por 41% dos abates bovinos no Brasil. Somente em 2006 foram produzidos 2,7 milhões de carne, sendo que desse total apenas 3% é consumido na região, 10% é exportada (lembrando que a partir de 2004, o Brasil tornou-se o segundo maior produtor e o maior exportador de carne bovina do mundo) e 78% é desperdiçada pelo resto do país. Um em cada três bifés consumidos no Brasil vem da Amazônia. Então, essa história de salvar a Amazônia começa pelo prato de cada brasileiro. O resto é balela e hipocrisia. O estado de Mato Grosso, nos últimos anos, converteu 38 mil km<sup>2</sup> de floresta em grãos para fazer ração para o gado.

Então, além das queimadas e do desmatamento, a pecuária acarreta a erosão do solo, assoreamento dos recursos hídricos e sua contaminação com pesticidas (mercúrio, fósforo, cloro, chumbo, arsênico e outros) e dejetos provenientes dos hormônios, vacinas, antibióticos, fungicidas, bactericidas e outros fármacos. Sem falar na desertificação, extinção de espécies, chuva ácida e gases estufa.

Impactos ambientais do consumo de carne

Em 2006, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO divulgou um relatório com mais de 400 páginas, intitulado A Grande Sombra dos Estoques Vivos, que aponta a pecuária como responsável por 18% dos gases estufas, superando os 13% gerados pela queima de combustíveis fósseis. No entanto, a grande mídia pouco fala disso e a maior parte dos documentários referentes às mudanças climáticas e ao aquecimento global insiste em apenas mostrar cenas de chaminés saindo das fábricas e da grande circulação de automóveis nos grandes centros urbanos. É mais cômodo culpar a fábrica e o automóvel do que o hábito de comer carne! Imaginem que se cada habitante do Reino Unido deixasse de comer

carne apenas uma vez por semana, isso equivaleria a retirar cinco milhões de automóveis por um ano no mundo.

O estudo da FAO aponta que 37% do gás metano (que é 23 vezes mais poluente que o CO<sub>2</sub>) provém da pecuária, e aí entra todo o processo digestivo dos bovinos; 65% do óxido nitroso NO<sub>2</sub> (gases provenientes do esterco) é gerado pela pecuária, sendo que esse gás é 296 vezes mais nocivo que o CO<sub>2</sub> (uma vaca produz cerca de 40 kg de esterco por dia e uma fazenda contendo cinco mil bovinos produz a quantidade de excrementos que produziria uma cidade com cinquenta mil habitantes); e 64% da amônia, que contribui para a chuva ácida e acidificação dos ecossistemas, provém da pecuária. Infelizmente, em 2009, dois cientistas do Banco Mundial recalcularam esses dados para o WorldWatch Institute e chegaram a conclusão de que a pecuária e seus subprodutos respondem por 51 % dos gases causadores do efeito estufa.

A agropecuária é responsável por 70,2% do volume de água retirado dos mananciais ao redor do mundo. Em segundo lugar está o setor industrial (20,02%) e o consumo humano (9,5%). Gastam-se em média 15 mil litros de água para produzir um quilo de carne, enquanto para o mesmo quilo de vegetais se utiliza, em média, 1.500 litros. Nesses cálculos entram não só a água que o boi bebe (cerca de 50 a 70 litros por dia e a vaca leiteira de 110 a 140 litros por dia), mas também a água utilizada na produção de seu alimento e nas diferentes etapas que envolvem o abate do animal (sangria, escaldagem, depenagem, depilação, barbeação, evisceração, lavagem etc.).

[...] IHU On-Line - Em que consiste uma ética ambiental?

Márcio Linck - A ética ambiental deve romper com o antropocentrismo e encarar os desafios para além do ambientalismo. Atuar em defender do meio ambiente é garantir a sustentabilidade e o futuro não só do homo sapiens, mas de todas as demais espécies que habitam o planeta. Se ética não atingir a dignidade e o respeito a todas as formas de vida, então ela é torpe e sem valor. Na atual conjuntura, não há como o discurso ambiental ser moralmente respeitado e aplicável e eticamente aceitável, se não incorporar a defesa do vegetarianismo e do veganismo. Por isso, uma simbiose dos mesmos.

IHU On-Line - Quando o senhor aderiu ao vegetarianismo? Essa opção de vida está relacionada à proteção dos animais?

Márcio Linck – Sim. A forma mais coerente de proteger os animais começa por cortar a carne do prato. Já faz quase 24 anos que tornei-me vegetariano, sendo inicialmente o primeiro motivo o respeito à vida e o amor aos animais. [...] Não poderia mais continuar sendo corresponsável com todo um sistema que implica em Com o tempo, além da ética, também incorporei outros argumentos em favor de uma alimentação sem carne, tal como a questão ambiental, econômica e as questões ligadas à saúde.

**Fonte: Portal do Meio Ambiente, 11 de novembro de 2010. Disponível em: <http://portaldomeioambiente.org.br/editorias-editorias/ecologia-humana/saude-alimentacao-e-qualidade-de-vida/5916-o-vegetarianismo-e-a-etica-animal-e-ambiental->**

### **Texto 11: Alarmismo pouco é bobagem**

Existe em alguns endereços chiques do Brasil a percepção de que organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas atrapalham o desenvolvimento do país. Fariam isso, segundo esse ponto de vista, ao misturar alarmismo infundado, denunciismo vazio e sentimentalismo natureba a um debate que deveria ser objetivo e técnico. É uma visão parcial e, em grande medida, incorreta.

Já se foi o tempo em que apenas hippies e ex-marxistas sem rumo se convertiam para a causa verde como utopia substituta. Isso pode ter sido válido para alguns dos pioneiros que combatiam romanticamente a poluição das águas no Rio Grande do Sul ou a construção de um aeroporto em Caucaia do Alto, na Grande São Paulo. Hoje não é mais.

Desde pelo menos a fundação da organização SOS Mata Atlântica, em 1986, o melhor do movimento ambientalista brasileiro busca um pacto firme e duradouro com a ciência. Os resultados estão aí, conhecidos e citados por todos.

Os primeiros dados confiáveis sobre a destruição da floresta chuvosa, que cobria a costa alcançada pelos portugueses em 1500, nasceram, em 1989, da parceria entre a SOS e o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Trata-se de um órgão de pesquisa ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

A parceria tinha por objeto usar imagens de satélite na composição de um atlas dos remanescentes florestais, como se começava a aplicar na época para a Amazônia. Assim se revelou que apenas 7% da mata atlântica sobreviveram. A única floresta que a maioria dos brasileiros conheceu e conhece está desaparecendo.

Hoje o Inpe conduz o mais avançado programa do mundo de monitoração de florestas tropicais por sensoriamento remoto. Há mais de duas décadas apura e publica os dados anuais oficiais de desmatamento da Amazônia (sistema Prodes). Desde 2004 o Prodes é coadjuvado por um acompanhamento mais ágil (Deter), quinzena a quinzena, para apoio da fiscalização do Ibama.

Também foi liderado pelo Inpe, com inspiração "ambientalista" ("ecológica" seria o termo cientificamente correto), o engajamento brasileiro no Experimento de Grande Escala Atmosfera-Biosfera da Amazônia. Mais conhecido como LBA, o projeto internacional foi o maior programa científico do Brasil durante anos e produziu conhecimento básico fundamental para começar a entender o papel da floresta amazônica no clima regional e mundial.

Informações de qualidade não eram produzidas só por militantes e investigadores do ambiente. Em paralelo, o Programa Povos Indígenas no Brasil, do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), recolhia e mapeava dados para um catálogo cartográfico das etnias e terras indígenas do Brasil. Sempre foi uma fonte melhor, ao menos para jornalistas, que a chapa-branca Funai.

SOS e Cedi são as principais organizações que deram origem ao ISA (Instituto Socioambiental), que até hoje publica, a cada cinco anos, o indispensável volume "Povos Indígenas no Brasil". Toda a cartografia agora é digital, o que habilita o ISA a

fazer estudos detalhados inéditos, por exemplo sobre superposição de terras indígenas e unidades de conservação.

Há exatos dez anos, o ISA atuou como coordenador de um histórico seminário em Macapá para identificar áreas prioritárias para conservação na Amazônia brasileira. Foi um esforço sem precedentes, patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente, para reunir o melhor conhecimento científico disponível sobre espécies e sua localização na região.

Com maior ou menor sucesso e meticulosidade, a experiência se repetiu para os outros cinco grandes biomas nacionais (Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal). Uma década depois, esses trabalhos ainda orientam a criação de unidades de conservação no Brasil. Dos seminários participou uma penca de organizações que ainda dariam o que falar.

No caso da Amazônia, sempre o bioma mais controverso, impuseram-se no debate público ONGs como o Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e o Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). Ambas com sede em Belém, estão na vanguarda desse tipo inovador de ONG, dedicada a cavar, sistematizar e divulgar dados socioambientais que nem o governo detém.

Não faz muito tempo, quem precisasse de informações sobre a situação em torno da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) faria melhor em procurar o Ipam. Se necessitado de dados sobre localização e produção de polos madeireiros na Amazônia, ou sobre a agropecuária da região, o canal era o Imazon. Em 2000, Ipam e ISA lideraram a confecção de um relatório de grande repercussão sobre o impacto do plano Avança Brasil, do governo FHC. Previa que 180 mil km<sup>2</sup> de floresta amazônica pereceriam como consequência, em três décadas, no altar do desenvolvimentismo ambientalmente imprevidente. Foi manchete da Folha em 13 de março daquele ano.

Pelos dados do Prodes, 167 mil km<sup>2</sup> da Amazônia perderam a floresta de lá para cá. Passaram-se só 9 anos dos 30 projetados (6 deles sob Lula). Diante disso se poderia afirmar, com objetividade e fundamento técnico, que alarmismo pouco é bobagem. Em especial diante de um governo que deita tanto carvão, gás natural e petróleo na fogueira eleitoral para requeantar o Avança Brasil com o molho salgado do PAC.

Marcelo Leite - Colunista da Folha

**Fonte: Portal do Meio Ambiente, 21 de junho de 2009. Disponível em: <http://portaldomeioambiente.org.br/component/content/archive?year=2009&month=6>**

### **Texto 12: Extrapolação e colapso do sistema mundial?**

Como nunca antes, se fala hoje em todos os países e fóruns, de desenvolvimento-crescimento. É uma obsessão que nos acompanha já há pelo menos três séculos. Agora que ocorreu o colapso econômico, a idéia retornou com renovado vigor, porque a lógica do sistema não permite, sem se autonegar, de abandonar essa idéia-matriz.

Ai das economias que não conseguem refazer seus níveis de desenvolvimento-crescimento. Vão simplesmente sucumbir junto com uma eventual tragédia ecológica e humanitária.

[...] Isso pôde ser verificado quase unanimemente, nos discursos dos representantes dos 192 povos presentes na ONU no final de junho. A grande exceção, que causou espanto, foi a fala inicial e final do Presidente da Assembléia da ONU, Miguel d'Escoto, que pensou para frente na lógica de um outro paradigma de relação Terra-Vida-Humanidade-Economia e subordinando o desenvolvimento a serviço destas realidades axiais. De resto, não se dizia outra coisa: há que se retomar o desenvolvimento-crescimento senão a crise se pereniza.

Por que digo que é uma armadilha? Porque, para alcançar os índices mínimos de desenvolvimento-crescimento de 2% anuais previstos, precisaríamos, dentro de pouco, de duas Terras iguais a que temos. Não o digo eu, disse-o o ex-presidente francês J. Chirac por ocasião da publicação em Paris no dia 2 de fevereiro de 2007 dos resultados do aquecimento global pelo IPCC. Repete-o com frequência o renomado biólogo Edward Wilson e o formulador da teoria da Terra como Gaia, o cientista James Lovelock, entre outros. A Terra está dando inequívocos sinais de estresse generalizado. Há limites intransponíveis.

Recentemente, o Secretário da ONU, Ban-Ki-Moon alertou os povos de que temos cerca de dez anos apenas para salvar a civilização humana de uma ecocatástrofe planetária. Num número recente da revista Nature um prestigioso grupo de cientistas publicou um relatório sobre "Os limites do Planeta" (Planetary Boundaries) onde afirmavam que em vários ecossistemas da Terra estamos chegando ao pico (tipping Point) com referência à desertificação, ao derretimento das colotas polares e do Himalaia e à crescente acidez dos oceanos. Cabe aqui citar, a meu ver, o estudo mais bem fundado dos autores do legendário Os limites do crescimento do Clube de Roma de 1972: D. Meadows e J. Randers. O livro deles de 1992 tem por título que é um alerta: Além dos limites: colapso total ou um futuro sustentável.

A tese destes autores é de que a excessiva aceleração do desenvolvimento-crescimento das últimas décadas, do consumo e do desperdício, nos fizeram conhecer os limites ecológicos da Terra. Não há técnica nem modelo econômico que garanta a sustentabilidade do atual projeto. O economista Ignacy Sachs, amigo do Brasil, um dos poucos a propor um ecosociodesenvolvimento comenta: "Não se pode excluir a idéia de que, por excesso de aplicação da racionalidade parcial, acabemos numa linha de irracionalidade global suicida"(Forum, junho 2009 p.19). Já afirmei neste espaço que a cultura do capital tem uma tendência auto-suicida. Prefere morrer a mudar, arrastando outros consigo.

Os formuladores da visão sistêmica chamam a este fenômeno de extrapolação e colapso. Quer dizer, extrapolamos os limites e rumamos para um colapso.

Serei pessimista? Respondo com José Saramago: "não sou pessimista, a realidade é que é péssima". Efetivamente, ou abandonamos o barco do desenvolvimento insustentável na direção daquilo que a Carta da Terra chama de "modo sustentável de viver" e os andinos de "bem viver" ou então aceitaremos o risco de sermos despedidos deste planeta.

Mas como o universo é feito de virtualidades ainda não ensaiadas, esperamos que surja uma que nos salve a todos.

Leonardo Boff é autor de Opção-Terra. A solução da Terra não cai do céu, Record 2009.

Fonte: Portal do Meio Ambiente, 21 de julho de 2009. Disponível em: <http://portaldomeioambiente.org.br/blogs/leonardo-boff/1021-extrapolacao-e-colapso-do-sistema-mundial>

### **Texto 13: Os impactos da alimentação para o meio ambiente**

*Comer é um ato agrícola, disse um fazendeiro e economista americano, mas é também um ato ecológico e um ato político, por Jaqueline B. Ramos\**

Quando falamos em sustentabilidade, pensamos em ações como não poluir, preservar áreas naturais, reciclar lixo, economizar água, dar preferência às fontes alternativas de energia etc. Mas raramente nos lembramos de relacionar uma de nossas atividades mais básicas com impactos negativos no meio ambiente: o ato de se alimentar. Nos primórdios da humanidade, a alimentação era baseada em frutas, raízes, carnes de animais caçados e outras fontes que não modificavam significativamente a natureza (pelo contrário, tudo fazia parte de um ciclo natural). Com o advento da agricultura e da domesticação de animais, há cerca de 12 mil anos, deu-se início à produção de alimentos.

A passagem do estado nômade para a fixação na terra marcou o início do que chamamos “desenvolvimento da humanidade”. Com o passar dos séculos, o homem foi criando novas formas de manejo do solo e as populações concentradas nas cidades cresceram em ritmo progressivo, aumentando a demanda por alimentos. Até que a chegada da Era Industrial, no final do século XVIII, intensificou a aglomeração de pessoas no ambiente urbano, colocando fim, definitivamente, na ligação direta que o ser humano tinha com a natureza para a obtenção de alimentos. O resultado disso tudo é uma agricultura transformada em indústria que passou a utilizar métodos artificiais, como fertilizantes e pesticidas químicos, irrigação, manipulação genética e uso de hormônios em animais, visando sempre o aumento da produção (e o lucro). Sem contar a dependência por combustíveis fósseis, inclusive no transporte, por longas distâncias, dos alimentos. É a cadeia alimentar industrial.

*Se por um lado todo esse advento é considerado positivo, sendo denominado como desenvolvimento ou modernidade, por outro é fato que o modelo de alimentação industrializado é um forte candidato a causar sérios danos à conservação do meio ambiente e também à saúde do homem. E por incrível que pareça, a maior parte das pessoas atualmente não se dá conta disso. A origem dos alimentos que consome simplesmente não faz parte da sua lista de prioridades e a alimentação, o ato mais corriqueiro e básico do dia-a-dia, não é visto sob a perspectiva ambiental ou da sustentabilidade.*

“Comer é um ato agrícola, disse, numa frase famosa, Wendell Berry (fazendeiro e economista americano). É também um ato ecológico, além de um ato político. Ainda que muito tenha sido feito para obscurecer esse fato bastante simples, o que e como comemos determinam, em grande parte, o que fazemos do nosso mundo – e o que vai acontecer com ele. (...) Muita gente hoje parece totalmente satisfeita comendo na extremidade da cadeia alimentar industrial sem parar para pensar no assunto”, escreve o jornalista norte-americano Michael Pollan, no seu livro “Dilema do Onívoro”.

O jornalista passou cinco anos investigando os bastidores da cadeia industrial alimentícia nos Estados Unidos, reconstituindo o trajeto dos pratos mais consumidos e analisando o caminho percorrido pelo alimento da origem à mesa.

### **Insumos químicos, agrotóxicos, erosão do solo...**

Como afirma o jornalista norte-americano, comer é um ato ecológico, o que faz com que todo cidadão deva, idealmente, ficar atento à origem do alimento que consome e analisar criticamente as técnicas empregadas no sistema de produção. A qualidade e pureza dos alimentos, a sustentabilidade (social e ecológica) dos métodos de produção e os problemas e desigualdades existentes na sua distribuição são algumas das questões que devemos analisar em busca de uma alimentação mais sustentável. Em tempo: é fato que se produz alimento em quantidade suficiente para atender 100% da população mundial. Dificuldades de acesso aos alimentos pela parcela mais carente da sociedade decorrem de problemas sociais e econômicos, que por sua vez causam desequilíbrios na distribuição.

Destacando algumas problemáticas da agricultura moderna para o meio ambiente, uma primeira questão a ser analisada é o uso de insumos químicos. Visando melhorar a produtividade e assegurar índices de produção, agricultores costumam utilizar adubo e fertilizantes em suas plantações. O adubo mais simples, natural e antigo é o esterco, que misturado a restos de vegetais e fermentado de forma correta resulta no composto orgânico. Mas para ser empregado em larga escala, o processo do fertilizante natural se tornou inviável, economicamente falando. Para os empresários do agrobusiness, passou a ser mais rentável o uso de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes, principalmente), inclusive para viabilizar o cultivo intensivo de uma única cultura em uma área (as monoculturas, principais vilãs da qualidade do solo).

Os fertilizantes industriais contêm altas concentrações de nitrogênio, fósforo, potássio e metais pesados. O nitrogênio, por exemplo, pode se acumular no solo e ser transformado, por processos químicos, em nitrato. Além de ser um composto cancerígeno, o nitrato pode contaminar o solo e também ser conduzido aos lençóis subterrâneos, contaminando a água.

Outro problema gerado neste cenário é o desequilíbrio ecológico causado pela própria prática da monocultura regada por fertilizantes químicos. Entre os principais indicadores do desequilíbrio está o aparecimento de pragas, doenças e ervas daninhas, que por sua vez são combatidas com agrotóxicos - inseticidas, herbicidas e fungicidas. Ou seja, mais uma carga de substâncias químicas tóxicas bombardeando o meio ambiente e a saúde de quem consome os alimentos, pois estes acabam guardando resíduos dos agrotóxicos e têm alta probabilidade de ficarem contaminados.

Como mais um remediador para o desequilíbrio ecológico conduzido pelo próprio homem e visando, sempre, produtos finais comercialmente mais lucrativos, entram em cena os alimentos transgênicos. Tratam-se de organismos geneticamente modificados (OGMs) desenvolvidos em laboratório. Entre os objetivos da manipulação genética está o de criar plantas mais resistentes a pragas ou até mais resistentes a determinados agrotóxicos. Alimentos transgênicos já são comercializados em vários países – entre eles o Brasil – e ainda há muitas controvérsias em relação aos prós e contras da manipulação genética para a saúde das pessoas e os impactos no meio ambiente. Enquanto os debates e as pesquisas avançam, o importante é o consumidor se informar e exigir a rotulagem dos alimentos transgênicos, de forma a ter condições de decidir por consumir ou não um OGM.

## **Erosão e o impacto do bife**

Uma questão importante decorrente da agricultura moderna é o fenômeno chamado de “erosão genética”. A interferência do homem nas variedades tradicionais com a manipulação de plantas e animais pode consistir em uma ameaça para a diversidade genética, a principal responsável pela capacidade de resistência, imunidade e sobrevivência das espécies.

Quando falamos em erosão é importante também lembrar do processo de degradação do solo decorrente do uso de práticas agrícolas inadequadas e da monocultura combinada com a mecanização, o corte de espécies nativas, a queima da vegetação e a pecuária intensiva. Aliás, esta última rende um capítulo à parte na discussão sobre alimentação sustentável, visto que o aumento no consumo de carne e de seus derivados sobrepôs formas naturais (e mais éticas) de criação dos animais, sem contar os problemas ambientais decorrentes da pecuária.

Numa sociedade majoritariamente onívora, o “impacto do bife” passa por questões de ordem moral – não é à toa a afirmação de que se os abatedouros tivessem paredes de vidro, muita gente se tornaria vegetariana - e também de ordem ambiental. Um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, em inglês) em 2006 alertou para o fato de que “estoques de animais vivos” mantidos para alimentação são responsáveis por 18% da emissão de todos os gases causadores do aquecimento global, porcentagem que supera, por exemplo, as emissões causadas por todos os veículos automotores do mundo somados.

O levantamento da FAO inclui as emissões de metano provocadas pelo sistema digestivo dos animais, as emissões de CO<sub>2</sub> geradas pelas queimadas para a formação de pastos, a energia – quase sempre à base de queima de combustíveis fósseis – usada na fabricação de insumos agrícolas, a energia gasta na produção de ração e no bombeamento de água, a energia dos procedimentos de abate e processamento das carcaças, o combustível usado no transporte de animais vivos e de produtos processados de carne, entre outras questões relacionadas à pecuária.

Seja analisando as técnicas industriais agrícolas ou o modelo intensivo da pecuária, o fato é que a humanidade atingiu um limite perigoso na história de uma relação insustentável com a natureza para obtenção de fontes de alimentos. E nesse momento é importante que cada um, como consumidor, pare para pensar mais criticamente e faça escolhas mais criteriosas e cuidadosas. Como afirma o autor de “Dilema do Onívoro” em um dos trechos do livro, “a insensatez demonstrada na busca por alimentos não é um fenômeno novo. No entanto, os novos atos de insensatez que estamos cometendo na nossa cadeia alimentar industrial hoje são de um tipo diferente. Ao substituir a energia solar pelo combustível fóssil, ao criar milhões de animais em rígidas condições de confinamento, ao alimentar esses animais com comida para a qual sua evolução não os adaptou, e ao nos alimentarmos com comidas que são muito mais insólitas do que imaginamos, estamos pondo em grave risco nossa saúde e a saúde do mundo natural.”

## **O que o consumidor pode fazer em prol de uma alimentação sustentável**

# Informar-se sobre a importância da agricultura sustentável e seus benefícios para a produção de alimentos, inclusive em relação à saúde dos indivíduos e ambientes.

# Apoiar propostas de produção regional, especialmente a familiar e a associada, com o objetivo de fortalecer a segurança alimentar local e reduzir o desperdício de energia no transporte.

# Exigir que os produtores respeitem as leis ambientais, assim como a legislação trabalhista, e que utilizem métodos menos impactantes ao meio ambiente, adquirindo produtos elaborados com este diferencial.

# Demandar que os vendedores de alimentos estimulem a produção ecológica, inclusive solicitando a certificação dos produtores por um organismo independente, para que possa ter certeza de que os mesmos cumprem todas as exigências ambientais.

# Organizar-se em cooperativas de consumo que estimulem a produção sustentável local e regional.

Artigo de [Jaqueline B. Ramos](#). Jaqueline B. Ramos é jornalista e editora do blog [Ambiente-se](#). *Este artigo foi publicado originalmente na Agência Envolverde*

Fontes: Cartilha Alimentos IDEC, livro “Dilema do Onívoro” (editora Intrínseca) e Sociedade Vegeteriana Brasileira (SVB); Cartilha Alimentos (IDEC); Informativo do Instituto Ecológico Aqualung n. 78 -março/abril 2008.

Fonte: site do Instituto Akatu, 17 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Temas/Alimentos/Posts/Os-impactos-da-alimentacao-para-o-meio-ambiente>

#### **Texto 14: Afinal, o que é essa tal de sustentabilidade?**

*A entrada do termo para a agenda corporativa e explica sua relação com a Responsabilidade Social Empresarial, por Ricardo Voltolini*

Seis entre dez mensagens que chegam à minha coluna fazem, de uma forma ou de outra, a pergunta-título deste artigo. São questões encaminhadas, em sua maioria, por leitores que trabalham em empresas nas quais o assunto passou a integrar a agenda corporativa, especialmente no último ano. Não apenas como elemento acessório do protocolo empresarial. Mas como um tema transversal, e portanto estratégico, a permear o debate de fatores tão diversos quanto relevantes para um sucesso de uma organização contemporânea, como transparência, governança, ética, diversidade, consumo consciente, integridade nas relações com as partes interessadas, compromissos sociais e ambientais. Duas são as dúvidas mais freqüentes.

A primeira diz respeito à relação – se é que ela existe – entre sustentabilidade e responsabilidade social empresarial. Surpresos, atônitos e um tanto confusos com a forma rápida e sem rodeios com que um termo engoliu o outro no cotidiano das corporações, alguns leitores acusam despreparo conceitual. Deles próprios. E também de seus superiores que, usando literalmente o emblemático trecho de uma das mensagens recebidas, “passaram a repetir a palavra como um bordão, um mantra,

sem saber exatamente do que estão falando nem o que isso tem a ver com fazer negócios”. Em outra mensagem, o diretor de logística de uma empresa questiona: “Ficamos três anos discutindo, sem saber para onde ir, como implantar a responsabilidade socioambiental em nossa cadeia de negócios. E de uns tempos para cá, só se fala em sermos sustentáveis. Deu um curto circuito” A rigor, os dois termos se referem a estágios distintos de um mesmo movimento.

Longe de serem conflitantes – como parece para alguns leitores – ambos nasceram de uma mesma matriz conceitual, se complementam e se sucedem em uma bem-vinda escala evolutiva. Vista como novo modo de conduzir negócios que se define por metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade e pela relação ética e transparente com todos os públicos com os quais uma empresa se relaciona, a RSE sucedeu conceitualmente a cidadania corporativa, estágio no qual o compromisso social da empresa se resumia a fazer doações para comunidades.

A sustentabilidade representa, por sua vez, uma etapa mais avançada em relação à RSE. Enquanto a anterior se caracterizava por um conjunto de práticas socioambientais, muitas vezes dispersas e não intimamente vinculadas à estratégia central de negócio, a da sustentabilidade consiste na ruptura com um modelo velho e na criação de um modelo novo de pensar e fazer negócios, baseado na realização efetiva da noção do triple bottom line – isto é, na conjugação de resultados econômico-financeiros, sociais e ambientais, cada um deles com o mesmo peso de importância. Sobre conceitos, vale frisar o que disse, em sua mais recente visita ao Brasil, Gro Bruntland, ex-primeira ministra da Noruega e criadora do termo sustentabilidade: “O que vemos no debate a respeito do tema são nomes diferentes para um mesmo conceito essencial.”

A segunda dúvida mais comum está relacionada a como implantar, no cotidiano empresarial, o conceito de sustentabilidade. Não são poucos os leitores que reclamam ser uma idéia muito abstrata, um tanto apartada da lógica convencional do negócio. Tem também os que batem na tecla já conhecida do falso dilema “como ser competitivo e sustentável.” Há já provas incontestáveis no mercado brasileiro de que não só é possível como desejável obter sucesso empresarial acreditando em desenvolvimento sustentável. No entanto, a crítica sobre a falta de “aplicação prática” do conceito é compreensível. Primeiro, porque, na maioria das corporações, o discurso andou mais rápido e perdeu a prática de vista. Segundo, porque se mudar já é complexo para uma empresa, mudar modelos consagrados de negócio, rever valores historicamente exitosos e reinventar estratégias que sempre deram certo, produz desconforto e insegurança. Além disso, transformações desse porte geram custos, implicam reorganização de preceitos e requerem processos de adaptação de cultura organizacional que não ocorrem da noite para o dia e sem conflitos.

A mudança rumo a sustentabilidade exige determinação de propósitos, liderança firme, capacidade de enxergar oportunidades onde a maioria vê riscos e uma crença inabalável em novos princípios de atuação mais respeitosos para com as pessoas e o Planeta. Para uma derradeira reflexão do leitor, eis três boas respostas para a pergunta-título deste artigo: “É dar certo fazendo as coisas certas do jeito certo” (Fábio Barbosa, presidente do ABN Amro) “É o ponto de intersecção entre as estratégias de negócio da empresa e os interesses da sociedade e do Planeta” (Andrew Savitz, autor de “A Empresa Sustentável”) “É inovação” (Claude Ouimet, vice-presidente da Interface Flor, a número 1 em sustentabilidade nos EUA).

Artigo de [Luiz Fernando Lucho do Valle](#). Ricardo Voltolini é diretor de redação da revista *Idéia Socioambiental* e consultor de *Idéia Sustentável*

**Fonte:** site do Instituto Akatu, 18 dezembro 2007. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Afinal-o-que-e-essa-tal-de-sustentabilidade>

### **Texto 15: Por uma nova concepção de desenvolvimento**

*Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que todos tenham vida e possam viver bem, por Ivo Lesbaupin*

A maior crise econômica mundial desde 1929 eclodiu publicamente em 2008. Ela foi produzida pelas políticas neoliberais e pela globalização econômica implementadas nos últimos 30 anos. Em poucos dias, os dogmas neoliberais foram derrubados e as consequências da economia de mercado desregulada ficaram mais evidentes: desemprego, exclusão, aumento da desigualdade social, violência. Tudo isso aliado a uma enorme destruição ambiental. Mesmo desnudado, porém, o capital financeiro não desistiu do seu caminho.

A saída da crise mundial não pode ser a retomada do crescimento econômico anterior, apoiado na lógica “produtivista-consumista”: a saída é romper com o modelo econômico baseado na exploração e no lucro e o estabelecimento de um modelo de sociedade baseado em uma economia solidária e ecológica, na relação respeitosa com a natureza e na busca do *bem viver*<sup>1</sup>, produzindo aquilo que é necessário e evitando o esgotamento dos recursos naturais.

Nós temos um país com riquezas naturais invejáveis, dotado de uma enorme biodiversidade, com terra agricultável em quantidade, com uma imensidão de mão de obra apta a trabalhar – o principal recurso para o desenvolvimento – e com um parque produtivo que foi atingido, mas não destruído pelas políticas neoliberais. Somos banhados pelo sol o ano inteiro, temos 13,8% da água doce do mundo e temos ventos: ou seja, poderíamos ter toda a nossa energia “limpa”, solar, eólica, hídrica<sup>2</sup>.

É mais que nunca o momento de pensar um modelo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas, que garanta a reprodução da natureza, evite o desperdício e não esgote os bens de que precisamos para viver. Um desenvolvimento que esteja voltado para a vida, e não para a maximização do consumo.

Nosso objetivo é a vida, e não a produção: a produção é um meio, não um fim. O que importa é melhorar as condições de vida, o viver bem, juntos, e trabalhar para obter o que é necessário para atingir esse objetivo. É preciso responder às necessidades sociais: alimentação, habitação, vestuário, trabalho, saúde, educação, transporte, cultura, lazer, segurança. Temos necessidade também de conhecer, aprender, ler, estudar. Temos necessidade de música, de dança, de esporte, de atividades físicas e espirituais<sup>3</sup>.

Precisamos pensar outra concepção de desenvolvimento, centrado na satisfação dessas necessidades. Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante, difundida pela grande mídia. Desenvolvimento não é sinônimo de “produtivismo- consumismo”. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem<sup>4</sup>.

Isto implica em garantir proteção social para que elas [as pessoas] sintam-se seguras face às dificuldades imprevistas que podem atingir qualquer ser humano. O que é necessário para conseguir esses bens? Como obter aquilo de que precisamos sem destruir as condições que nos permitem viver no planeta, sem acabar com a água, os peixes, os animais, a terra cultivável, as florestas, a diversidade cultural, social e biológica? Como organizar a sociedade de modo que haja trabalho para todos?

Há uma forte tomada de consciência, nos últimos anos, do processo acelerado de desequilíbrio das condições climáticas, do aquecimento global, da destruição de inúmeras espécies, da redução de nossas florestas e dos riscos que essas mudanças trazem para a humanidade. Fenômenos naturais extremos têm atingido inúmeros países, inclusive o Brasil, causando destruição e morte. Por outro lado, embora cresça essa consciência, há uma intensa campanha para desacreditar os dados relativos às mudanças climáticas.

Os que financiam essa campanha são aqueles que querem manter suas atividades lucrativas – entre outras, empresas petrolíferas e carboníferas – mesmo em detrimento da humanidade<sup>5</sup>.

Aqui está o cerne da questão. Não basta fazer coleta seletiva de lixo, evitar o desperdício de água, substituir os carros a gasolina por carros elétricos. Na verdade, o que é preciso mudar, para interromper a destruição do planeta, é o tipo de desenvolvimento. Desde o século passado, a economia é centrada na produção crescente e no consumo de bens. O objetivo prioritário da economia dominante é o crescimento econômico: o critério universal de avaliação de um país é o PIB (Produto Interno Bruto) – quanto mais produzir, quanto mais vender, melhor é o país, melhor está sua economia<sup>6</sup>.

Nessa toada, vão embora os recursos naturais – a água, a terra fértil, o ar saudável, as árvores, os minérios etc. Os especialistas dizem que precisamos de mais de uma Terra para garantir o nível de consumo atual – sendo 80% desse consumo concentrado nos países desenvolvidos, que têm apenas 20% da população total. É fundamental mudar isso. Mais que fundamental, é urgente, inadiável: se mantivermos o sistema atual, a humanidade desaparecerá<sup>7</sup>. No dizer de Leonardo Boff, “a Terra pode sobreviver sem nós, mas nós não podemos viver sem a Terra”.

Esta é a preocupação do economista Joan Martínez Allier, no livro *Da economia ecológica ao ecologismo popular* (1998)<sup>8</sup>. Segundo esse autor – que tem em Georgescu Roegen o precursor dessa linha de pensamento –, economia ecológica “é uma economia que usa os recursos renováveis (...) com um ritmo que não exceda sua taxa de renovação e que usa os recursos esgotáveis (...) com um ritmo não superior ao de sua substituição por recursos renováveis”<sup>9</sup>. Lester Brown publicou, em 2001, a obra *Ecoeconomia: construindo uma economia para a Terra*<sup>10</sup>. Depois de mostrar a destruição que vem ocorrendo e como ela vai se acelerar se não mudarmos, ele propõe outro tipo de economia: desde a mudança da matriz energética até a indústria

que deveríamos ter, a agricultura etc.<sup>11</sup> Esses e vários outros pensadores estão estudando, buscando e propondo outras formas de viver e trabalhar.

A Via Campesina, organização mundial que reúne um conjunto de movimentos de trabalhadores rurais, propõe um modelo de agricultura radicalmente diferente deste dominante: se opõe à dominação das multinacionais, ao agronegócio, aos transgênicos e à dependência dos agrotóxicos. Eles exigem a reforma agrária para que todos os trabalhadores tenham terra e condições para plantar. E propõem um modelo apoiado na agroecologia, nos alimentos orgânicos, na produção diversificada e na agricultura familiar<sup>12</sup>.

### **Crescimento brasileiro**

Precisamos reconceituar o desenvolvimento. Não basta acabar com o neoliberalismo e substituí-lo pelo keynesianismo. O capitalismo neoliberal é mais destrutivo que o keynesiano, sem dúvida. O capitalismo keynesiano visa ao pleno emprego – um objetivo que compartilhamos – e permite constituir um Estado de bem-estar social. Mas, para isso, supõe uma produção e um consumo cada vez maiores, de massa. Hoje, no entanto, esta saída não é mais possível. Para superar a crise de 2008, o governo brasileiro incentivou o consumo, reduzindo ou eliminando impostos e aumentando o crédito, para que as pessoas comprassem mais carros, geladeiras, máquinas de lavar. Essas medidas “dinamizaram” a economia: houve crescimento, o Brasil superou a crise mais rapidamente que outros países. Mas que economia? A serviço de quem? E qual o preço a pagar em termos de destruição das condições que garantem a vida? É isso que precisa ser mudado.

Queremos um desenvolvimento que nos dê vida, e não produtos. Temos de produzir aquilo que precisamos, não aquilo que as empresas querem que consumamos para atender à sua ganância por lucro. Não precisamos de um celular novo por ano, de uma televisão a cada Copa do Mundo, de mais ruas, avenidas e viadutos para garantir a venda de mais carros. Não precisamos de máquinas de lavar, que quebram depois de um ano, ou computadores, que ficam obsoletos depois de alguns meses. Tudo aquilo que precisamos pode ser feito de modo a ter longa duração, a poder ser aperfeiçoado sem ser trocado, a ser consertado em vez de eliminado. Precisamos de reengenharia, sim, mas para que nossas indústrias dediquem-se a utilizar o que já existe para produzir coisas novas e úteis.

Não precisamos de propaganda para nos convencer a comprar um novo produto, muitas vezes supérfluo. Aquilo de que precisamos não supõe propaganda: basta a informação sobre sua finalidade e as substâncias que contêm. Com isso, saberemos decidir por nós mesmos qual dos produtos nos convém.

Sim, é verdade: “outro mundo é possível” – e ele será melhor que o atual.

Artigo de [Ivo Lesbaupin](#). Ivo Lesbaupin é sociólogo, membro do Iser Assessoria e da direção nacional da Abong (Associação Brasileira de ONGs).

Artigo originalmente publicado no jornal Le Monde Diplomatique Brasil

1 “A expressão Viver Bem, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa em primeiro lugar ‘viver bem entre nós’. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder (...). É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza (...),

diferenciando-se do 'viver melhor' ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza". Isabel Rauber, apud <http://isabelrauber.blogspot.com>. Acesso em 22/08/2010.

2 Mas não com megaprojetos de usinas hidrelétricas, destruidores das populações e do meio ambiente. Se fosse feita a repotencialização das usinas existentes e se implementassem a produção de energia eólica e solar, teríamos energia suficiente para tudo aquilo de que o país necessita.

3 Cf. Michael Lowy, "Ecosocialism, democracy and planification", 2007 (apud [www.europe-solidaire.org](http://www.europe-solidaire.org)); *Ecologia e socialismo* (São Paulo, Cortez, 2005); Marcos Arruda, *Tornar real o possível*, Petrópolis, Vozes, 2006.

4 Cf. Marcos Arruda, *op.cit.*, 2006.

5 Cf. Paul Krugman. "Quem assa o planeta?". *New York Times*. 25/07/2010.

6 Cf. Carlos Lopes, Ignacy Sachs e Ladislau Dowbor, "Crises e oportunidades em tempos de mudança", 2010, 15 págs. Disponível em [www.dowbor.org](http://www.dowbor.org).

7 Cf. Jared Diamond, *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro, Record, 2009.

8 B lumenau, Ed. da FURB .

9 Idem, p. 268

10 Earth Policy Institute, W. W. Norton & Company.

11 Em 2009, ele publicou o livro *Plan B 4.0 – Mobilizing to Save Civilization*. Disponível em [www.earth-policy.org](http://www.earth-policy.org).

12 "Plataforma da Via Campesina para a agricultura". Disponível em [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em 26/05/2010

**Fonte: site do Instituto Akatu, 12 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Por-uma-nova-concepcao-de-desenvolvimento>**